



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PARÁ- CAMPUS CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES**

**AUTOGESTÃO NA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DE BOA
VISTA (APOBV) PARÁ - BRASIL: RELAÇÃO DE JOGO, PODER E
DEPENDÊNCIA**

HIEGLIS DE SOUZA CAVALCANTE FREITAS

**Castanhal-PA
2018**

HIEGLIS DE SOUZA CAVALCANTE FREITAS

**AUTOGESTÃO NA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DE BOA
VISTA (APOBV) PARÁ - BRASIL: RELAÇÃO DE JOGO, PODER E
DEPENDÊNCIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de **Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal**, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José de Souza Barbosa.

Castanhal-PA

2018

**AUTOGESTÃO NA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DE BOA
VISTA (APOBV) PARÁ - BRASIL: RELAÇÃO DE JOGO, PODER E
DEPENDÊNCIA**

HIEGLIS DE SOUZA CAVALCANTE FREITAS

Data da Defesa: 21 de novembro de 2018

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a Maria José de Souza Barbosa - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal

Prof. Dr. Cicero Paulo Ferreira – Avaliador Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal

Prof. Dr. Walery Costa dos Reis – Avaliador Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal

F862a Freitas, Hieglis de Souza Cavalcante

Autogestão na Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV) Pará – Brasil: relação de jogo, poder e dependência. / Hieglis de Souza Cavalcante Freitas. — 2018.

158 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José de Sousa Barbosa

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2018.

1. Desenvolvimento rural – Boa Vista do Acará (PA). 2. Alianças estratégicas (Negócios). 3. Economia social. 4. Administração – Participação dos empregados. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. II. Título.

CDD: 307.1412098115

DEDICATÓRIA

A família CAVALCANTE, minha mãe e pai (Antônia e
Cicero Cavalcante), e meu filho e irmã (Asaph Freitas e
Ina Hirley)

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por viver esta experiência acadêmica e que me permitir concluir mais uma etapa dos meus estudos, porque Dele por Ele e para Ele são todas as coisas.

Aos meus pais, Antônia e Cícero Cavalcante que sempre lutaram para que tivesse um bom estudo, obrigada pelo apoio, carinho e orações. A minha irmã amada Ina Hirley sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis me apoiando incondicionalmente.

A meu filho Asaph Freitas que me acompanhou desde o meu ventre nessa jornada, todo esse esforço é por você meu filho para que você tenha um futuro melhor, mamãe te ama. Meu companheiro Valdemir Freitas por esta comigo dando o suporte emocional que precisei.

Aos professores do mestrado em especial a Prof.^a Dr^a Roberta de Fatima Rodrigues Coelho e Prof Dr. Adebaro Reis que apresentaram o projeto Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará, obrigada pela credibilidade.

As minhas companheiras de trabalho Ligia do Rosário, Ivonne Boaventura e Jalyne de Souza que colaboraram com seus conhecimentos nesta pesquisa. A minha amiga Tereza de Quadros por me apoiar nas noites a dentro estando comigo até a concretização deste trabalho, obrigada amiga eu sei que você orou por mim.

Aos professores do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares que fizeram entender como é importante fazer a pesquisa-ação para poder colaborar com os empreendimentos e colocar meus conhecimentos que adquiri neste período.

A comunidade de Boa vista do Acará – PA e aos agricultores familiares da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista por me permitir realizar este trabalho vocês foram fundamentais para que esta pesquisa fosse realizada. Também agradeço a diretoria da associação Leandro Teles e Ellen do Nascimento que sempre me receberam de braços abertos fornecendo todas as informações que precisei para compor este trabalho.

À minha Orientadora Prof.^a Dr^a. Maria José de Souza Barbosa, pela paciência, simplicidade e pela grande mulher que és, me orientando com seus ricos conhecimentos

e que acreditou no meu potencial como profissional, obrigada por me ajudar nesta caminhada eu louvo à Deus por ter colocado você em meu caminho.

Meus agradecimentos a todos, por ter-me proporcionado vivências práticas de coletividade, companheirismo, solidariedade que de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Deus, olha pra dentro de mim
Recompõe meu coração
Com a qualidade que fez de Jó um espelho para gerações
Rico ou pobre, ele foi o que eu preciso ser
Coração sincero, homem reto pra não se perder
Jó não blasfemou no dia em que tudo virou cinzas
Eu preciso ser assim, Senhor, me ensina

Toca, Senhor, no meu caráter
Me dá o coração de Jó que não blasfema
Que te adora mesmo se tudo virar pó
Toca, Senhor, no meu caráter
Me dá o coração de Jó
Em meio ao tudo, em meio ao nada
Quero te adorar, Senhor, Tu és meu melhor

Coração de Jó – Anderson Freire

RESUMO: A dissertação de mestrado teve como objetivo analisar o processo de gestão da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará – PA, a fim de conhecer suas dificuldades no processo de organização para a autogestão, seus ambientes internos e externos. Nos processos da pesquisa-ação pode-se identificar a situação de aliança estratégica entre esse empreendimento solidário com empresas capitalistas, uma anomalia quando se verificou a relação de integração entre estas organizações, sob um jogo de poder, interesses e dependência, o que reduz os princípios da economia solidária e da autogestão.

Mostra-se nos três artigos que compõem esta dissertação o debate sobre alianças estratégicas; seguido da apresentação dos passos desenvolvidos no âmbito da pesquisa-ação, utilizando a técnica do DRP (Diagnóstico Rural Participativo), por meio de aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, a fim de uma aproximação e participação dos trabalhadores associados em todas as fases e momentos da pesquisa-ação.

Finalmente, discute-se a organização socioprodutiva da Associação de Produtores Orgânicos Boa Vista do Acará, caracterizada como uma anomalia na gestão, ao realizar atividades de caráter econômico quando juridicamente se constitui por uma entidade sem fins lucrativos. Para solucionar essa situação, por meio de um plano de negócio, a adequação da realidade, com a criação de uma cooperativa sob a mesma denominação, sem, no entanto, extinguir a Associação.

Palavras-chaves: Autogestão. Aliança Estratégicas. Pesquisa-Ação.

ABSTRACT: The Master 's Dissertation aimed to analyze the management process of the Association of Organic Producers of Boa Vista do Acará - PA, in order to know their difficulties in the organization process for self - management, its internal and external environments. In the processes of action research, one can identify the situation of strategic alliance between this enterprise in solidarity with capitalist enterprises, an anomaly when it was found that there is an integration relationship between these organizations, under a game of power, interests and dependence, the which reduces the principles of solidarity economy and self-management. The debate on strategic alliances is shown in the three articles that compose this dissertation; followed by the presentation of the steps developed in the context of the action research, using the DRP (Participative Rural Diagnosis) technique, through the application of questionnaires and semi-structured interviews, in order to approximate and participate the associated workers in all stages and moments of action research. Finally, we discuss the socio-productive organization of the Association of Organic Producers Boa Vista do Acará, characterized as an anomaly in management, when carrying out economic activities when legally constituted by a non-profit entity. To solve this situation was created, through a business plan, the adaptation of reality with the creation of a cooperative with the same denomination, without, however, extinguishing the Association.

Key-words: Self Management, Strategic Alliance, Search Action

RÉSUMÉ: Cette thèse avait pour objectif d'analyser le processus de gestion de l' Association des producteurs biologiques de Boa Vista do Acará – PA, afin de connaître ses difficultés dans le processus d'organisation pour l'autogestion, ses environnements interne et externe. Dans les processus de recherche-action, on peut identifier la situation d'alliance stratégique entre cette entreprise solidaire des entreprises capitalistes, une anomalie lorsqu'il s'est avéré qu'il existe une relation d'intégration entre ces organisations, sous un jeu de pouvoir, d'intérêts et de dépendance, ce qui réduit les principes d'économie solidaire et d'autogestion.

Le débat sur les alliances stratégiques est présenté dans les trois articles qui composent cette thèse. suivi de la présentation des étapes développées dans le cadre de la recherche-action, en utilisant la technique DRP (Diagnostic Rural Participatif), à travers l'application de questionnaires et d'entretiens semi-structurés, afin de rapprocher et de faire participer les travailleurs associés à toutes les étapes et à tous les moments de recherche action. Enfin, nous discutons de l'organisation socio-productive de l'Association des producteurs biologiques Boa Vista do Acará, caractérisée comme une anomalie de gestion, lorsqu'elle mène des activités économiques dans la légalité de la constitution d'une entité à but non lucratif. Pour résoudre cette situation, un plan d'entreprise a été créé pour adapter la réalité à la création d'une coopérative de même dénomination, sans toutefois éteindre l'Association.

Mots-clés: Autogestion. Alliance stratégique. Recherche Action

RESUMEN: La disertación de maestría tuvo como objetivo analizar el proceso de gestión de la Asociación de Productores Orgánicos de Boa Vista de Acará – PA, a fin de conocer sus dificultades en el proceso de organización de la autogestión, sus ambientes internos y externos. En los procesos de investigación-acción se puede identificar situaciones de alianza estratégica entre ese emprendimiento solidario con empresas capitalistas, una anomalía cuando se verificó que hay una relación de integración entre estas organizaciones, bajo un juego de poder, intereses y dependencia, que reduce los principios de la economía solidaria y de la autogestión.

Se muestra en los tres artículos que componen esta disertación el debate sobre alianzas estratégicas; seguido de la presentación de los pasos desarrollados en el ámbito de la investigación-acción, utilizando la técnica del DRP (Diagnóstico Rural Participativo), por medio de aplicación de cuestionarios y entrevistas semiestructuradas, a fin de una aproximación y participación de los trabajadores asociados en todas las épocas y momentos de la investigación-acción.

Finalmente, se discute la organización socioproductiva de la Asociación de productores Orgánicos Boa Vista de Acará, caracterizada como una anomalía en la gestión, al realizar actividades de carácter económico cuando jurídicamente se constituye por una entidad sin fines de lucro. Para solucionar esta situación, por medio de un plan de negocio, la adecuación de la realidad con la creación de una cooperativa sub misma denominación, sin embargo, extinguir la Asociación.

Palabras-clave: Autogestión. Alianza estratégica. Investigación-Acciones

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APOBV- Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista

DRP - Diagnóstico Rural Participativo

EES - Empreendimento Econômico Solidário

IFPA/Campus Castanhal - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
– Campus Castanhal

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto de Colonização e Reforma Agrária

MDA- Ministério de Desenvolvimento Agrário

SAF- Sistema Agroflorestal

SECTET- Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica

SENAES-Secretaria Nacional de Apoio a Economia Solidária

UPF- Unidade Produtiva Familiar

UFPA- Universidade Federal do Pará

Sumário

INTRODUÇÃO GERAL.....	13
ARTIGO I: ALIANÇAS ESTRATÉGICAS ENTRE EMPRESAS CAPITALISTAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: O PROBLEMA DA INTEGRAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	16
1. ECONOMIA SOLIDÁRIA, AUTOGESTÃO, ALIANÇAS ESTRATÉGICAS O BLOQUEIO DA REALIDADE	19
2. ALIANÇAS ESTRATÉGICAS ENTRE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E EMPRESA CAPITALISTA: OS PROBLEMA DA AUTOGESTÃO.....	22
2.1 FORMAS DE ALIANÇAS ESTRATÉGICAS.....	23
3 AUTOGESTÃO DE EMPREENDIMENTOS SOCIDÁRIOS NO CONTEXTO DA ALIANÇA ESTRATÉGICA	26
4. JOGO DE PODER SOB CONTRATO DE FORNECIMENTOS NA ALIANÇA ENTRE EMPRESAS CAPITALISTAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
ARTIGO II: METODOLOGIA, CONHECIMENTO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE ANOMALIA NA GESTÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DE BOA VISTA (APOBV) ACARÁ – PARÁ... 40	
INTRODUÇÃO	41
1.MÉTODO E TÉCNICAS DA PESQUISA-AÇÃO	45
1.1. LEVANTAMENTO DOCUMENTAL.....	45
1.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	46
2.TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS: LÓCUS DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE BOA VISTA DO ACARÁ	48
2.1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS TRABALHADORES ASSOCIADOS À APOBV	52
3. DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP).....	53
3.1 APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP)	55
4. SUJEITOS: TRABALHADORES ASSOCIADOS À APOBV	56
4.1. GRAU DE ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES ASSOCIADOS À APOBV	59
4.2 RENDA FAMILIAR DOS TRABALHADORES ASSOCIADOS À APOBV	59
5 FORMAÇÃO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO AOS TRABALHADORES ASSOCIADOS À APOBV	60
5.1 CURSOS, OFICINAS E ASSESSORIAS TÉCNICAS NA PESQUISA-AÇÃO	61

6. DIAGNÓSTICO SOCIOPRODUTIVO DA COMUNIDADE DE BOA VISTA DE ACARÁ – PA	63
6.1 APOBV E A CULTURA ORGANIZACIONAL CONTRADITÓRIA.....	64
7. PROBLEMA DE CONCEPÇÃO AUTOGESTIONÁRIA NA APOBV.....	70
7.1 APOBV: ORGANIZAÇÃO SOCIAL	72
7.1.1 Perfil dos entrevistados da APOBV.....	74
7.1.1.2 Grau de escolaridade	75
7.1.1.3 Renda familiar	76
7.1.1.4 Organização administrativa da APOBV.....	76
7.1.1.5 Participação social.....	78
8 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA APOBV: estímulo à diversificação.....	80
8.1 A IMPORTÂNCIA DAS ERVAS PARA A APOBV	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	91
APÊNDICE	
ANEXOS:.....	

INTRODUÇÃO GERAL

A história da ciência da administração ao longo dos anos tem passado por modificações em seus modelos de gestão, assim como as indagações sobre o modo de gestão das organizações surgem com o intuito de contribuir para o crescimento da mesma.

De acordo com Vieira (1989), as antigas formas organizacionais estão circunscritas ao modelo burocrático, o que leva a mudança de pensamentos nas execuções das ações mediante a realidade dos fatos.

As práticas de gestão de pessoas e da produção, adotadas nas organizações, são importantes para ter o controle operacional de uma empresa seja ela capitalista ou não, favorecendo as condições para o desenvolvimento, permanência e crescimento da mesma.

No entanto, com as transformações nos meios de produção, na tecnologia de comunicação e linguagem, há a necessidade de estar sempre atualizado em termos de conhecimento e aplicação de novas regras e padrões organizacionais, particularmente quando o empreendimento é uma associação ou cooperativa que atua sob a forma de autogestão.

A tomada de decisão coletiva é um momento importante para um empreendimento e ocorre a toda hora, na medida em que se precisa escolher a melhor solução para um problema ou oportunidade de negócio para o empreendimento.

Em uma associação ou cooperativa essas decisões devem ser pautadas pelo planejamento anual, o qual é aprovado em assembleia geral, envolvendo os cooperados que atuam em diferentes setores, mas que precisam conhecer a realidade do empreendimento e, ao mesmo tempo, agir de forma responsável em cada função ou atividade determinada por esse fórum.

Neste sentido, observa-se que vem crescendo vertiginosamente os trabalhos sobre redes nos últimos tempos, com profundas transformações socioeconômicas, reestruturações produtivas e modos de realizar experiências em conjunto; para oferecer produtos de qualidade e diversificados. Por essa razão, busca-se entender as relações (interna ou externa) com objetivo de verificar a interação entre os sujeitos que se disponibilizam a compartilhar conhecimentos para a construção coletiva da solidariedade.

Para conhecer essa realidade na Associação de Produtores orgânicos de Boa Vista (APOBV), esta dissertação foi escrita em forma de quatro artigos: o primeiro retrata as alianças estratégicas entre empresas capitalistas e empreendimentos solidários: o

problema da integração, dividiu-se em três subintês: no primeiro discute-se a interdição do processo de autogestão devido ao fato dos empreendimentos solidários integrarem-se por contratos de integração da produção a empresas capitalistas.

No segundo subitem busca-se caracterizar essa relação mostrando-a a partir de elementos que identificam jogos de poder e dependência associados à integração de empreendimentos solidários a empresas capitalistas. No terceiro item demonstra-se como realiza-se esse tipo de relação entre a APOBV e empresa capitalista. Discute-se ainda a economia solidaria e o ambiente que bloqueia suas finalidades solidárias.

No segundo artigo tem-se a pesquisa-ação: conhecimento e resolução de problemas de anomalia na gestão da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV), dividido em quatro partes: na primeira discute-se o método e as técnicas utilizadas para a compreensão dos fenômenos utilizados; a observação dos participantes, as entrevistas semiestruturadas para compreender melhor a comunidade e as anomalias existentes nesta associação.

Na segunda parte deste artigo utiliza-se o Diagnóstico Participativo (DRP), metodologia que permitiu o levantamento de informações e conhecimentos da realidade da comunidade a partir do ponto de vista de seus membros. Na terceira parte mostra-se o território sobre o qual encontra-se a APOBV onde se dão às relações dos trabalhadores associados; quando se observa a paisagem, tornando possível desvendar inúmeras situações ocorridas naquele ambiente, tanto naturalmente quanto socialmente.

No terceiro artigo tratou-se de mostrar o processo organizativo e, ao mesmo tempo, partiu-se para a aplicação do conhecimento adquirido no âmbito da pesquisa-ação, tomando como referência o diagnóstico sócio produtivo da comunidade, para destacar os trabalhadores associados e as atividades desenvolvidas. Para a contribuição deste trabalho para a associação traz-se um plano de negócio visando solucionar o problema da anomalia na gestão e por fim foi construída uma cartilha descrevendo as práticas do associativismo e cooperativismo da Associação de produtores Orgânicos de Boa Vista de Acará – Pa.

ARTIGO I: ALIANÇAS ESTRATÉGICAS ENTRE EMPRESAS CAPITALISTAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: O PROBLEMA DA INTEGRAÇÃO

Hieglis de Souza Cavalcante Freitas¹

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir teoricamente a relação de aliança estratégica entre empreendimentos de solidários e empresas capitalistas. Trata-se de uma leitura bibliográfica para favorecer a análise abstrata que visa entender por que esse fenômeno ocorre. Identificou-se que o fato de os trabalhadores associados não disporem das condições necessárias para o desenvolvimento e inovação dos produtos naturais, acabam recorrendo a processos de integração da produção a empresas capitalistas que externalizam as despesas da aquisição de produtos naturais extrativistas. Assim, os empreendimentos solidários passam a serem incorporados como fornecedores nos elos iniciais da cadeia produtiva de produtos naturais biodiversos, assumindo os custos decorrentes da capacidade deste trabalho, uma aliança que gera sobrelucros às empresas capitalistas ao reduzirem suas despesas de produção, enquanto aos empreendimentos restam baixos preços dos produtos entregues *in natura*.

Palavras-chave: Alianças Estratégicas. Empreendimentos Solidários. Empresas Capitalistas. Produtos Naturais.

Abstract: The article aims to discuss theoretically the relationship of strategic alliance between enterprises of solidarity and capitalist enterprises. It is a bibliographical reading to favor the abstract analysis that aims to understand why this phenomenon occurs. It was identified that the fact that the associated workers do not have the necessary conditions for the development and innovation of the natural products, end up using processes of integration of the production to capitalist companies that outsource all the expenses of the acquisition of natural extractive products. Thus, solidary enterprises begin to be incorporated as suppliers in the initial links of the production chain of biodiverse natural products, assuming the costs arising from the capacity of this work, an alliance that generates surpluses to the capitalist companies by reducing their production expenses, while the enterprises remain low prices of products delivered *in natura*.

Keywords: Strategic Alliances. Joint ventures. Capitalist Companies. Natural products.

¹ Artigo apresentado como requisito para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, do IFPA Campus Castanhal.

INTRODUÇÃO

Para discutir a questão do associativismo rural na Amazônia e, em particular, no estado do Pará, verificou-se a necessidade de pensar sobre a questão das alianças estratégicas, tendo em vista que as associações de trabalhadores rurais têm se inserido no mercado regional e nacional, por meio de processos de integração da produção vinculados a alianças estratégicas com grandes empresas, devido à dificuldade de acessar essas escalas de mercado, um problema que exige uma discussão aprofundada sobre as condições desses trabalhadores que não conseguem desenvolver os diferentes elos da cadeia produtiva dos produtos da biodiversidade amazônica, seja pela falta de acesso a pesquisa e desenvolvimento, seja, pela falta de acesso a crédito, a formação de base tecnológica, de canais de comercialização dentre outros.

Alianças estratégicas são tema de diversos artigos acadêmicos, em razão de sua importância atual como opção estratégica para as organizações inseridas em um mercado globalizado e competitivo. Essas alianças são definidas por Kanter (1994) como relações entre empresas independentes para obter colaboração mútua e potencializar oportunidades. Segundo Gulati (1998) também define alianças estratégicas como arranjos empresariais voluntários relacionados à troca, compartilhamento e desenvolvimento conjunto de tecnologias, produtos e serviços.

Nesse sentido, vem ocorrendo um processo de alianças estratégicas entre grandes grupos econômicos e os empreendimentos de trabalhadores associados que muitas vezes revivificam as práticas de aviação no interior da Amazônia. Assim, nesse artigo busca-se analisar essa realidade, por meio de uma experiência concreta da relação desenvolvida entre a Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista – PA (APOBV) e a empresa de cosméticos Natura.

Observou-se, no decorrer da pesquisa, para realização da dissertação de mestrado profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, que há diferentes níveis de dificuldades para que este empreendimento adote a prática de integração, por meio do fornecimento de matéria prima a produção de cosméticos para a empresa citada.

Essa situação mostra que os trabalhadores associados a APOBV não detêm condições necessárias para o desenvolvimento das potencialidades vinculadas aos seus conhecimentos tradicionais passados de geração a geração e assim estabelecem por meio da alianças estratégicas para a obtenção, particularmente, a coleta de sementes e frutos

regionais comercializadas a baixos custos às empresas que, com base nesses conhecimentos, desenvolvem produtos diversificados.

Deste modo, trabalhadores associados passam a se constituir como fornecedores de empresas capitalistas, cujos custos da obtenção dos produtos extrativistas e da comercialização se dão de modo pseudo autogestionário, na medida que o empreendimento não tem autonomia nesse processo de vinculação no primeiro elo da cadeia produtiva dos cosméticos.

Morgam (1996), ao tratar das imagens da organização mostra que há um aprendizado sobre a arte da análise organizacional. Em seus argumentos apresenta determinadas as metáforas como elementos importantes para ler e compreender as organizações, tendo em vista que as relações entre os sujeitos não se dão de forma direta e aparente, mas sob a premissa de que as organizações possuem múltiplas dimensões, as quais podem ser visualizadas quando se concebe seus objetivos e metas, interesses e valores, mas também suas relações com outras instituições, mostrando que as organizações ao estabelecerem parâmetros de funcionamento a fim de sobreviver sob determinados ambientes, mas também podem desaparecer, particularmente quando não criam um sistema de informações e aprendizagens.

Observa-se, segundo o autor, que muitos dos problemas das organizações estão relacionadas as formas de como se racionaliza a própria organização. Isto significa dizer que uma lacuna entre o pensamento e a ação, pois embora a associação em questão esteja estrutura sob uma forma jurídica sem fins econômicos ao realizar processos de negócios e comercialização acaba entrando em contradição com a sua natureza legal.

Neste aspecto verifica-se que há um desconhecimento quando ao papel efetivo da organização e de suas responsabilidades quanto aos valores e comportamentos na realização dos objetivos com os quais foram pensados a organização.

Deste modo, é importante estreitar as relações entre a concepção da associação em sua forma jurídica a fim de atender seus pressupostos jurídicos-sociais e institucionais e, ao mesmo tempo, criar novas formas de organização em consonância com a função de realizar negócios e comercializar.

Destaca-se que os arranjos atuais, embora impróprio para a realização de negócios e comercialização, trazem como ponto positivo o fato de se manterem unidos, mostrando que a cultura organizacional é importante para a correção de rumos e resolver a

problemática. Portanto, não é necessário desfazer a associação para criação de uma cooperativa, essas duas organizações podem caminhar par e passo, uma fortalecendo a outra.

A cultura organizacional mostra-se de modo a fortalecer determinados princípios e valores coletivos, que são partilhados sob a forma de valores, ideias, e conhecimentos sobre a identidade da própria comunidade, as quais podem potencializar visões e direção que estão para além das estruturas burocráticas.

A cultura local, por exemplo, deve ser incorporada ao diálogo entre os trabalhadores associados na resolução de problemas quando a organização interna, a formação dos trabalhadores associados para o desenvolvimento dos processos de autogestão da produção, da comercialização e da distribuição, sob a perspectiva da cooperativa e, não mais, enquanto associação.

As diferentes determinações para que essas situações se constituam como uma realidade que está diretamente relacionada a histórica falta de acesso às políticas sociais capazes de formar uma base técnica e tecnológica capaz de desenvolver todos os elos de cadeia produtiva processos do trabalho, da produção de produtos com base nos conhecimentos ancestrais das comunidades amazônicas.

Assim verifica-se que os trabalhadores associados detenham o conhecimento dos produtos biodiversos da Amazônia acabam sendo transferidos para empresas que têm laboratórios capazes de realizar a pesquisa desenvolvimento necessária à agregação de valor dos produtos conhecidos da floresta, ribeirinha e por agricultores familiares.

Deste modo, a discussão sobre o processo de integração da produção de trabalhadores associados e, em tese, autogestionários entre empresas capitalistas, tem se constituído como uma estratégia para a comercialização, haja vista as condições desses trabalhadores em razão dificuldade de do mercado, decorre da necessidade de ampliar seus canais de comercialização.

A de mais o empreendimento solidário tem como um de seus maiores desafios em primeira instância políticas públicas capazes de fazer acessar meios capazes para o desenvolvimento tecnológico com base em seus conhecimentos ancestrais, tendo em vista os interesses diferenciados das empresas capitalistas ao estabelecer alianças estratégicas com os empreendimentos autogestionários. O artigo teve como metodologia a pesquisa bibliográfica para maior compreensão dos assuntos aqui tratados.

O artigo está subdividido nos seguintes em três subintês: no primeiro discute-se a interdição do processo de autogestão devido ao fato dos empreendimentos solidários

estarem em relações de integração da produção a empresas capitalistas, o que se caracteriza por contratos de integração da produção.

No segundo subitem busca-se caracterizar essa relação mostrando-a a partir de elementos que identificam as situações e jogos de poder e dependência associados à relação de integração de empreendimentos solidários a empresas capitalistas.

No terceiro item demonstra como é realizada esse tipo de relação entre a APOBV e a Natura. Com essas considerações discute-se no item abaixo a economia solidaria e no ambiente que bloqueia suas finalidades solidárias.

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA, AUTOGESTÃO, ALIANÇAS ESTRATÉGICAS O BLOQUEIO DA REALIDADE

A economia solidária tem buscado encontrar meios para estruturar formas de organizações capazes de promover os territórios desiguais. A própria organização sob a forma do trabalho associado é uma estratégia que procura superar as dificuldades de isolamento, estagnação e falta de acesso às condições de desenvolvimento de seus produtos.

A realidade da Amazônia, onde a relação entre homem e natureza ainda são estritas, permitem pensar como Spinoza (2012), pois, o homem é como um ser natural, antes mesmo de ser social e o esquecimento desta premissa tem levado a sociedade a se pensar como fora do mundo natural, destruindo a natureza e a si próprio.

Assim, pensar a economia solidária na Amazônia exige entendê-la no contexto da democratização dos anos de 1980, no Brasil vinculada à dinâmica dos movimentos sociais, e diferentemente das demais regiões do país esse fenômeno não está diretamente vinculada ao desemprego, mas a falta de oportunidades relativas ao não acesso a condições de desenvolvimento, seja pela questão da inexistência de a valorização da biodiversidade ou de infraestruturas adequadas precárias para a pequena produção, seja por falta de políticas públicas de valorização da capacidade de trabalho das populações rurais.

No entanto, essa modalidade de organização ganha maior sentido nos anos 2000, com novas oportunidades oriundas de um governo democrático que criou uma estrutura institucional, isto é, a Secretaria Nacional de Apoio a Economia Solidária (SENAES) a

fim de promover as diferentes expressões econômicas de base popular e solidárias existentes no campo e na cidade.

Para Gaiger (2000, p.8), os empreendimentos solidários expressam “(...) uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo, no entanto com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista”. Essa condição impõe limites às relações de autonomia e autogestão.

Como verifica-se em Icaza e Tiriba apud Betanho (2008, p. 45), a economia solidária mostra-se por um “o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização da própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais”.

Nesta citação é possível identificar que as atividades desenvolvidas no cotidiano de comunidades e grupos sociais aparecem sob forma de cooperação, solidariedade e reciprocidade, a exemplo dos mutirões, tão comuns no meio rural, onde familiares de agricultores ajudam-se para dar conta de determinadas atividades, seja na roça ou mesmo na colheita ou na comercialização.

Nestes termos, a produção vinculada de forma mais próxima da reprodução da vida familiar. Na família essa figura é representada pela autoridade do patriarca, o qual não dispõe de meios orgânicos ao capital, mas a uma relação fraterna diferentemente da relação estabelecida sob a lógica do capital, cujas regras são impostas à sociedade como um todo. Neste âmbito embora haja um processo de autogestão decorrente das próprias práticas sociais aí envolvidas, não há um administrador ou feitor para comandar as atividades produtivas.

De acordo com Singer (2002), o que difere um empreendimento solidário de um empreendimento capitalista ou mesmo uma unidade produtiva familiar o desenvolvimento de atividades distas da relação de parentesco.

No empreendimento econômico solidário seus membros buscam cooperar como uma estratégia de superar dificuldades enfrentadas no âmbito da vida individual ou familiar. O coletivo torna-se uma estratégia para alcançarem meios de transpor ausência de condições favoráveis à reprodução do grupo familiar ou mesmo da comunidade.

Assim, para auxiliar na identificação de iniciativas da economia solidária, França Filho e Laville (2004) sugerem cinco critérios indissociáveis:

1) pluralidade de princípios econômicos (diversidade de fontes de recursos – mercado, poder público e práticas recíprocitárias); 2) autonomia institucional (independência na gestão); 3) democratização dos processos de decisão; 4) sociabilidade comunitário-pública (relações marcadas pela pessoalidade); 5) finalidade multidimensional – ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, projetando-se no espaço público.

Nesse sentido, Gaiger (2000) chama a atenção para o fato de que esse quadro promissor pode acarretar o risco de serem as experiências da economia solidária vistas somente sob o aspecto político, uma gama de alternativas, ou ainda sob o aspecto ideológico.

De fato, Gaiger (Idem) ressalta que os empreendimentos da economia solidária (EES) estarem, neste momento, experimentando dupla subsunção à economia capitalista: por um lado, sujeitam-se às regras de acumulação e intercâmbio impostas pelos agentes econômicos; por outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo.

Para que os EES mantenham seus traços distintivos, o autor aponta três exigências: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, sem se corromper, e usá-la para a construção de sua própria forma social de produção; b) provar ser superior, na comparação com empreendimentos capitalistas; c) resistir às pressões do ambiente econômico.

Para Eid (2012), as experiências de economia solidária estão relacionadas paradoxalmente as vantagens relativas do trabalho cooperado, em relação individual, mas aí também reside dificuldades decorrentes do compromisso em compartilhar as tomadas de decisões, em respeitar as diferenças, atribuir critérios de usufruto do bem coletivo, pois todos são co-proprietário, uma condição que altera às relações favorecendo a autoestima, desenvolvimento intelectual e a busca do bem estar de todos e da comunidade. Neste espaço não cabem ações egoístas na medida em que o resultado se dá pela entrega na conjugação de interesses e motivações.

No caso da relação entre empreendimentos solidários e empresas capitalistas observa-se que a motivação se restringe aos ganhos econômicos, particularmente, quando devido à dificuldade de acessar canais de mercado, a exemplo das alianças estratégicas como destaca-se no item seguinte, gerando inclusive problemas para a autogestão (FARIA, 2007).

2. ALIANÇAS ESTRATÉGICAS ENTRE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E EMPRESA CAPITALISTA: OS PROBLEMA DA AUTOGESTÃO

As alianças podem ser realizadas entre empresas capitalistas e empreendimentos solidários, ocorrem devido estes últimos não deterem todos os elos da cadeia produtiva e, muitas vezes, não tem outra possibilidade de aumentar seus ganhos com a comercialização dos produtos, a um mercado despeço.

Por essa razão, os trabalhadores associados se submetem à comercialização de seus produtos com empresas capitalistas a preços extremamente baixos. Esse tipo de relação caracteriza-se por alianças estratégicas constituídos como mecanismo de acesso mercados regional e nacional.

As alianças e redes são formas de soluções para o fortalecimento de empresas à procura de inserção de mercado. Desta forma, as associações também estabelecem alianças no sentido de gerar troca de conhecimentos, visando criar ou adaptar ferramentas de trabalho, inovação de produtos. De acordo com Pinheiro *apud* Alves; Dussauge e Garrette (1999) *apud* Oliveira (2005), uma aliança estratégica é constituída por:

(...) ligações formadas entre duas – ou mais – empresas independentes que optam por executar conjuntamente um projeto ou atividade específica, coordenando as habilidades e recursos necessários, ao invés de: executar o projeto ou atividade por conta própria, assumindo todos os riscos e enfrentando a concorrência sozinho; fundir suas operações ou adquirir e se desfazer de unidades de negócios inteiras.

Ansoff (1990) resume uma aliança estratégia como um dos vários conjuntos de regras de decisão para orientar a conduta de uma organização como: a relação da empresa com o meio ambiente, envolvendo produtos e tecnologias de uma determinada empresa, seja para comercializar ou mesmo regras para guiar relações internas e processos internos a organização, como objetivos e metas, nas quais o desempenho das relações entre as empresas em aliança possam ser mensurados.

Neste sentido busca-se demonstrar as diferentes formas de alianças estratégicas as quais envolvem consórcio formação e/ou assistência técnica, acordo de produção conjunta, acordo de investigação e desenvolvimento e licenciamento de patentes para aproximar aquela que melhor se adequa à explicação do fenômeno existente na APOBV.

2.1 FORMAS DE ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

Autores como Minshall (1999, 2003) e Eisenhardt (1996) têm contribuído para o entendimento sobre a formação de alianças estratégicas as quais envolvem particularidades como: objetivo, forma, tipo estrutura, desempenho e motivação.

Para esses autores, existem vários tipos de alianças estratégicas, das quais se destaca alguns tipos como: de domínio técnico/produção, dentre estas, consórcio, formação e/ou assistência técnica, subcontratação; acordo de produção conjunta; acordo de investigação e desenvolvimento (EIRIZ, 2001).

No quadro 1 mostra-se resumidamente as caracteriza dessas possibilidades de alianças estratégicas as quais envolvem o consórcio, formação ou assistência técnica, subcontratação, acordo de produção conjunta, acordo de investigação e desenvolvimento e licenciamento de patentes.

Quadro 1: Tipos e características de alianças estratégicas

Consórcio	É estabelecida entre duas ou mais empresas que possuem capacidades e competências capazes de ser complementadas no desenvolvimento de um projeto técnico de grande competência e duração no tempo. O consórcio pode ou não continuar para além da realização de um projeto podendo aprofundar a relação e firmar novos projetos.
Formação e/ou assistência técnica	Ocorrem em sectores que a base tecnológica é importante. Estabelece-se um acordo entre duas ou mais empresas para suprir deficiências tecnológicas, como: formação da capacidade técnica dos trabalhadores, para elevar o desempenho no equipamento de produção ou nos produtos.
Subcontratação	É um tipo de aliança estratégica que ocorre quando uma empresa (contratante) subcontrata a outra (subcontratada) uma parte do seu processo de produção.
Acordo de produção conjunta.	Ocorre quando duas ou mais empresas produzem conjuntamente os mesmos produtos, para atender necessidades de mercado, às quais não conseguiriam responder individualmente por falta de capacidade. Este tipo de aliança estratégica difere-se da subcontratação pelo motivo de que as empresas desenvolvem as mesmas atividades e as suas operações desenvolvidas de negócios pelos aliados são iguais.
Acordo de investigação e desenvolvimento	Acontece em sectores onde as atividades de investigações e desenvolvimento de novos produtos e processos importantes. Destaca os custos, sobretudo, os custos fixos.
Licenciamento de patentes	Esta forma de aliança ocorre através da qual uma empresa (concessionária) concede a outra (licenciada) os direitos de exploração de uma patente, produto ou processo de fabrico mediante uma compensação geralmente de carácter financeiro.

Fonte: Elaborado pela autora inspirado em Eiriz (2001).

Corroborando com essa compreensão, Quinn (2001, p.20), ao definir estratégia, pensa em um enfoque dual relativo às definições.

Estratégia é o padrão ou plano que integra as principais metas, políticas e sequências de ações de uma organização em um todo coerente. Uma estratégia bem-formulada ajuda a ordenar e alocar os recursos de uma organização para uma postura singular e viável, com base em suas competências e deficiências internas relativas, mudanças no ambiente antecipadas e providências contingentes realizadas por oponentes inteligentes.

Percebe-se, a partir desses argumentos que as estratégias “são tanto planos para o futuro quanto padrões do passado” (ORSSATTO, 2002, p.50) para se atingir determinados fins.

Megginson (1998) explica que as alianças estratégicas são “um tipo de estratégia relativamente novo e que ajuda a fortalecer as pequenas empresas”. Elas são formadas por duas ou mais companhias que cooperam para atingir um objetivo comum, tomando como referência uma situação de ganha-ganha, ou seja, as empresas em aliança têm como objetivo aproveitarem vantagens incorporadas, a partir da relação estabelecida, portanto, espera-se que a aliança favoreça as empresas, as quais são estabelecidas por meio de regras, normas e regulamento necessário às operações especificadas no contrato ou acordo gerador da aliança.

Segundo Silva e Pereira (2004), a cooperação entre empresas aumenta o nível de conhecimento técnico e possibilita a superação dos limites organizacionais, trazendo maior segurança às empresas inseridas em um ambiente de constantes mudanças.

Segurança também é importante quando se pensa em internacionalização, uma vez que novos mercados, em geral, possuem características diversas das existentes no país de origem da empresa, o que dificulta o seu acesso a esse mercado e aumenta o risco do negócio, conforme argumentam Freeman; Edwards e Schroder (2006).

O que também é pensado por Harbison&Pekar (1999), pois para esses autores as alianças estratégicas são acordos baseados na igualdade, na divisão e desenvolvimento de competências obedecendo uma estratégia comum, buscando aumentar os lucros e pressionar os concorrentes. Deve ser realizada quando a empresa necessita de competências e não dispõe de recursos suficientes para desenvolvê-las. Para criá-las deve-se identificar o parceiro ideal, avaliar o candidato, negociar e implementar a aliança.

Também Hitt (2002) vê as alianças estratégicas são parcerias entre firmas, em que seus recursos, capacidades e competências essenciais são combinados para perseguirem interesses mútuos ao projetar, manufaturar e distribuir bens e serviços.

Ao perceber que há, de fato, uma lacuna entre aquilo que gostariam de fazer e o que concretamente podem fazer. Neste sentido, as organizações perceberam que há necessidade de forças e descobrir formas de otimizar seus recursos, seus conhecimentos, potencialidades e que a melhor forma de o fazer é agregando esforços com as organizações afins (NOLETO, 2000).

Por meio da formação de alianças estratégicas, as empresas se organizam para poderem acessar os recursos necessários, adquirir conhecimento e construir uma vantagem competitiva (CUMMINGS e HOLMBERG, 2012). Desta forma, relações interfirmas, como *joint ventures*, redes e alianças estratégicas, tornaram-se onipresentes (LUMINEAU E MALHOTRA, 2011).

Alianças estratégicas coalizão estratégica ou rede estratégica podem ser definidas como uma relação de negócios, relacionamento ou coligação entre as organizações, a fim de minimizar os custos organizacionais, compartilhar riscos, pontos fortes ou funções que integram negócios para melhorar vantagens competitivas com base em habilidades e competências das organizações em alianças.

Ao trabalhar em conjunto, as organizações podem alcançar os objetivos e benefícios mútuos. Porém, cada organização em uma aliança de longo prazo mantém-se como uma entidade distinta e independente, ao contrário de uma fusão, na qual os ativos são combinados (CHAND E KATOU, 2012).

Uma aliança estratégica combina alguns dos seus recursos e capacidades, a fim de criar vantagem competitiva. Além disso, uma aliança estratégica envolve a troca e a partilha de recursos e de capacidades, bem como, o desenvolvimento ou a distribuição conjunta de bens e serviços para se sustentarem a longo prazo no mercado. As alianças estratégicas abrangem uma variedade de modalidades flexíveis de cooperação entre as organizações, a partir da cooperação de longo prazo e de acordos formais (CHAND E KATOU, 2012).

As alianças estratégicas emergem como uma possibilidade de empresas incorporarem rapidamente habilidades necessárias para competirem. Além disso, essas alianças são um importante instrumento para que as empresas consolidem suas posições no mercado, a fim de que possam ingressar nas comunidades de valor agregado que fortalecerão os negócios entre empresas e reduzirão a intermediação com o objetivo de melhor atender o cliente (MEANS; SCHNEIDER, 2001).

A estratégia de composição de alianças é utilizada por empresas visando suprir suas necessidades de melhoria na gestão, produção ou comercialização, portanto, trata-se de uma relação contratual com objetivos eminentemente econômicos.

Segundo Amato Neto (2000), as empresas podem estabelecer acordos para utilizar conhecimentos práticos de outras empresas a fim de potencializar seus ganhos. Também podem ser realizados para realizar pesquisas e, assim, compartilhar os conhecimentos adquiridos para explorar novas oportunidades, fortalecer o poder de compra; obter mais força para atuar nos mercados internacionais.

Para os autores, uma aliança estratégica é estabelecida quando possui associadamente as três características seguintes: as empresas se unem para cumprir um conjunto de metas combinadas, mas continuam independentes, depois da formação da aliança; as empresas compartilham benefícios da aliança, desempenho das tarefas e, muitas vezes, dificulta a sua gestão, por fim; as empresas contribuem consecutivamente em uma ou mais áreas estratégicas que envolva a tecnologia, produtos e outros mais que ambas acharem necessário.

Do ponto de vista da gestão, para avaliação das alianças estratégicas, os potenciais aliados visam encontrar formas de compatibilizar seus objetivos, portanto, pode contribuir para cada envolvido. Dentre os vários problemas para o estabelecimento de alianças, pode-se destacar os propósitos da formação da referida aliança devido a necessidade de integrar, muitas vezes, culturas e sistemas, visando alcançar os objetivos propostos pelas empresas que buscam firmar uma determinada aliança.

Um dos principais motivos das alianças é agregação de valor ao produto. Este elemento é primordial, pois disso depende o crescimento das mesmas. As alianças podem acontecer a partir de diferentes possibilidades, a exemplo: fornecimento de produtos e matérias primas, melhorias de qualidade, redução de tempo rotação do produto no mercado, melhoria na distribuição, dentre outros, que possam gerar um valor para as organizações envolvidas nestes processos.

3 AUTOGESTÃO DE EMPREENDIMENTOS SOCIDÁRIOS NO CONTEXTO DA ALIANÇA ESTRATÉGICA

Para Faria (2011), a questão da autogestão em território brasileiro tem sido utilizada de forma simples incorrendo-se no risco de se identificá-la somente no nível técnico de gestão industrial, portanto restrita à eficácia e rentabilidade econômica.

Neste aspecto chama a atenção para o viés economicista, embora este seja um dos elementos importantes para se construir organizações autogestionárias. Neste sentido, o autor faz uma crítica a essa concepção reafirma o caráter utópico que se traduz em potencial de luta anticapitalista, enquanto uma ação prática na história e experiência de autonomização do movimento operário.

Isso significa uma chamada de atenção para as experiências de autogestão que nasceram no século XIX como “(...) formas associativas de produção, ao substituírem a competição entre os trabalhadores pela solidariedade, a fragmentação pelo coletivismo, revelam um processo de auto-organização tomado como meio e fim” (FARIA, 2011, p.279-80). Desta forma, o autor entende que a autogestão efetuada no campo das lutas norteou, por meio da experiência, a autogestão da produção e da vida social. Essa prática social é caracterizada como uma ação pedagógica dos trabalhadores em suas lutas cotidianas e antagônicas à exploração no âmbito do trabalho.

Assim, a atualização da concepção de autogestão passa pela retomada histórica da luta dos trabalhadores, que vão muito além da questão do desemprego, principalmente quando se trata da Amazônia, com particularidade para o meio rural, onde práticas de assalariamento são recentes, uma vez que a grande maioria tem como realidade, trabalhadores rurais (posseiros, meeiros, ribeirinhos, quilombolas etc.), os quais detêm os meios de produção como a terra e os instrumentos de trabalho, e mesmo as forma de processamento de produtos florestais não madeireiros, ainda que de modo rudimentares e precários.

A autogestão na Amazônia é condição da própria vida, e neste particular, as características diferem da tradição histórica que tem a ver com as lutas operárias, da Europa do século XIX e XX ela é revestida da necessidade de viver e trabalhar o solo e as águas, cujo domínio familiar e mostra-se como estratégia de sobrevivência, tendo como elemento primeiro a relação com a terra.

No entanto, as dificuldades iminentes à relação de trabalho com a terra dinamizada pela economia basicamente de subsistência e, muitas vezes, atrelada ao extrativismo, encontra-se com o domínio sobre o conhecimento dos produtos e mesmo dos meios de produção (rudimentares). As formas de uso não são caracterizadas pela inovação, mas pela repetição da pela transferência de conhecimento de geração à geração.

Nesse caso, a transformação no uso dos produtos pela inovação acaba sendo uma questão dada à empresa capitalista que se apropria dos conhecimentos ancestrais dos

trabalhadores associados, na medida em que detêm as condições necessárias para pesquisa&desenvolvimento e conseqüentemente à inovação.

A aliança estratégica entre empresas capitalista e empreendimentos solidários, neste sentido, reduz o potencial da autogestão. Chedid, 2015, p.72) destaca que podem ser considerados três características principais:

práticas que não tenham o mesmo conteúdo emancipatório, nem a apropriação dos meios de produção pela classe trabalhadora. (...) práticas que não signifiquem a gestão integral dos instrumentos de produção pelo trabalhador; não pressupõe a quebra de hierarquias no interior da fábrica [empreendimentos solidários]; e são intermediadas pelo Estado.

Acrescenta-se no caso dos empreendimentos, a integração destes elos da cadeia produtiva de empresas capitalistas. Segundo Chedid (idem) “a autogestão deve reger as relações para além das unidades produtivas. Ele toma ainda como referência Faria (2009) que pensa em uma autogestão parcial, pois a gestão democrática e participativa se constitui como organização com características autogestionárias, mas quando age de forma subordinada à contratos de integração via fornecimento de matéria prima quebra-se o elo da autonomia intermediando o processo de autogestão.

Na realidade, os trabalhadores associados são incorporados à produção dessas empresas sem que elas tenham que pagar os custos da transação relativos aos diferentes processos que vão sendo trabalhado desde o cultivo a até a entrega dos produtos às empresas.

Morin (1991, p. 56-9), ao tratar do esquema mecânico de trabalho-motivação verificou que o trabalho é efetuado em acordo com os objetivos de produção e satisfação das necessidades, sendo isto que leva à produção. Nesse caso, o autor trabalha a teoria da psicologia condicional na organização observando que em cada esforço complementar há como recompensa a satisfação das necessidades, seja de modo consciente ou sensível.

No contexto da integração caracterizado como aliança estratégica, deve-se observar o que os motiva para esse tipo de relação. Será que o trabalho gera satisfação das necessidades, ou melhor, de suas necessidades ou se trata de uma única possibilidade de acessar mercados.

Desta forma, pensa-se que as necessidades e motivações para as empresas capitalistas levam-nas estabelecer alianças estratégicas com empreendimentos solidários, para estes últimos certamente as necessidades e motivações são diferentes, embora

ambas, encontrem condições necessárias para uma ação que se entende como um contrato de integração.

Neste caso, a empresa capitalista determina o processo de estruturação/estabelecimento do contrato, disponibilizando, inclusive, cursos de formação para a adequação dos trabalhos dos associados aos empreendimentos solidários para que as atividades produtivas dos trabalhadores associados possam cumprir as normas da empresa.

Cabe a estes trabalhadores associados, o trabalho de coleta, cultivo e ou manipulação para entregar produtos de acordo com as normas e regras estabelecidas no contrato de fornecimento firmado pela empresa capitalista e empreendimento solidário. Neste contexto observa-se um jogo de poder, interesses e dependências com impactos diferenciados para estes dois polos de uma mesma relação contratual de negócios, como se discute no próximo item.

4. JOGO DE PODER SOB CONTRATO DE FORNECIMENTOS NA ALIANÇA ENTRE EMPRESAS CAPITALISTAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Neste movimento de produção-fornecimento, os trabalhadores associados se constituem como atores sociais colocados sob uma situação de múltiplas faces, pois está em jogo os papéis diferenciados nessa relação de caráter complexo e ambíguo, devido os fluxos estabelecidos nessas relações de poder.

Uma relação que se mostra estratégica na medida em que os trabalhadores associados não se reduzem a meros assalariados, a desenvolver tarefas a executar, pois se colocam à frente pelo fato de estarem organizados autonomamente.

O trajeto da produção sob a aliança de empreendimentos autônomos com empresas capitalistas aparece na esteira das dificuldades enfrentadas pela falta de condições necessária à pesquisa&desenvolvimento e inovação desses empreendimentos.

No quadro II é possível identificar alguns elementos que movem o jogo de poder, interesses e dependência. Nesse tipo de aliança estratégica, portanto, há vários tipos de situações nas quais é possível identificar os jogos de poder, interesses e dependência, que estão envolvidos nos contratos de fornecimento (empresa capitalista e trabalhadores associados) e componentes.

Quadro2: Explicando a Aliança Estratégica entre empresa capitalista e empreendimento associativista.

JOGO DE PODER E DEPENDÊNCIA	
Contrato de Fornecimento	Componentes
Empresa Capitalista	Receber os produtos na quantidade demandada e pagamento dos mesmos
Trabalhadores Associados	Conhecimento sobre os usos dos produtos; Acesso a Produtos Biodiversos; Trabalho de plantação, cultivo ou coleta; Responsabilidade com perdas

Fonte: Elaborado pela autora, inspirado em Morin (1991).

Os empreendimentos autogestionários, como se pretendem, os empreendimentos solidários são levados a construir alianças onde colocam-se de modo dependentes devido à pela impotência de transpor os obstáculos para internalizarem os diferentes elos da cadeia dos produtos biodiversos.

A figura criada por Morin (1991) ajuda-nos a pensar sobre a vantagem de se adotar uma aliança estratégica, mesmo quando se cria um processo de integração da produção autonomamente realizada à uma empresa capitalista que não tem qualquer custo para acessar esse tipo de trabalho.

Trata-se, na realidade, de uma relação de integração sistemática, uma forma frequente de interesses não explicitamente colocados pela empresa capitalista, o que recobre administrativamente um recurso de manipulação contínua que se faz sob a marca mercadológica da contribuição à conservação da Amazônia, uma condição que prima pela valorização dos produtos naturais ao agregar valores pela apropriação não sendo de produtos naturais mas também do conhecimento adquiridos desses sujeitos com sobrelucros dada a informalidade da apreensão dos mesmos, devido às características determinadas no caso dos trabalhadores associados, e às empresas relativas à todo processo de obtenção desses custos de externalização.

Nesse sentido, as relações de poder que existem no interior dos empreendimentos e mesmo na relação com as empresas capitalistas se explicam por uma série de fatores, que vão desde às condições de trabalho precários, as quais caracterizam o próprio modo de vida simples desses trabalhadores associados.

Onde a hierarquia praticamente inexistente em face do próprio do meio onde o trabalho de coleta e produção dos produtos biodiversos existem e são executados no

âmbito da chamada agricultura familiar, com alguns recursos e mesmo tarefas realizadas por trabalho externo, embora, com exceção.

A subordinação se dá, portanto, pela necessidade de encontrar alternativas à falta de acesso a condições que possa melhorar suas vidas. Nesse espaço, abre-se o poder das empresas capitalistas os subordinar, um paradoxo, sobre a autonomia, autogestão. A integração sob formas ocultas de dominação e a aprisionamento a um contrato de fornecimento decorrente do sistema capitalista de produção.

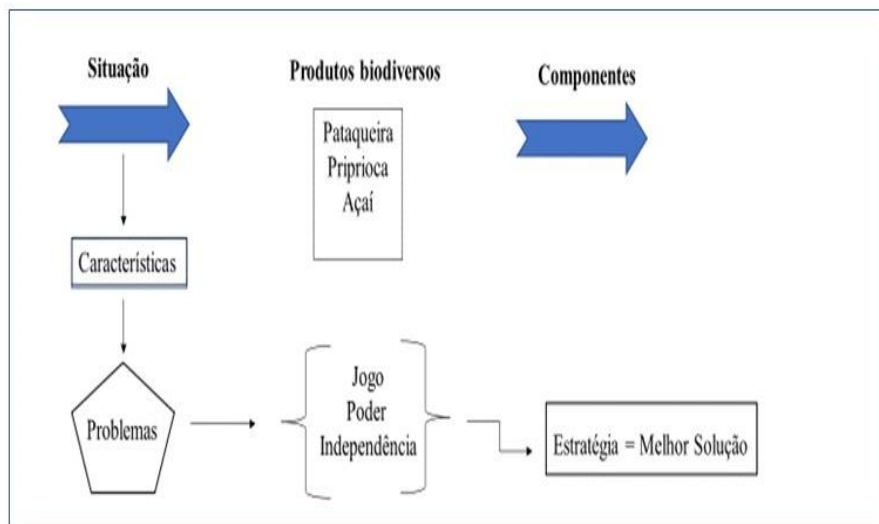
Por essa razão os empreendimentos solidários na Amazônia têm enfrentado problemas diversos para a autogestão, tanto no nível administrativo-burocrático, devido à baixa capacidade técnica para aferir determinados registros de forma de gestão: movimentos de controle de custos relacionados à produção, ao acesso a recursos físico-financeiros, introdução de novos instrumentos para reduzir o trabalho penoso entre outros; quanto no nível dos processos produtivos em si, especificamente no plantio, manejo, coleta e processamento pós-colheita, além, e, fundamentalmente, transformação e inovação de produtos.

Desta forma, acabam tendo que abrir mão de elos importantes da cadeia produtiva dos produtos biodiversos da economia extrativista local, para se integrarem, por meio de alianças estratégicas, às empresas capitalistas, tornando-se refém de um jogo de poder e interesses assimétricos.

Nesse sentido, observa-se uma relação complexa que se constrói e que pode ser dimensionada como economia plural. Roustang (2000), ao analisar os problemas da economia mercantil, apresenta três pólos como se verifica na figura 2, onde é possível identificar se verificar como essas diferentes economias estão articuladas. As duas primeiras são vinculadas estreitamente à economia monetária, enquanto a terceira representa a economia não monetária, a qual tem sobrevivido ao capitalismo de forma

subsumida, mostrando-se na base dos dois outros polos da economia, sob forma de desigualdades.

Figura 1: Explicação para a situação da Aliança Estratégica.



Fonte: Morin (1991).

A falta de acesso a políticas públicas encontra-se no caso do primeiro pólo; a apropriação dos bens naturais por preços irrisórios mostra-se a partir do momento em que o segundo polo, isto é a economia do setor público tem impactado a região por meio de infraestruturas voltadas ao grande capital, promovendo transformações profundas na paisagem urbana e rural. Assim, a pequena produção, particularmente, aquela articulada pela economia extrativista que é dinamizada pelas populações tradicionais tem sido impactada pela perda da biodiversidade e pela falta de investimentos na capacidade técnica dessas populações para promover a pesquisa&desenvolvimento com base nos conhecimentos dos usos dos recursos naturais.

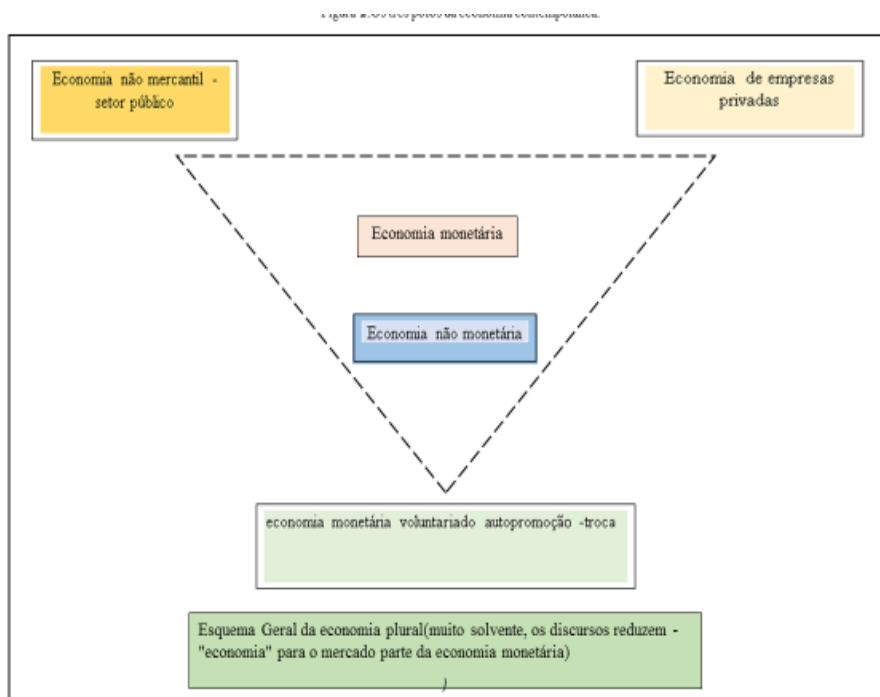
Becker (2005, p.71) chama atenção para essa problemática ao afirmar que “(...) a Amazônia tornou-se uma região central para a ciência, para a investigação, tornou-se uma fonte de poder porque tem toda essa riqueza potencial, esse capital natural a ser utilizado com as novas tecnologias”.

A autora mostra que a riqueza natural se torna um grande potencial de desenvolvimento “(...) não podemos esquecer que, simultaneamente, persiste na região, historicamente, o extrativismo, persistem explorações não nobres, predatórias, como a exploração de madeira, a expansão agropecuária etc.” (Idem). Nesse sentido, com a exploração predatória vai se perdendo a biodiversidade e em consequência as riquezas

naturais, que são substituídas por pastagens, monocultivo de soja e dendê, por exemplo, e pela mineração.

No âmbito da economia extrativista não madeireira, das ervas, das folhas, cascas de madeira, frutos e sementes restam aos pequenos empreendimentos de base solidária à subordinados por contratos de integração, uma saída para a comercialização na medida em que não há o incentivo à pesquisa associada aos conhecimentos ancestrais das populações locais.

Figura 2: Os três pólos da economia contemporânea



Fonte: Roustang et al (2000).

Assim, a tomada de decisões quanto à comercialização dos produtos, no interior dos empreendimentos, embora sejam consideradas autônomas, é realizadas sob pressão da própria necessidade, portanto o caráter autogestionários são constrangidos pela força das situações, como mostra Morin (1991), na medida em que passam a integrar os níveis primários dos elos primários da cadeia produtiva de grandes empresas. Estas últimas usufruem superlucros ao obterem produtos extrativistas, de difícil acesso, sem pagar os custos fixos do trabalho assalariado ou dos custos sociais, de segurança, insalubridade e riscos de acidentes decorrentes da própria condição de trabalho, que são extremamente precários.

Nesta relação de poder os trabalhadores associados são colocados na condição de fornecedores e não trabalhadores diretos da empresa que contrata seus produtos. Todos os encargos relacionados à coleta ou mesmo produção e cultivo fica a cargo dos trabalhadores associados.

Neste sentido, verifica-se que há uma fragilidade para a autogestão, no que tange se refere aos padrões teóricos. Chedid (2014) chama atenção para o fato de que há, na história da humanidade, uma evolução que vai das primeiras comunidades onde não havia um superior que subordinava os demais, embora dominasse os processos de trabalho e de produção. O chefe do grupo familiar esse era responsável pela coordenação. Essa era a prática comum. Portanto, é somente com a sociedade burguesa quando os meios de produção não mais pertencem aos produtores diretos que surge a exploração do trabalho por outrem.

Assim, pode-se dizer que a autogestão de empreendimentos econômicos solidários é interdita pela necessidade de comercialização sob as regras de interação da produção à empresa capitalista via contratos fornecimentos, via regra para um único comprador caracterizando uma situação de monopólio em que o comprador impõe as condições de compra o preço dos produtos em face de não deterem as condições necessárias incorporação autônoma dos diferentes elos da cadeia produtiva.

Desta forma, as relações dos empreendimentos econômicos solidários são estabelecidas com empresas capitalistas de acordo com as possibilidades, dificuldades e oportunidades, as quais nem sempre correspondem às concepções relativas à autogestão, mas sim a uma aliança estratégica para a empresa capitalista que dificilmente teria condições de acessar os produtos da biodiversidade amazônica, devidos aos custos de transação para se apropriar desses produtos.

Assim, os empreendimentos solidários ao não disporem de condições efetivas para a transformações desses produtos são levados a firmarem contratos de integração enquanto fornecedores de matéria prima ou de produtos semi-processados, os quais são comercializados. Esses contratos os subordinam a uma condição de trabalho precário em diferentes instâncias. Trata-se, na realidade, de desenvolver relações que visam, em princípio, superar dificuldades, particularmente, ao processamento, pesquisa e inovação em face das exigências do mercado.

Para a empresa capitalista há, certamente, ganhos vertiginosos ao aplicar pesquisa&desenvolvimento e inovação com base, inclusive, nos conhecimentos de uso ancestrais dos produtos da floresta. Essa forma de produção mostra-se a partir das

profundas transformações socioeconômicas, reestruturações produtivas operados por meio das chamadas empresas-rede.

Considera-se que há nessa relação de negociação de poderes em seus ângulos de ações que asseguram certa autonomia, embora esta seja cercada de perigos em relação à assegurar a autonomia em um contrato que regula as relações entre “fornecedor” e comprador de um produto ou serviço, em que o último tem maior poder de negociação e controle das regras de toda ação de fornecimento que reside na capacidade técnica quanto aos processos técnico-jurídicos do contrato. Desta maneira a empresa capitalista determina em largo espectro o contexto das relações estabelecidas entre fornecedor e comprador.

Essa aliança estratégica mostra-se favorável em que a empresa busca se apropriar dos produtos florestais da biodiversidade tomando como medida o interesse em agregar valor por meio da pesquisa&desenvolvimento&inovação.

Neste caso a empresa que compra os produtos não podem prescindir da oferta de matéria prima para o desenvolvimento de novos produtos. No entanto, as relações estabelecidas passam por interesses de trocas e finalidades distintas, em que as organizações produzem regras consideradas legítimas e legais em oposição à imposição, haja vista serem confrontadas com as regras de mercado, as quais pressupõem competição e concorrência, em contrastando com os princípios do associativismo, da participação democrática e da solidariedade e da reciprocidade.

Destaca-se, neste aspecto particular, a relação entre a finalidade de um empreendimento associativista, ou seja, de trabalhadores livremente associados com aqueles específicos de um empresário capitalista, que busca encontrar nessas relações adicionais de lucratividade e que passa a se favorecer de estruturas organizacionais autonomamente constituídas por suas identidades, conhecimentos e valores locais.

Na medida em que as associações em seu caráter coletivo têm como um dos elementos centrais, favorecer o conjunto da coletividade, uma construção social voltada a melhoria de suas condições socioeconômicas e culturais.

Desta forma, há um processo de mobilização produtiva com o objetivo de estabelecer alianças estratégicas com empreendimentos solidários, livrando-se dos custos para acessar esses produtos de difícil acesso, tendo em vista que os empreendimentos ao se constituírem de forma autogestionárias, trazem para si os riscos da operação com a vantagem de serem os detentores dos conhecimentos e experiências sobre a coleta e manejo da matéria prima de uso ancestrais.

Portanto, a concretização de processos de cooperação ou de alianças estratégicas tem gerado interesses comerciais, para a apropriação de excedentes dos empreendimentos econômicos solidários. Cria-se, dessa maneira, um amplo conjunto de articulações que conectam as empresas capitalistas a associações e cooperativas populares e solidárias. Isso é perceptível na Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista no município do Acará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a problemática das alianças estratégicas de empreendimentos econômicos solidários com empresas capitalistas têm levado a interdição de princípios da solidariedade e da autogestão no contexto da Amazônia, na medida em que impõe limites, mas também vantagens, na medida em que os empreendimentos solidários, muitas vezes, não conseguem mercados.

Assim, se veem constrangidos a reconhecer esses contratos de integração, de forma de organização tem se constituído como uma estratégia de reprodução em meio as dificuldades de acesso às condições de desenvolvimento, seja pelas infraestruturas precárias, seja pela falta de acesso à valorização da capacidade técnica das populações do campo, a fim de que essas possam assumir, com qualidade, todos os elos da cadeia produtiva vinculada aos produtos naturais, ou seja, desde a coleta ao desenvolvimento de produtos inovadores.

Por essa razão, os empreendimentos solidários como o da Associação dos Produtos de Boa Vista do Acará, no estado do Pará, acabam sendo incorporados de modo precarizado, nos elos primários da cadeia produtiva de empresas capitalistas, sendo que estas últimas obtêm sobre lucros ao externalizarem ganhos de produção de seus produtos com valores agregados pela pesquisa & desenvolvimento & inovação, tendo por base os conhecimentos tradicionais, uma aliança estratégica operada sob jogos de poder e interesses diferenciados e mesmo antagônicos.

REFERÊNCIAS

- ANSOFF, H. Igor. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.
- BETANHO, Cristiane. **Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST**: Pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. São Carlos: UFScar, 2008. (Tese de Doutorado).
- BERNARD PERRET Y GUY ROUSTANG .**LA ECONOMÍA CONTRA LA SOCIEDAD**. Crisis de la integración social y cultural, 2000.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazonia**. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005.
- CHAND, MOHINDER & KATOU, ANASTASIA A., **Determinantes estratégicos para a seleção de alianças de parceiros na indústria de operadoras de turismo da Índia**: estudo nacional 2012. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/worbus/v47y2012i2p167-177.html>.
- CHEDID, Flávio Henriques. **Autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores - Brasil e Argentina**. Série Tecnologia Social, v.4, 2014.
- CUMMINGS, J. L .; HOLMBERG, S. R. **Parceiros de aliança mais adequados: o uso de fatores críticos de sucesso em um processo abrangente de seleção de parceiros**. *Planejamento a Longo Prazo*, v. 45, n. 2, p. 134-153, abr. 2012.
- EIRIZ, Vasco. Proposta de Tipologia sobre Alianças Estratégicas. **Revista de Administração Contemporânea**. vol.5 no.2 Curitiba May/Aug.2001.ISSN 1415-6555 On-line version ISSN 1982-7849 Rev. adm. contemp. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552001000200004>.
- EISENHARDT, K.M. e SCHOONHOVEN, C.B. (1996). **Visão baseada em recursos da formação de alianças estratégicas: efeitos estratégicos e sociais de empresas empreendedoras**. *Organization Science*, 7: 136–150.
- EIRIZ, V. Proposta de tipologia sobre alianças estratégicas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. 2, p. 65-90, 2001.
- FARIA, Maurício Sardáde. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. p.80. Florianópolis: UFSC, 2011.
- _____. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis: UFSC, 2011.
- FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.
- FARIA, J. H. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.
- FRANÇA FILHO, LAVILLE, J.-L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: EDUFRGS/EDUFBA, 2004.
- FREEMAN, S .; EDWARDS, R .; SCHRODER, B. Quão pequenas empresas nascidas e globais usam redes e alianças para superar restrições à internacionalização rápida. **Revista de Marketing Internacional**, v. 14, n.3, p.33-63, 2006.
- FILHO, J. L. J; KLEBA, J. B. **Inovações biotecnológicas, conhecimentos tradicionais e legislação – Um estudo de caso**. Anais do 14º Encontro de Iniciação Científica e Pós-Graduação do ITA – XIV ENCITA / 2008. Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, SP, Brasil, Outubro, 20 a 23, 2008.

- GAIGER, Luiz I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. 2000, p8. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc5.doc>. Acesso em 10 jul 2018.
- GAIGER, Luiz Inácio G. **As Organizações do Terceiro Setor e a Economia Popular Solidária**. Dublin, Julio de 2000.
- GULATI, R. **Alliances and networks**. Strategic Management Journal, v. 19, n. 4, p. 293-317, 1998.
- HARBISON, John R., PEKAR, Peter. **Centros de excelência em alianças**. In: HSM Management, São Paulo: n. 17, p. 84-93. nov./dez. 1999.
- _____; PEKAR, Peter. **Questões-chave sobre alianças estratégicas** In: ExecutiveDigest, Portugal: n. 59. set. 1999.
- HITT, Michael A. et al. **Administração estratégica**. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
- KANTER, R. M., **The Art of Alliances**, Harward Business Review, vol. 72, no. 4, 1994.
- LUMINEAU, F .; MALHOTRA, D. Sombra do contrato: como estrutura de contrato molda resolução de disputas interfirmas. **Revista de Gestão Estratégica**, v 32, n. 5, p. 532-555, 2011
- MEANS, GRADY SCHNEIDER . **META E CAPITALISMO: As Empresas e a Revolução do E-Business e dos Mercados**. Lançado a 1 janeiro 2001.
- MEGGINSON L. C. (et al.) **Administração: Conceitos e aplicações**. São Paulo: Harbra, 1998.
- MINSHALL, T. (1999). Uma visão baseada em recursos de alianças: o caso da indústria de computadores portáteis. **Revista Internacional de Gestão da Inovação**, vol. 3, No. 2 (junho de 1999) pp. 159-183
- _____. **Modelos de negócios de alianças para empreendimentos tecnológicos de start-ups universitários**: uma perspectiva baseada em recursos, documento apresentado nas 11 pequenas empresas anuais de alta tecnologia na Manchester Business School. Junho de 2003.
- MORIN, Pierre. **Le management e pouvoir**. Paris: Les Éditions D'organization, 1991.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**: São Paulo: Atlas, 1996.
- NETO, J. A. e OLAVE M. E. L. O produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. **Revista Gestão e Produção**, v.8, n.3, p.289-303, dez. 2001.
- NOLETO, Marlova Jovchelovitch. **Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática**. São Paulo: Global 2000.
- OLIVEIRA, L. A. G., 2005. Obtenção de vantagem competitiva e criação de valor através de alianças estratégicas. **Revista de administração e contabilidade**. Faculdade 7 de setembro. Vol. 02 N° 01. Disponível em: <<http://www.fa7.edu.br/rea7/artigos/volume2/index.php>> Acesso em: 22/05/2018.

ORSSATTO, C. H. **A formulação das estratégias da empresa em um ambiente de aglomeração industrial**. Florianópolis, 2002. 253 p. Tese de Doutorado – PPGEF, Universidade Federal de Santa Catarina.

QUIN, J.B. **O processo da estratégia**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, p.20.

ROSANVALLON, BOURDET E GUILLERM. Tramas conceituais: uma análise do conceito de autogestão. **Revista de Ciências Sociais**, n. 36 - abril de 2012 - pp.267-290

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, S. **Gestão do conhecimento: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento**. Ciência da Informação, v. 33,n. 2, p. 143-151, 2004.

SPINOZA, Baruch. Um convite à alegria do pensamento. **Revista do Instituto humanista Unisinos**, nº 397, ano 2012. INSS 1981-8769 *On-line*.

ARTIGO II: METODOLOGIA, CONHECIMENTO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE ANOMALIA NA GESTÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DE BOA VISTA (APOBV) ACARÁ – PARÁ

Hieglis de Souza Cavalcante Freitas²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo mostrar os elementos fundamentais que corroboram para a realização dos objetivos e metas da pesquisa-ação. Por meio da pesquisa-ação busca-se entender a estreita relação existente na associação com a resolução de problemas na gestão coletiva na Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista. Sob essa pesquisa os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa buscam compreender a realidade de modo cooperativo e participativo. Assim, buscou-se construir, do ponto de vista da teoria, categorias teóricas que fossem capazes de elucidar o fenômeno das relações de jogo de poder e interesses estabelecidos por meio de alianças estratégicas, como guia norteador de uma narrativa, cujo método qualitativo possibilitou a análise dos contratos comerciais múltiplas dimensões, devido favorecer a captura de dados sobre o processo de produção e gestão dos trabalhadores associados sob contrato de fornecimento de produtos extrativistas que seriam praticamente inacessíveis às empresas capitalistas. Desta forma, as grandes empresas integram a sua produção, o trabalho de membros de cooperativas e associações de pequenos produtores gerando sobrelucros, ao externalizarem custos aos mesmos, uma vez que são autônomos em face a essas empresas. O artigo discute os processos de organização da Comunidade Boa Vista de Acará, situada no Município de Acará – PA, cujo passo inicial se constituiu a partir de um levantamento bibliográfico a fim de analisar, do ponto de vista da teoria, a realidade desta organização social e socioprodutiva; os passos seguintes decorreram de sistematização de dados secundários (relatórios, atas etc.) e dados primários como socioeconômicos dos sujeitos que atuam com produtos biodiversos para a geração de trabalho. Buscou-se entender o contexto em que os trabalhadores associados estão inseridos.

Palavras-chave: Pesquisa-Ação, Diagnóstico Participativo Rápido (DRP)

Abstract: The purpose of this article is to emphasize the fundamental elements that corroborate the achievement of the goals and objectives of action research. Through the action research, I would like to show that this is a type of social research carried out in close association with the resolution of collective management problems in the Association of Organic Producers of Boa Vista, in which researchers and research subjects seek to understand reality in a cooperative and participative way. Thus, it was tried to construct, from the point of view of the theory, theoretical categories that were able to elucidate the phenomenon of the relations of game, power and interests established by means of strategic alliances, like guiding guide of the study to create a guiding thread of a narrative, whose qualitative method was considered indicated to carry out the investigation of the phenomenon existing in its multiple dimensions. Under commercial contracts, which favor strategically the capture of non-timber forest products difficult to access, the associated workers provide extractive products that would be virtually

² Artigo apresentado como requisito para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, do IFPA Campus Castanhal.

inaccessible to capitalist enterprises. In this way, the large companies integrate their production, the work of members of cooperatives and associations of small producers generating surpluses, since they outsource costs with their work, since they are autonomous in the face of these companies.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta a metodologia da pesquisa vinculada ao subprojeto intitulado Autogestão na Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV): dilemas, desafios e inovação, realizado no contexto do projeto Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará, um convênio de cooperação financeira entre a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (Sectet) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA – Campus Castanhal).

Com base nessa cooperação, o curso de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, garantiu a inserção de discentes do referido mestrado, que possuem projetos com objetivos coadunados com a proposta, ou seja, com a promoção do desenvolvimento sustentável em sintonia com a valorização dos conhecimentos e saberes locais.

Optou-se pela abordagem qualitativa, por entender que esta perspectiva metodológica é a que mais se aproximava do objeto em análise, isto é, a relação estabelecida entre um empreendimento solidário e empresas capitalistas, na medida em que, nessa relação, há interesses diferenciados e muitas vezes até antagônicos, embora estabeleçam contratos comerciais para o fornecimento de matéria prima relativas a produtos naturais biodiverso. Nesse sentido, a metodologia da pesquisa-ação adequou-se ao objeto de investigação utilizada como fio condutor da pesquisa.

O que também pode ser corroborado por Pinto (2012), ao mostrar os diferentes movimentos da pesquisa-ação. Ele a divide em duas fases principais, para sua execução, com os momentos de investigação a saber:

a) **fase exploratória:** momento em que se realiza o diagnóstico da realidade e onde se estabelece um primeiro levantamento da situação, dos problemas de primeira ordem e das eventuais ações; b) **o tema da pesquisa:** define-se a partir de um problema prático e da área de conhecimento a ser abordada; c) **a colocação dos problemas:** momento em que é definida uma problemática na qual o tema escolhido ganha sentido;

d) o lugar da teoria: o projeto de pesquisa-ação precisa estar articulado a uma determinada realidade a partir de um quadro de referências teóricas adaptado de acordo com o setor em que se dá a pesquisa; **e) coleta de dados:** as principais técnicas utilizadas são, entrevistas coletivas e/ou individuais, questionários convencionais, estudo de arquivos, entre outros; **f) saber formal e saber informal:** partindo da suposição de que há diferentes formas de saber, os pesquisadores, num primeiro momento, são levados a descrever a situação ou o problema focalizado, buscando explicação e solução possíveis. **g) plano de ação:** elaboração de estratégias que podem ser adotadas para resolver determinada situação, construído coletivamente; **h) retorno das informações para os participantes:** é importante que os resultados sejam divulgados em eventos para que o conhecimento produzido seja validado e/ou replicado.

A modalidade da pesquisa-ação, portanto, envolve os sujeitos, os quais devem estar de acordo com as transformações que podem ocorrer durante sua execução. Por esta razão, a pesquisa-ação assume o caráter emancipatório, no qual os sujeitos passam a ter possibilidade de romper preconceitos em relação às mudanças desejadas.

Para isso, antes de tudo, foi preciso conhecer a realidade dos sujeitos. Após relacionadas à pesquisa exploratória, voltou-se as etapas determinadas pela seleção de técnicas para utilização necessárias à obtenção de dados para compreensão de problemas e estabelecimento das ações elencadas por prioridades.

Godoi e Balsini (2010) ressaltam que a pesquisa qualitativa visa interpretar os significados e as intenções dos atores sociais investigados, de modo que os dados são representação de atos e expressões humanas. Para se apropriar desse tipo de informação precisa-se do máximo de atenção e imersão no contexto analisado.

Para isso, a metodologia da pesquisa-ação favoreceu a construção de momentos diferenciados entre conhecimentos bibliográficos, levantamento de dados secundários sobre a realidade das relações estabelecidas entre essas organizações, mas em interação com os dados de caráter primários obtidos a partir de procedimentos como entrevistas e observações em sítio.

Desse modo, no caso de estudos organizacionais qualitativos, o objetivo de usar a entrevista aprofundada como técnica de coleta visou entender a complexidade das relações que permeiam as organizações em investigação científica, a partir do ponto de vista subjetivo dos atores sociais envolvidos nesse contexto. Também permitiu escolher as técnicas mais adequadas, especificamente, as decisões sobre as questões que necessitavam de maior atenção durante a investigação. Utilizou-se, portanto, a pesquisa

exploratória a fim de obter uma explicação possível para os fenômenos que inicialmente não eram percebidos, mesmo com evidências apresentadas.

Com base nesses pressupostos destaca-se o método e as técnicas selecionadas para conhecer a realidade da Associação (APOBV), os quais possibilitaram compreender a situação anômala da gestão deste empreendimento, haja vista que sua natureza jurídica interdita as ações econômica, como firmar contratos de comercialização de produtos.

Para conhecer essa anomalia foi necessário, inicialmente, entendê-la do ponto de vista de sua organização, enquanto empreendimento solidário, tendo como procedimentos iniciais o levantamento bibliográfico que favorecesse a compreensão da Associação e, ao mesmo tempo, empreendessem os contatos com os gestores que possibilitasse o acesso a informações de caráter primário.

Assim, dimensionou-se os passos da pesquisa-ação. Nesse aspecto particular, a pesquisa, de caráter exploratório, proporcionou a familiaridade com o objeto de estudo, pois consistiu na realização de um estudo aplicado de maneira que onde se teve maior proximidade com o universo do objeto, oferecendo informações e orientações à testagem da hipótese.

Além disso, pode-se descobrir novos fenômenos e formulação de novas ideias relativa à compreensão de que as alianças estratégicas entre empreendimentos solidários e empresas capitalistas devem-se, em grande medida, a dificuldade de acesso de a condições de desenvolvimento autônomo e autogestionários, seja em termos de infraestruturas, tecnologia, pesquisa&desenvolvimento&inovação ou mesmo acesso a novos mercados.

A construção desse percurso metodológico qualitativo deveu-se, efetivamente, ao entendimento de que este se constituía como o melhor caminho para a apreensão da intencionalidade das atividades de conhecimento da realidade e das ações para a solução dos problemas identificados e priorizado.

A perspectiva da pesquisa-ação exigiu procedimentos e técnicas de investigação mediatizadas por uma orientação adequada à compreensão e à ação. A apreensão das relações estabelecidas entre a APOBV e empresas capitalistas, para então realizar a construção coletiva de soluções visando à redução da dependência dos trabalhadores associados identificada a partir de um jogo de poderes e interesses imanentes a essa relação ali estabelecidas.

Finalmente, mas também em paralelo com os demais procedimentos, sempre realizado de modo compartilhado com os trabalhadores associados à APOBV, efetuou-se

ações como de cursos, oficinas e mesmo assessoramento técnico sobre temáticas que foram entendidas como necessárias na perspectiva de favorecer a autonomia e a autogestão dos trabalhadores associados.

O artigo está subdividido em quatro partes: no primeiro discute-se sobre o método e as técnicas utilizadas para a compreensão dos fenômenos utilizados; a observação dos participantes, entrevistas semiestruturadas para poder compreender melhor a comunidade e suas anomalias.

Na segunda parte utiliza-se da ferramenta do Diagnóstico Participativo (DRP). Essa metodologia permitiu o levantamento de informações e conhecimentos da realidade da comunidade a partir do ponto de vista de seus membros.

Na terceira mostra-se o território sobre o qual encontra-se a APOBV onde se dão às relações trabalhadas na pesquisa; quando se observa a paisagem é possível desvendar inúmeras situações ocorridas naquele ambiente, tanto naturalmente como socialmente. E por fim na quarta parte tratou-se dos sujeitos da pesquisa atividades desenvolvidas

Observou-se que a exploração sustentável da biodiversidade e seus agroecossistemas fazem parte do modo de vida ribeirinho, condição primeira de produção e reprodução dos associados da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará (APOBV), sua cultura e economia. Sob a relação entre o homem e a natureza, eles produzem, em sua maioria, alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, com práticas de manejo agroecológico de seus sistemas de produção sustentáveis, que buscam a preservação das águas e do solo, garantindo agroecossistemas capazes de sustentar esse modo de vida.

Conforme Gliessman (2001), um agroecossistema é um ambiente de produção constituído por um conjunto complexo de fatores diversificados e estratificados, desenhado por uma comunidade ou família, com o fim de produzir alimentos para o consumo e comercialização. Os elementos que compõem os agroecossistemas se ajustam as características ambientais/naturais do território, assim como, as características socioeconômicas e culturais da comunidade

Desta forma, busca-se entender como os trabalhadores da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV) se organizam para garantir que suas práticas ancestrais sejam capazes de lhes gerar rendas e condições de vida e bem estar social. Também, devido ao fato da pesquisa esteve vinculada ao mestrado profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares teve-se como uma das atividades a aplicação de conhecimentos a partir dos achados da pesquisa-ação.

Nesse sentido, verificou-se que esses associados precisavam planejar suas ações para a tomada de decisão coletivas. A partir de então, realizou-se uma revisão bibliográfica para entender como se estrutura o exercício prático da organização dos associados; se os mesmos participantes têm entendimento quanto as decisões coletivas; se têm controle sobre o desempenho das ações de produção e da gestão administrativa do empreendimento no Município de Acará/PA.

Observou-se que existem problemas quanto à tomada de posição relativa a própria organização dos mesmos sob a forma de associação e não de uma cooperativa, uma questão que exigia planejamento para a autogestão dos mesmos. A comercialização de produtos por meio da APOBV infringe regras de mercado, particularmente, quando os a personalidade jurídica de uma associação não permite, com isso, ocasionando conflitos relativo ao objeto de constituição da associação.

A metodologia utilizada para obter as informações sobre a organização socioprodutiva foi o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) realizado, observou-se que os elementos importantes sobre a APOBV, em particular, , a qual traz uma relação estreita entre homem e natureza, o que possibilitou se pensar na aplicabilidade do conceito de desenvolvimento rural sustentável, pelo menos em escala restrita, ou seja, como em alguns elos da cadeia produtivas da biodiversidade existente nesta comunidade do Pará.

1.MÉTODO E TÉCNICAS DA PESQUISA-AÇÃO

1.1. LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

O levantamento de dados em documentos da Associação de Produtores Orgânicos Boa Vista do Acará (APOBV) visou obter informações capazes de favorecer o conhecimento sobre o processo de organização desta associação, tendo em vista compreender a dinâmica de sua gestão. Assim, procurou-se perceber como se dava a tomada de decisão, a participação, os encaminhamentos, as responsabilidades, isto é, a autogestão deste empreendimento.

Os documentos como estatuto, atas de assembleias, de reuniões entre outros, como mapas, listas de associados, os quais foram colocados à disposição. Esse material se constitui como registros da história e memória da organização ao longo do tempo, pois foram elaborados pelos/as agricultores/as, e traduzem momentos da própria comunidade e da APOBV.

A leitura desses documentos facilitou a compreensão do próprio funcionamento do empreendimento, na medida em que a análise e a interpretação trouxeram elementos de elucidação importantes para a pesquisa-ação.

Além desses documentos realizou-se visita em *locus* para conhecer a comunidade de Boa Vista onde a Associação está inserida, a fim de compreender a realidade dos trabalhadores associados, seus problemas em diferentes dimensões, identificados em elementos de caráter inscrito e não escrito. Teve-se a oportunidade de manusear pequenos filmes, vídeos, slides, fotografias e pôsteres, participar de reuniões formais e não formais.

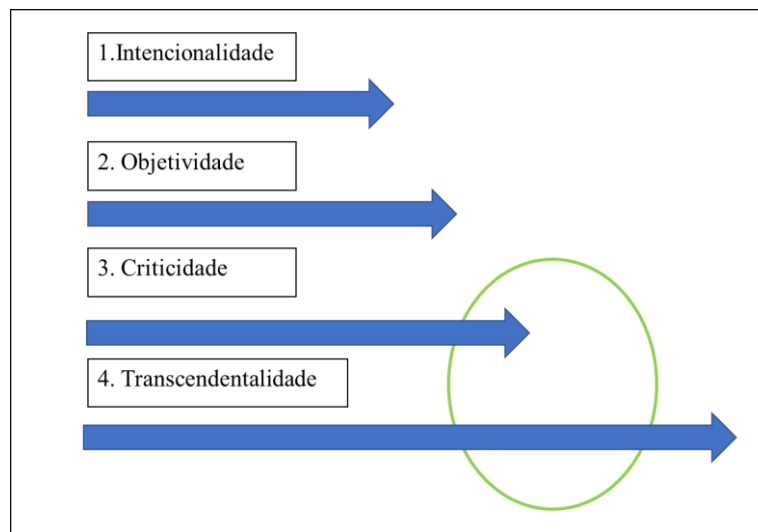
Os documentos e as conversas com membros da comunidade, vinculados ou não à APOBV, favoreceram elucidar informações, indicações e esclarecimentos, na medida em que continham elementos determinados e serviram de prova para outras, de acordo com o interesse da pesquisa-ação (FIGUEIREDO, 2007). As informações obtidas contribuíram para se identificar elementos importantes visando compreender a realidade dos trabalhadores associados.

1.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

O propósito da observação participante foi compreender a situação particular dos trabalhadores associados e sua comunidade, momento que se anotava determinadas expressões, gestos e falas a fim de obter os significados atribuídos pelos próprios sujeitos.

Nesta perspectiva fez-se uma avaliação da pesquisa científica, embora posteriormente essas informações passassem pelo processo da análise que vai desde a intencionalidade, passando pela objetividade, isto é, o entendimento de como se processava na vida real dos sujeitos, seguido da criticidade, quando se operava a interpretação do ponto de vistas das categorias elencadas para a interpretação dos fenômenos observados e, finalmente, chegava-se a transcendentalidade.

Este momento em que a crítica fazia o seu papel de confrontar os dados com a teoria para descortiná-lo para entender as relações entre empreendimentos solidários e empresas capitalistas como parcerias, afirma-se que há uma aliança estratégica sob um jogo de poder, interesses e dependência. Portanto, a análise e a interpretação mostravam o fenômeno em sua essência, destituído de uma aparência na medida em que há uma relação de ganha-ganha, mas a luz da teoria foi possível estabelecer temáticas que passaram a constituir a linha abstrata da pesquisa-ação.

Figura 1: Possibilidade histórica da consciência.

Fonte: Pinto (2012, p.84).

A vivência e a experiência tornaram-se, assim, o ponto de partida para a compreensão dos fenômenos sociais sobre o qual pouco a pouco, com base nas aproximações, pode-se conhecer, na medida em que o comportamento de interesse não estava prontamente disponível para visualização pública (GIVEN, 2008, p.598). Desta forma, a observação se constituiu como uma técnica necessária à compreensão da realidade dos trabalhadores associados, de como agem, desta ou de outra maneira, antes de opinar e de propor “a solução lógica”, como acabou se efetivando na relação de reflexão e compartilhamento do entendimento sobre a dada realidade.

Os autores Dencker e Da Viá (2008, p. 144-5) afirmam que ademais de ser uma atividade natural do indivíduo que não depende de método, a ciência se inicia por essa observação, da qual ao longo do desenvolvimento do pensamento científico, vai ganhando forma e se valendo como importante fonte de levantamento de dados para as análises que se seguirão em cada reflexão proposta na academia.

Por meio da observação foi possível detectar alguns problemas na associação na parte da gestão, em sua forma jurídica e na comercialização de seus produtos, o que é possível de se buscar alternativas envolvendo a participação de todos.

O resultado da metodologia, se bem aplicada, permite uma compreensão coletiva a respeito da realidade podendo ser transformada na medida em que as dinâmicas provocam discussões, problematizações, ou seja, a compreensão dos problemas enfrentados na comunidade contribui para se buscar de soluções.

2.TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS: LÓCUS DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE BOA VISTA DO ACARÁ

O Município de Acará, onde situa-se a Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará (APOBV), pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e da Microrregião de Tomé Açu, integra a região denominada Baixo Tocantins, possui uma área territorial de 4.343,805 km², população de 55.513 pessoas e o total de receitas realizada em 2017 de R\$115.778,00, por sua vez, o Território do Baixo Tocantins é composto de 11 municípios³. IBGE (2018), como se observa no Mapa 1.

Mapa 1 – Localização do município do Acará na Região do Baixo Tocantins.

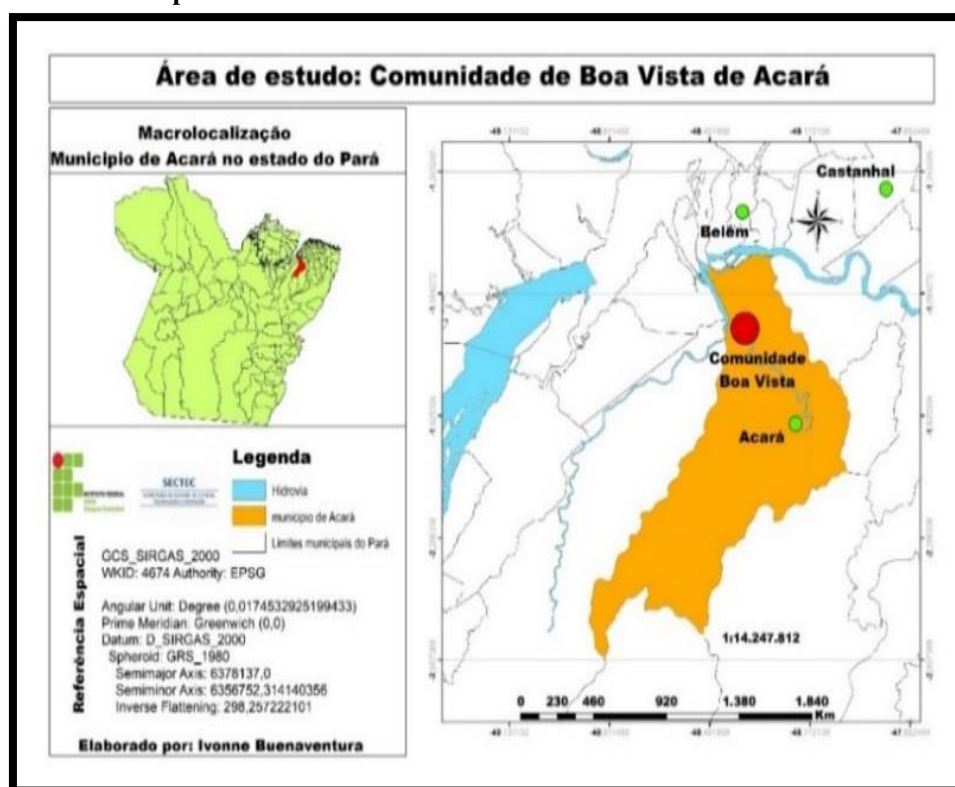


Fonte: Secretaria de Integração Regional- SEIR (2010)

As principais características do município estão relacionadas ao clima, ao solo e o tipo de vegetação. Segundo Köppen e Geiger(1939) a classificação do clima é Af, com a temperatura média anual entorno de 26.9°C e umidade relativa acima de 91%; o solo da região é formado por terra firme e várzea; e enquanto a vegetação tem-se a floresta ombrófila densa que ocorre ao longo das margens dos rios, com matas de várzea e de igapó que são muito extensas (DIEGUIS e MOREIRA, 2001).

³ Abaetetuba, Acará, Limoeiro do Ajuru, Moju, Tailândia, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba e Oeiras do Pará. Destes, apenas os municípios de “Moju e Oeiras do Pará não são banhados pelo rio Tocantins e sim pelo rio Moju e rio Pará”, respectivamente (COSTA, 2006 citado por NOGUEIRA et al., 2010).

Mapa 2: Área de estudo – Comunidade de Boa Vista de Acará-PA.



Fonte: Buenaventura, 2018.

Essas características físico-geográficas influenciaram e continuam influenciado as formas de organização sócio-produtivas na região, que tem uma forte vinculação socioeconômica e político-cultural dinamizada pelos produtos naturais, vez que os rios e as florestas são fornecem uma rica fauna, comumente utilizada pelas populações locais, os quais tornam-se importantes suportes e meios de produção e de seus modos de vida.

A comunidade Boa Vista do Acará situa-se na área rural do Município do Acará-PA, cujo acesso pode ocorrer por via terrestre, cerca de 136 km da capital do Estado, percorrendo a BR-010/BR-316, BR-155 (Alça Viária), entrando no ramal do Areião; ou por via fluvial, navegando os rios Guamá e Guajará-Mirim, por cerca de 50 minutos da cidade de Belém do Pará até o porto da comunidade.

O processo de ocupação do Município de Acará-PA, segundo Castro (2003) foi estruturado a partir da colonização portuguesa do Nordeste Paraense no século XVIII, sob a província do Grão Pará e do Maranhão, tendo como dinâmica de circulação as vias de navegação ao longo dos rios (Guamá, Mojú, Capim, Bujaru e o próprio Rio Acará), que levavam à Belém, capital da província. A distribuição de terras situadas às margens

dos rios ocorreu por meio da concessão de sesmarias⁴, apossamento primário, ou herança, para a produção de gêneros alimentícios e outros produtos que eram exportados à metrópole portuguesa.

O extrativismo e a agricultura de sobrevivência caracterizam a economia da região Amazônica desde os primórdios de sua ocupação até meados do século XX. Inicialmente, a dependência econômica estava nas drogas do sertão: cacau, anil, salsaparrilha, urucu, cravo, canela, semente oleaginosas, raízes aromáticas, puxiri, baunilha. Exploravam-se a madeira (paus reais), os quelônios (tartarugas) e seus produtos derivados: ovos e manteiga. Logo os colonos foram estimulados à cultura de anil e cacau, primeiramente, e depois arroz, café, cana, algodão, tabaco. O cacau e o tabaco, primeiramente, extraídos da floresta, logo começaram a ser, planejadamente, cultivados e o cacau foi levado para o Maranhão e a Bahia. Entre os produtos de subsistência, a mandioca logo se destacou. Dela se fazia a farinha, base da dieta indígena, produto também feito de peixe – piracuí. A carne de caça era de uso corriqueiro e havia alto consumo da carne (e produtos derivados) da tartaruga assim como de peixe seco (VIDAL; MALCHER, 2009, p.88).

Assim, observa-se que a ocupação do território acaraense teve início no período da colonização portuguesa, ocorrendo não só pela existência de rios navegáveis, mas também pela fertilidade das terras e abundância de madeira nas florestas até então intocadas. Porém, a medida em que a sociedade ampliava seus territórios foram ocorrendo intensos desmatamentos a fim de gerar produtos para abastecimento do mercado local e metropolitano (NUNES, 2008).

Segundo Santos (2013), a urbanização na Amazônia na década de 1940 não era tão presente, embora fosse um ação iniciada basicamente pela necessidade do extrativismo que exigiam o adentramento à hinterlândia e com isso a abertura de caminhos, que mais tarde se tornaram estradas e pequenas e precárias infraestruturas, no entanto os rios continuavam à favorecer os deslocamentos de pessoas e produtos para serem comercializados nos centros urbanos, pois ainda hoje continuam a ser importante vias para transporte de cargas e pessoas das regiões de ilhas.

Dessa condição natural, a população local historicamente, se articulou inteiramente aos rios, utilizados não somente para os deslocamentos e escoamento da produção agrícola, particularmente, da extrativista. Os rios facilitaram e facilitam a intercomunicação com a sede do município e entre municípios vizinhos localizados no Baixo Tocantins e com a capital do Estado, portanto, torna-se um fator de integração

⁴A Lei das Sesmarias é um recurso que busca, antes de tudo, estimular a produção, constringendo o detentor da gleba por meio do recurso da expropriação e estabelecendo mecanismos legais de trabalho na terra, de modo a sujeitar o homem do campo às necessidades consideradas prioritárias no contexto crítico que Portugal vivia (VIDAL; MALCHER, 2009, p.16-17).

socioeconômica, reservatório de recursos naturais para o consumo doméstico, tais como a pesca (COSTA, 2006; REIS, 2008; REIS e ALMEIDA, 2012).

Esse território caracteriza-se pela floresta de várzea, um ambiente constituído por extensas áreas úmidas, periodicamente alagadas, onde predominavam palmeiras como os açaiçais (*Euterpe oleracea*), bacabeitas (*Persea americana*), buritizeitos (*Mauritia flexuosa*), dentre outras plantas que geram uma economia de produtos florestais extrativos.

Outros elementos que fazem parte da sua história são oriundos das instalações do sistema de *plantation*⁵, introduzido pelos colonizadores portugueses, tendo como base o latifúndio, a monocultura, a mão-de-obra escrava, cujo foco da produção era o mercado externo, com base inicial em produtos da economia da floresta como cacau, salsaparrilha, entre outros e posteriormente na cana-de-açúcar (SOUZA, 2013). No entanto, essa realidade vem se alterando significativamente, embora haja processos de permanência da economia extrativista desde a colonização.

Figura 2: Parte Frontal da Comunidade de Boa Vista



Fonte: Arquivo da própria autora (2018).

Na foto acima mostra-se a parte frontal da comunidade de Boa Vista do Acará, onde se vê uma identidade de comunidade ribeirinha típica da região amazônica. Essa paisagem florestal tem espaços de permanência e alterações em face da introdução da economia hídrica e da economia mineral, dando lugar a uma tipologia de subterritórios com diferentes formas e dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e culturais.

⁵ Caracteriza-se por *plantation* um sistema utilizado desde a antiguidade, que Portugal transportou para suas colônias da África, no Arquipélago dos Açores e na Ilha da Madeira. No Brasil, o *plantation* vigorou nos latifúndios monocultores, particularmente da cana-de-açúcar, café e algodão, para exportação.

Para Souza (2013), a produção agrícola e extrativista vegetal agrega grande parte da agricultura familiar, que contrasta com equipamentos e serviços destinado à exportação (Porto de Vila do Conde e serviços à indústria minero-metalúrgica), mas também da agricultura empresarial, representada pela palmeira do dendê (*Elaeisguineensis*). Fora desses enclaves econômicos há uma precariedade e fragilidade dos serviços públicos destinados aos sujeitos locais, isto é, agricultores familiares e extrativistas, principalmente quando se verifica os impactos de diferentes ordens causados pelos grandes empreendimentos.

Nesses espaços as dinâmicas socioeconômicas e culturais continuam a ter relação direta com a natureza, sob uma heterogeneidade caracterizada pela biodiversidade da floresta de várzea. Desta forma, embora a economia empresarial componha modos diversos de integração e articulação intra e extra-local, o território mantém vinculação com a produção extrativista de produtos da biodiversidade, dada, por exemplo, ao cultivo e exploração de açaizais, sementes oleaginosas da região e outros produtos da economia local.

Neste sentido, nota-se que há um processo interno de reorganização da economia extrativista, que ocorre vinculado, muitas vezes, a processos de integração às empresas capitalistas que se apropriam, por meio de fictícios contratos de parceria, ou melhor de alianças estratégicas, sob um jogo de poder e interesses sob uma frágil autonomia dos empreendimentos solidários locais.

2.1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS TRABALHADORES ASSOCIADOS À APOBV

A entrevista foi realizada com os trabalhadores associados (direção e base), tendo em vista entender como estes estabeleciam suas relações entre si, ou seja, no contexto da APOBV, meio interno, e como eles se relacionavam com o ambiente externo (relações sociais, econômicas, políticas, institucionais).

Assim, as perguntas permitiram que os trabalhadores associados pudessem expressar livremente suas opiniões e pensamentos a respeito do ambiente interno e externo à APOBV, de maneira que eles próprios refletissem sobre suas situações individuais e coletivas. Pois em acordo com Bogdan & Biklen (2010, p.), “uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo

ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo.”

Desta forma, considera-se que a entrevista respondeu ao que Anderson & Kanuka (2003) mostram ao pensarem na entrevista com uma técnica única de recolher e reunir dados através da comunicação dos próprios indivíduos envolvidos na pesquisa-ação. Como estes se percebem no mundo. Essa realidade foi enfatizada no âmbito do Diagnóstico Rápido Participativo, como se vê no item seguinte.

3. DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP)

O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), como mais um procedimento metodológico favoreceu conhecer a realidade da APOBV, sua experiência e inserção na comunidade Boa Vista. Utilizou-se esse recurso para a construção de um planejamento visando construir uma agenda articulada por uma ação racional, caracterizada pela transformação dos problemas identificados, no âmbito do subprojeto:

Autogestão na Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV): dilemas, desafios e inovação vinculados à pesquisa intitulada ⁶Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará. Para isto havia a necessidade de construir uma metodologia adequada à gestão da APOBV, a qual pudesse promover a melhoria no planejamento das atividades dos associados como mostra ao depoimento do agricultor 1.

Depoimento do agricultor 1: “Precisamos nos organizar para poder melhor trabalhar as nossas tarefas, sem organização fica tudo bagunçado”.

As informações coletadas no decorrer do mesmo possibilitaram identificar a necessidade de recorrer a outras fontes de pesquisa, a fim de complementar as

⁶**Hiegli de Souza Cavalcante Freitas**/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Castanhal; **Ivonne Buenaventura**²/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Castanhal/ Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia na Amazônia (NEA)/ volandolibre7@gmail.com; **Jalyne Eugênia Assunção de Souza**/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Castanhal/jalyneassuncao@gmail.com; **Lígia Paula Cabral do Rosário**/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Castanhal e, finalmente, a professora Dra. Roberta de Fátima Rodrigues Coelho, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal/ Castanhal/Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia na Amazônia (NEA)/ roberta.coelho@ifpa.edu.br, coordenadora do projeto *Desenvolvimento Sustentável*, sob o qual a pesquisa foi realizada.

informações capazes de favorecer o entendimento de diferentes perspectivas no interior da associação. Com base nesses instrumentos procedeu-se o cruzamento das informações e a análise crítica utilizada na interpretação dos dados obtidos e discutidos, gerou elementos essenciais para a construção de uma proposta de mudança da razão jurídica para fins de comercialização de seus produtos, podendo manter a Associação enquanto mais um espaço de aglutinação da comunidade local.

O diagnóstico foi subdividido em três etapas: a primeira tratou de considerar o território em que se encontra inserida a APOBV; a segunda abordou a técnica do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), utilizado no âmbito do projeto intitulado Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará, em particularidade para a Comunidade de Boa Vista do Acará, no mês de abril de 2018.

Escolha da técnica para coleta de dados foi utilizada com base em entrevista semiestrutura, a qual permitiu o levantamento de informações e conhecimentos da realidade da comunidade e suas instituições, a partir do ponto de vista dos envolvidos (VERDEJO, 2006); na terceira etapa sistematizou-se os dados, cujo objetivo era compreender a comunidade Boa Vista do Acará e a sua organização social, isto é, a APOBV.

Desde o início, foi possível o envolvimento dos trabalhadores associados à APOBV, não apenas como fonte das informações, mas também como agentes da pesquisa-ação, conferindo um caráter de mobilização junto com a comunidade para participara dos cursos de capacitação como comprova o agricultor 2.

Agricultor 2 “A gente deveria chamar a comunidade para participar dos cursos que vão ser dado aqui na associação isso pode ajudar a outras pessoas”.

Por meio dos cursos ministrados foi possível abranger a comunidade e ajudar os agricultores a obter uma outra fonte de renda. Assim, o planejamento foi realizado com a participação dos sujeitos, cujo aval foi um ponto motivador, uma estratégia importante na resolução dos problemas identificados. Nos diferentes momentos dessa execução, os trabalhadores associados puderam refletir e se reconhecer a partir dos valores da comunidade, haja vista que se comunicavam por meio de ideias, regras, normas e princípios comuns. Agricultor 3: “nós resolvemos fazer a associação pra cuidar melhor das pessoas”

A comunicação coletiva entre esses trabalhadores associados mostrava-se em diferentes momentos de reunião, cursos, oficinas e assessoramento úteis à resolução de

seus problemas. Assim, construiu-se o diagnóstico sobre a gestão e os problemas relativos as alianças estratégicas estabelecidas com as empresas capitalistas. Ficou claro que os problemas de gestão, autonomia e autogestão davam-se, em grande medida, pelos constrangimentos relativos aos obstáculos fáticos, os quais imprimem uma limitação real para a solução dos problemas, não se encontra em horizonte próximo, ou curto prazo, tendo em vista que as condições reais, dadas pela falta de acesso a políticas públicas de valorização da capacidade técnica, associada a serviços e equipamentos de uso comuns, encerram potenciais de inovação vinculados ao conhecimento dos produtos florestais biodiversos.

3.1 APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP)

Na execução das atividades de pesquisa, precedeu-se o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que se constituiu por um conjunto de técnicas e procedimento que foram capazes de permitir que os associados fossem protagonistas deste. Essa técnica potencializou a participação e a reflexão sobre os problemas tratados no âmbito da pesquisa-ação, na medida em que a abordagem visava a elaboração e execução de um planejamento voltados a superação da realidade encontrada. Nesse sentido, a participativa dos sujeitos fundamenta a própria ação (VERDEJO, 2006).

O DRP foi executado sob as técnicas da SWOT/F.O.F. A (Fortaleza, Oportunidade, Franqueza e Ameaça), em acordo com Bobrow (1998), a fim de se proceder uma análise interna e externa do ambiente no qual a APOBV opera. Esse recurso foi associado à pesquisa-ação que visou entender, descrever e explicar os fenômenos sociais de modos diferentes, através da análise de experiências individuais e grupais.

Nesse contexto, como dito anteriormente, aplicou-se uma entrevista semiestruturada com os 62 agricultores familiares da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará (APOBV), para compreender como se organizavam socialmente, seus métodos de produção e desafios para se manter como empreendimento econômico solidário.

Nesse momento utilizou-se a observação participante, como foi dito anteriormente, por meio de reuniões com a APOBV, cujos dados foram registrados por meios fotográficos e em caderno de campo, gravação de áudio, procedimento necessários

para a obtenção de informações e coleta de dados importante, desses sujeitos, obtidos de forma fidedigna, para retratar de modo aproximado da realidade dos mesmos.

A exigência da experiência prática, operou-se via orientações em reuniões com os trabalhadores associados, o que demandava algumas atividades a realização de ações conforme a necessidade dos trabalhadores associados, como os curso sobre associativismo e cooperativismo, beneficiamento de frutas e boas práticas de manipulação, certificação orgânica e comercialização de circuitos curtos. Para melhor dimensionar as fases da pesquisa-ação, detalhou-se momentos de conhecimento da realidade e de aplicação do DRP, via atividades práticas, como se observa nos itens abaixo.

4. SUJEITOS: TRABALHADORES ASSOCIADOS À APOBV

Os trabalhadores associados à APOBV segundo Scherer-Warren (2001, p.42) se constituem como: “[...] formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns [...]”, o que pode ser verificado na pesquisa de campo visto que eles buscam melhorar as condições de vidas familiares e da comunidade”.

O associativismo, neste sentido, se constitui como um mecanismo voltado que visa aglutinar interesse e esforços coletivos na concretização de interesses relacionados a práticas sociais, mas como verificou-se no capítulo anterior, está descaracterizada de sua natureza jurídica, uma vez que vem realizando negócios com interesses econômicos, enquanto à associação está vetada o caráter lucrativo.

Na comunidade de Boa Vista do Acará onde a Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará (APOBV) está situada habitam aproximadamente 500 pessoas distribuídas em 130 famílias, como se verificou no processo de pesquisa-ação, realizada a fim de conhecer as potencialidades de produção relacionadas à biodiversidade.

A Associação APOBV⁷ possui um quadro social composto de 62 sócios, sendo 23 mulheres e 39 homens, todos trabalham na agricultura familiar e no comércio de produtos extrativistas baseados em frutos, raízes e ervas medicinais e aromáticas.

⁷Foi concretizado por meio de entrevista previamente elaborada, que consistiu de um questionário semiestruturado com abordagem qualitativa definida por Godoi e Balsini (2010) ressaltam que a ênfase da pesquisa qualitativa é interpretar os significados e as intenções dos atores sociais investigados, de modo

De acordo os dados obtidos na pesquisa de campo, a média de idade dos trabalhadores associados está em torno de 38 anos, observando a baixa incidência da população com idades avançadas, embora não se tenha identificados muitos adolescentes nesta comunidade.

Neste perfil, os entrevistados se caracterizam como agricultores ou lavradores (94%), sendo que (6%) afirmaram possuir outras atividades além da agricultura como: pesca, serviço público, doméstico, comerciante e motorista, existindo aí uma multifuncionalidade, pois uma pequena parcela dos associados têm outras atividades como fonte de renda e se deslocam para o exercício de suas atividades na capital Belém-PA, a qual fica próximo da comunidade. Schneider (2009, p.3) destaca “[...] a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade [...]”.

Assim, percebe-se que existem atividades agrícolas e não-agrícolas combinadas na renda familiar. Essa configuração mostra que há no campo novas estratégias de redução das vulnerabilidades, na medida em que a pluriatividade tem evidenciado um processo de alteração no modo de vida vinculadas às atividades agrícolas.

No caso específico da APOBV, a grande maioria, produz farinha, cultiva frutíferas (açaí⁸, cupuaçu, laranja, cacau, manga, banana, maracujá, acerola, caju, uxi e jambo), portanto, atividades econômicas vinculadas à cultura regional, que se destina ao consumo próprio e à comercialização no mercado local e regional.

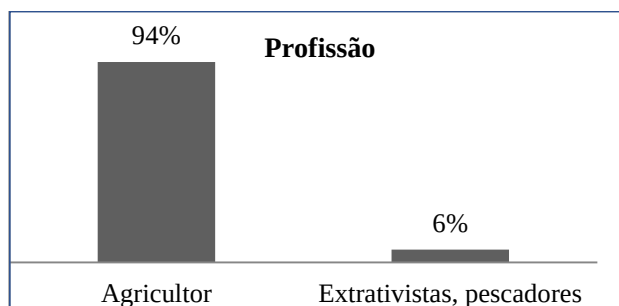
Nesse contexto, observa-se que a prática do associativismo tem favorecido a promoção de meios que embora sejam frágeis e precários viabilizam condições que dificilmente fossem capazes de acessar de modo isolados. O que movem esses trabalhadores associados, mostra-se pela necessidade de transpor situações adversas.

Nestes aspectos os interesses comuns favorecem a articulação desses trabalhadores que se movem por uma ação coletiva de busca, mobilização, sensibilização e construção de relações de cooperação e estabelecimento de alianças estratégicas em

que os dados são representações dos atos e das expressões humanas, o que exige a imersão do pesquisador no contexto que será analisado. Desse modo, no caso de estudos organizacionais qualitativos, o objetivo de usar a entrevista “em profundidade” como método de coleta de dados é abordar a complexidade organizacional e das relações que a permeiam, a partir do ponto de vista subjetivo dos atores sociais envolvidos nesse contexto.

meio ao jogo de poderes, interesses e dependências; as limitações de suas capacidades técnicas é certamente um fator que os torna vulneráveis em meio às próprias relações estabelecidas no ambiente interno e externo à organização; por isso a prática associativa tem se constituído como uma estratégia importante avançar em determinadas pautas socioeconômicas e culturais, a fim de criar nova realidade em um horizonte de difícil trânsito, particularmente, quando se está isolado.

Gráfico 1: Atividades desenvolvidas pelos associados a APOBV.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2018.

O desenvolvimento local é baseado, fundamentalmente, nesse tipo de produção para consumo e comercialização, sendo que estas iniciativas se dão por meio de ações coletivas, as quais encadeiam atividades domésticas, produtos extrativistas e cultivo de frutos regionais.

Para que esse processo seja contínuo e, simultaneamente, valorizado é necessário que estes trabalhadores associados tenham acesso a oportunidades sociais de formação, assistência técnica e fomento à pesquisa&desenvolvimento&inovação, com ampliação de canais de comercialização hoje restritos a mercados locais, feiras livres de mercados de circuitos curtos ou contratos de integração com empresas capitalistas sob contratos de alianças estratégicas.

Na falta de condições para o desenvolvimento local, vê-se que “a pluriatividade poderá representar uma alavanca importante ao processo de desenvolvimento das áreas rurais, pois permite gerar formas de trabalho e renda que se assentam tanto nas capacidades dos indivíduos como nas condições existentes nos contextos locais” (SCHNEIDER, 2009, p.25).

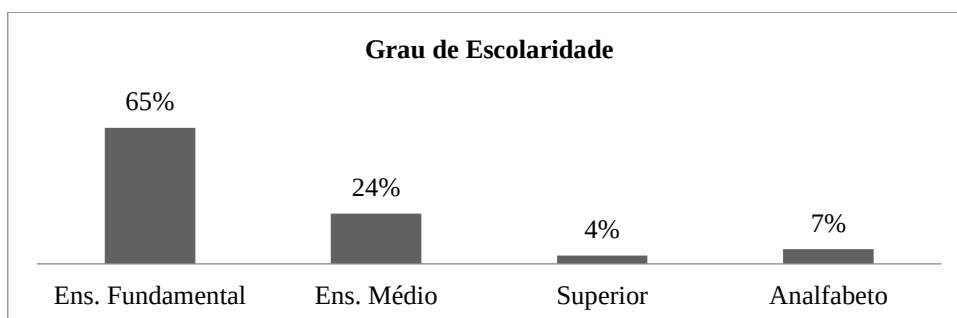
Mas a pluriatividade pode se constituir como um obstáculo efetivo ao surgimento de novas oportunidades, pois pode levar a uma acomodação decorrente do acesso a renda ainda que sob formas de trabalho precarizadas.

Dessa forma, o desenvolvimento local depende do conhecimento processual dos atores e que os mesmos possam compreender a realidade e dinamizar suas redes técnicas, institucionais, políticas e econômicas para gerar mudanças do ambiente e ampliar a capacidade de inovação aos desafios existentes.

4.1. GRAU DE ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES ASSOCIADOS À APOBV

O grau de instrução dos trabalhadores associados da APOBV mostra-se por baixo escolaridade muitos não tiveram acesso à escola por inúmeras dificuldades. No gráfico 2, é possível identificar que há uma concentração no ensino fundamental, correspondendo a (65%) do total, seguido (24%) que estão no ensino médio, além de (4%) no ensino superior e (7%) ainda na condição de analfabetos. Com toda essa dificuldade de aprendizado os associados procuram mudar esse fato fazendo cursos.

Gráfico 2: Grau de escolaridade dos associados da APOBV



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2018.

Notou-se que, na comunidade, não existem muitas opções de ensino, tanto público quanto particular, o que afeta diretamente às *ex ante* ao desenvolvimento econômico e social da mesma. Por essa razão, parte dos moradores e, inclusive, os trabalhadores associados procurem outros municípios para estudarem, o que tem gerado um outro problema de êxodo da localidade.

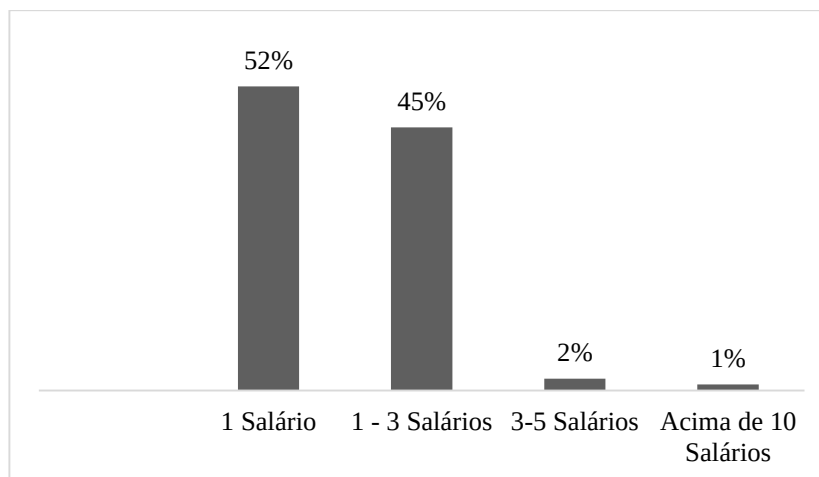
4.2 RENDA FAMILIAR DOS TRABALHADORES ASSOCIADOS À APOBV

Neste item particular, percebe-se que a renda familiar é afetada pela baixa capacidade técnica instalada na comunidade, a qual repercute no orçamento e, em consequência, nas condições de vida. A renda, portanto, torna-se relevante para a

obtenção de crédito junto à instituição financeira, para comprar insumos e equipamentos destinados à produção e à reprodução do grupo familiar.

Nesse sentido, verificou-se que a renda familiar a partir de critérios é, em sua maioria, de 1 salário mínimo, seguido por uma faixa de 1 a 3 salários mínimos, com pouquíssimos trabalhadores associados com renda acima desses patamares.

Gráfico 3: Renda Familiar



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2018.

O percentual entre 1 a 5 salários corresponde ao período em que os trabalhadores associados fornecem a piprioca e a pataqueira à empresa capitalista com a qual mantem aliança estratégica via contrato de integração à produção da empresa. As famílias que ganham 1 salário correspondem a 52% neste grupo estão envolvidos os aposentados, pessoas que participam de programas sociais e outras que possuem empregos informais, isto é, se caracterizam pela pluriatividade.

5 FORMAÇÃO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO AOS TRABALHADORES ASSOCIADOS À APOBV

Tomando como referência Eid; Barbosa e Oliveira (2018, p.17) ao pensarem na pesquisa-ação, formação e assessoramento, estes autores mostram que há a necessidade de um diálogo entre o saber e o fazer, que se entrelaçam, seja no momento da pesquisa, seja de aplicação de seus resultados, como uma ação de transformação da realidade identificada como problema a ser solucionado. Os autores afirmam que essas diferentes

atividades visam “estabelecer elos de conexão entre o pensar e o agir no processo de conhecimento e de transformação da realidade concreta”.

A vivências dos trabalhadores associados, nessa dinâmica, é outro elemento enfatizado, pois é a partir do vivido que se realiza a reflexão, favorecendo a “compreensão dos problemas detectados nos momentos do estudo exploratório e do diagnóstico dos problemas (Idem, 2018, p.18)”.

A tematização e a reflexão conjunta são essenciais para a socialização e compartilhamento das decisões quanto o planejamento para a execução de cursos, oficinas e assessoramento, com meios adequados à melhoria da gestão e do assessoramento. Nesse movimento da pesquisa-ação, “a valorização dos saberes e da cultura dos sujeitos locais é condição *sinequa non*” (BARBOSA, EID, 2012, p.15), tendo em vista uma ação estreitamente vinculada ao contexto específico da realidade que se investiga e age.

Assim, a dinâmica de formação e assessoramento técnico procurou contribuir para que estes trabalhadores associados obtivessem novos aprendizados, novas habilidades e capacidades técnicas, “com vistas à impulsionar a produção, o manuseio na pós-colheita, a melhoria dos produtos para o autoconsumo, mas também, técnicas de comercialização dos excedentes, com divulgação do produto e apresentação do produto (limpo e bem cuidado), venda em sistema de entrega porta-a-porta, cesta básica de produtos de produto orgânico e possibilidade (...), organizada na própria comunidade, ampliando o mercado local e, em consequência, a geração de renda” (EID; BARBOSA; OLIVEIRA, 2018, p.19).

Nesse movimento da pesquisa-ação avaliava-se de forma dialógica e permanente as ações realizadas, tendo em vista a necessidade garantir, de forma compartilhada, a diversificação de produtos à comercialização e, deste modo, reduzir a dependência quanto a situação de integração dos trabalhadores associados a empresas capitalistas, como se mostrou no primeiro artigo desta dissertação.

5.1 CURSOS, OFICINAS E ASSESSORIAS TÉCNICAS NA PESQUISA-AÇÃO

Após a apresentação da proposta inicial do projeto Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará percebeu-se que houve a necessidade de adequação das propostas como: cursos de capacitação para que os mesmos pudessem compreender a diferença da natureza jurídica do empreendimento

e cursos de gestão. Também demandou cursos de ⁹Boas Práticas, Manipulação de Alimentos, Certificação Orgânica e Comercialização de Circuitos Curtos. Ainda foi oferecido oficinas de como produzir licores e acessórios técnicas nas unidades produtivas familiares.

A princípio foi ministrado um curso de Associativismo e Cooperativismo para que os mesmos possam conhecer qual a finalidade de se forma uma organização como: suas origens no contexto histórico, as leis que as regem, suas características, seus princípios, suas funcionalidades seus registros, órgãos fiscalizadores, vantagens e desvantagens e suas diferenças.

Também foi convidada para a troca de experiência, a técnica em agroindústria Crizelide Cadeira Barros do empreendimento de uma Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D'Irituia), no município de Irituia do Estado do Pará, com isso os associados puderam conhecer outros empreendimentos econômicos solidários que, por meio do conhecimento, se organizam e colocam em prática a economia solidária, a fim de mudar a realidade da comunidade por meio de ações em conjunto.

Figuras 3: Curso de Cooperativismo e associativismo.



Fonte: Arquivo do próprio autor (2018)

Este curso foi de extrema importância para os associados a aquisição de conhecimentos a respeito do Associativismo e Cooperativismo e suas formas. Procurou destacar neste curso as seguintes questões: analisar as características das formas associativas e cooperativistas na associação assim como na comunidade, conhecer as

⁹Estes cursos foram planejados no âmbito da pesquisa- ação com a contribuição das profissionais Ligia Paula Cabral do Rosario (Engenheira Agrônoma e Tecnóloga em Agroindustrialização), Jalyne Eugênia Assunção de Souza (Engenheira Agrônoma) e Ivonne Buenaventura (Bióloga).

principais modalidades, conhecer os aspectos relacionados ao funcionamento e gestão deste tipo de organização.

Buscou-se também capacitar os participantes como se faz a implantação e a gestão de organizações autogestionárias para o desenvolvimento da associação. Foi demonstrado os preceitos teóricos do cooperativismo e associativismo rural com ênfase para os temas da produção, comercialização e crédito sob características de um empreendimento econômico solidário.

Figura 4: Cursos de Boas práticas e Oficina de Licor.



Fonte: Acervo da própria autora (2018)

Com o curso de Boas Práticas e Manipulação de Alimentos foi possível adquirir conhecimento para minimizar os riscos de doenças transmitidas por alimentos (DTAs), desenvolvendo habilidades que permitam a correta aplicação dos princípios de higiene pessoal, ambiental, de equipamentos e utensílios e de alimento

Oferecer capacitação associados pode trazer melhorias na produtividade da organização. Isso acontece porque a partir da capacitação dos agricultores os mesmos adquirem habilidades teóricas e técnicas imprescindíveis para sua atividade profissional, sendo assim, os profissionais qualificados geram melhores resultados para a organização.

6. DIAGNÓSTICO SOCIOPRODUTIVO DA COMUNIDADE DE BOA VISTA DE ACARÁ – PA

A Amazônia caracteriza-se não apenas pela sua diversidade físico-natural e biológica, mas também pela diversidade étnica, socioeconômica e cultural, resultante dos inúmeros atores sociais que a povoam: indígenas, afro descendentes, caboclos,

campesinos, extrativistas, população sem terra, trabalhadores urbanos, grandes e pequenos agricultores (FERREIRA & SALATI, 2005).

O modo de vida desses atores sociais está intimamente ligado à relação com que estes atores têm com a terra e, conseqüentemente, com a forma de produção agrícola, surgindo assim uma ampla gama de grupos rurais, comunidades, povos e aldeias, apresentando uma face multifacetada de sua população, com características variadas e peculiares.

No entanto, este artigo restringe-se ao Município de Acará, particularmente à Comunidade Boa Vista do Acará, localizada na microrregião do Baixo Tocantins, no Estado do Pará. A realidade da população que habita este espaço tem uma relação estreita com a terra, seja via cultivo de produtos como a mandioca (*Manihotesculenta* Crantz) e o cacau (*Theobromacacao* L.) ou mesmo, a coleta ou cultivo de açaí (*Euterpe oleracea*), produtos oriundos da própria floresta nativa, mais consumidos e conhecidos pelas populações autóctones desde a época pré-conial.

No entanto, com a introdução do trabalho exógeno, dos negros africanos (BARBOSA, 2003), estabeleceu-se novas dinâmicas na relação de plantação e cultivo dos produtos da economia pré-colonial associado a novos produtos trazidos pelos colonizados portugueses, como a introdução do plantio da cultura do arroz (*Oryza Sativa* L.). Assim, amplia-se os produtos cultivados e novas técnicas, mesmo com a manutenção de do cultivo de frutíferas típicas de várzea e outras de terra firme (ALMEIDA e LIMA, 2014).

Nesta linha de raciocínio, Barbosa (2003), por exemplo, a firma que a formação socioeconômica e cultural desse território teve como um dos motivadores os remanescentes de quilombos, construídos em meados do século XVIII. Essa realidade pode ser constatada ao adentrar-se nos dados obtidos por meio do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), quando se buscou conhecer a Comunidade Boa Vista do Acará para entender suas estratégias de vida, em um território aparentemente isolado.

6.1 APOBV E A CULTURA ORGANIZACIONAL CONTRADITÓRIA

A organização segundo princípios da administração é uma forma de ordenamento de uma determinada instituição para alcançar resultados de ordem diversas, mas quando se trata de operar processos de produção e comercialização precisa orientar-se por regras e normas de gerenciamento (DI PIETRO, 2005).

Neste sentido, quando se trata de uma organização coletiva, a autogestão constitui-se como a forma mais adequada, pois é instituída por valores de cooperação e gestão coletiva do trabalho, da produção e da comercialização. Assim, procurou-se relacionar a organização dos associados da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV) por meio da autogestão, ou seja, uma cultura organizacional correspondente aos fundamentos da prática coletiva.

As associações são definidas pelo Código Civil, lei nº 10.406/2002 como pessoas que se reúnem para trabalhar com fins não econômicos. Na Constituição Federal, artigo 5º, incisos XVII a XXI pode-se perceber que as associações¹⁰ são focadas na defesa de interesses específicos, sem a característica de obtenção de lucro ou distribuição de sobras/excedente de produção, ou seja, toda sobra é utilizada para atender os objetivos da própria associação e não de seus associados.

Os participantes da associação não são donos dela, tanto é que quando as associações são dissolvidas, todo o patrimônio acumulado deve ser repassado para outra instituição de mesma finalidade. Os dirigentes das associações não são remunerados, apenas são reembolsadas as despesas para desempenho dos encargos da mesma.

O patrimônio da associação é formado por taxas pagas pelos associados, bem como, por doações e reservas. Nesta modalidade não existe capital social, sendo mais difícil obter financiamentos de instituições de crédito. Desta forma, é importante destacar que a comercialização cabe às cooperativas, um organismo econômico e social que busca através de sua organização, a distribuição de riquezas. De acordo com Santos, (2006), esse sistema econômico e social se caracteriza por meio da união de pessoas, com objetivo de unir forças para atingir desenvolvimento financeiro, econômico e social.

Entende-se que o cooperativismo solidário tem sido utilizado pelos agricultores familiares na tentativa de garantir sua inserção e permanência no mercado (suas diferentes escalas), através do esforço conjunto. Seus princípios norteiam-se pela autogestão (interna e externa), para que possam garantir o desenvolvimento social de seus associados, ao mesmo tempo em que buscam desenvolvimento econômico, enfrentando um mercado cada vez mais globalizado e concorrencial.

¹⁰Neste caso, a lei não especifica um número mínimo de pessoas, basta criar um estatuto social, em Assembleia Geral realizada com seus associados para seleção daqueles que farão parte da diretoria e elaborar uma ata de constituição, a qual precisa ser registrada no CNPJ, na Receita Federal, no Ministério do Trabalho e INSS.

A cooperativa é uma forma de associação de pessoas unidas a fim de cooperar umas com as outras, visando à solução de problemas econômicos por meio da solidariedade humana. É um sistema econômico e social que busca organizar seus cooperados para melhoria da situação socioeconômica e distribuição de riquezas (SANTOS, 2006).

Na prática, tanto a associação quanto a cooperativa são dois tipos de instituições que buscam servir à coletividade e estão fundamentados em princípios semelhantes, mas com finalidades diferenciadas. Assim, tanto em associações quanto em cooperativas as pessoas reúnem-se em prol da realização de objetivos comuns e, em ambos os casos, as decisões costumam ser tomadas de forma coletiva e democrática, por meio de assembleia geral, contudo, trata-se de entidades que se caracterizam por normas e regras como apresenta-se no Quadro 1).

Quadro: Diferença entre Associação e Cooperativismos.

CRITÉRIO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Conceito	Conceito Sociedade de pessoas sem fins lucrativos	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Legalização	Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. CNPJ na Receita Federal. Registro no INSS e no Ministério do trabalho.	Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição do conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição na junta comercial. CNPJ na Receita Federal. Inscrição Estadual. Registro no INSS e no Ministério do trabalho. Alvará na prefeitura.
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de 20 pessoas físicas
Legislação	Constituição (art. 5o., XVII a XXI, e art 174, par. 2o.). Código Civil	Lei 5.764/71. Constituição (art. 5o. XVII a XXI e art. 174, par 2o.) Código civil.
Patrimônio / Capital	Seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência do mesmo dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.

Representação	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. É representada por federações e confederações.	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. Pode constituir federações e confederações para a sua representação.
Forma de Gestão	Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.	Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.
Abrangência / Área de Ação	Área de atuação limita-se aos seus objetivos, podendo ter abrangência nacional.	Área de atuação limita-se aos seus objetivos e possibilidade de reuniões, podendo ter abrangência nacional.
Operações	A associação não tem como finalidade realizar atividades de comércio, podendo realizá-las para a implementação de seus objetivos sociais. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse
Responsabilidades	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela associação. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa, a não ser no limite de suas quotas-partes e a não ser também nos casos em que decidem que a sua responsabilidade é ilimitada. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.
Remuneração	Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembleia, além do reembolso de suas despesas.
Contabilidade	Escrituração contábil simplificada.	A escrituração contábil é mais complexa em função do volume de negócios e em função da necessidade de ter contabilidades separadas para as operações com os sócios e com não-sócios.
Tributação	Deve fazer anualmente uma declaração de isenção de imposto de renda.	Não paga Imposto de Renda sobre suas operações com seus associados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais.
Fiscalização	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual, pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual (nas operações de comércio), pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.
Dissolução	Definida em assembleia geral ou mediante intervenção judicial, realizada pelo Ministério Público.	Definida em assembleia geral e, neste caso ocorre a dissolução. No caso de intervenção judicial, ocorre a liquidação, não podendo ser proposta a falência.

Resultados Financeiros	As possíveis sobras obtidas de operações entre os associados serão aplicadas na própria associação.	Após decisão em assembleia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada associado. Destinam-se 10% para o fundo de reserva e 5% para o Fundo Educacional (FATES).
------------------------	---	--

Fonte: VEIGA e RECH, Instituto de Cooperativismo e Associativismo (2016).

Nestes dois tipos de empreendimentos existem vantagens e desvantagens, mas por se constituírem como empreendimentos coletivos, tanto as associações quanto às cooperativas apresentam a vantagem de reunir esforços em torno de objetivos comuns, a fim de aglutinar talentos e a dedicação de várias pessoas, podendo favorecer a realização de seus objetivos.

Essas características são importantes para buscar entender o fato da APOBV se constituir como associação e ao mesmo tempo tem comercializado, ocorrendo uma contradição na medida em que firma negócios e contratos que são de natureza jurídicas adequadas à cooperativa. A ação econômica nesse tipo de empreendimento pode afetar o desempenho de suas demais atividades, seja em relação à definição de suas ações e alianças estratégicas, bem como, suas tarefas e responsabilidades, tendo em vista que nesses tipos de organizações precisa atender princípios como:

- a) transparência administrativa: relacionada diretamente as condutas realizadas pelos sócios sobre as informações a respeito do empreendimento (sobras, prejuízos e outros mais). A falta de transparência pode encontrar estar os efeitos da organização.
- b) trabalho mútuo: todos participam diretamente dos processos de produção, sendo assim, as longas jornadas de trabalho são reduzidas, uma vez que todos se unem para ajudar os demais.
- c) tomadas de decisão democráticas e coletivas: processo pelo qual os trabalhadores associados escolhem um plano de ação baseados em variados cenários, a fim de analisar fatores do processo decisório, para realizar uma escolha final sobre o crescimento ou não de uma determinada organização.
- d) solidariedade e fraternidade: todos estão dispostos a trabalhar de forma constante para defender os direitos e objetivos do grupo.
- e) valorização das pessoas e cidadania: reconhecimento dos esforços e dedicação, seja na execução de tarefas, na gestão e até mesmo no convívio com os demais (ANTEAG, 2001, p. 43).

Nessa lógica, ao comercializar produtos dos associados a APOBV incorre em equívocos quanto a sua natureza jurídica e autogestionárias, tendo em vista que a forma de organização que não separa a tomada de decisão da execução, no processo de produção, inclusive, em relação aos meios de produção. Assim, a comercialização por

meio de uma associação fere alguns desses princípios, não havendo transparência quanto a sua própria natureza organizacional.

Para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva, isto é, de poder compartilhado, de opinar e de decidir, é preciso haver o respeito aos diferentes associados, portanto, atores e papéis sociais executados por cada cooperado, no empreendimento econômico, inclusive, com rodízio nos cargos, a fim de não gerar concentração de poder, outro elemento que está em dissonância na APOBV. Essas problemáticas mostram que não há uma cultura organizacional adequada à autogestão.

No entanto, a APOBV assume uma posição estratégica ao atender demandas de comercialização de seus associados, sendo inclusive reconhecida pela comunidade como um empreendimento econômico e solidário. Neste sentido, percebeu-se a necessidade de sua adequação para atender os princípios de uma organização sócio produtiva de caráter econômico. Com a aplicação do questionário sobre um diagnóstico rápido e participativo detectou-se a importância de se avaliar sobre ações voltadas: autogestão, organização social, unidade produtiva e assistência técnica com os associados da APOBV.

Figura 1 e 2: Entrevista com os associados da APOBV.



Fonte: Arquivo do próprio autor (2018)

Associado1: “Nós temos que nos organizar. Temos que planejar as nossas tarefas, para saber quem vai fazer o que, pra poder as coisas dar certo”.

Planejar as atividades é de extrema importância para o crescimento da organização o autor Bonney (2000) ressalta isso ao afirmar que o objetivo do planejamento é controlar a produção de maneira que alcance condições de produção de modo mais eficiente possível. Esta é uma das atividades essenciais para uma organização, pois é responsável

por gerenciar as atividades para reduzir os custos relacionados aos processos de produção como matéria-prima, insumos, mão-de-obra, entre outros.

A falta desse planejamento impacta diretamente no processo produtivo, promovendo transtornos como: atrasos em entregas de produtos, a falta de estoque de matérias produtivas, e podendo afetar no comprometimento da credibilidade com clientes e fornecedores, provocando sobrecarga sobre os colaboradores.

7. PROBLEMA DE CONCEPÇÃO AUTOGESTIONÁRIA NA APOBV

A autogestão é uma forma de organização da administração coletiva que se caracteriza por um conjunto ações compartilhadas em que inclusive os meios de produção, cuja propriedade é de todos os envolvidos, requerendo condições aptas e propícias à sua implantação da democracia (SILVA,2015).

Pode-se avaliar que a autogestão não é uma qualidade essencial a qualquer empreendimento, uma vez que o processo é sujeito tanto a avanços como retrocessos. Desse modo, conclui-se que a prática fiel resulta em aprendizados apropriados e esperados (LECHAT; BARCELOS, 2008).

Segundo Singer (2002) alguns empreendimentos constituídos a partir de princípios econômicos solidários, com o passar do tempo adaptam-se ao capitalismo e deixam de ser solidárias. Por muitas vezes, aos alcançarem os objetivos presumidos, ou até mesmo, ao irem além do esperado, optam por mudarem particularidades de seu processo gestonário. Nesses casos, a aversão às mudanças por parte de cooperados mais antigos é facilmente observada.

Para Lechat e Barcelos (2008) a visão eficaz de autogestão provém da capacidade de construir e transformar espontaneamente o que o circunda. Assim, compreende-se que os homens conseguem organizar e dirigir-se, de fato, quando têm autonomia para estabelecerem e procurarem o que lhe são importantes.

Os associados da APOBV apesar de se constituir como uma organização possuem problemas como qualquer tipo de empreendimento, pois um deles é enquanto a sua natureza jurídica, por ser uma associação não pode ter fins lucrativos. Quando se constitui associação em seu estatuto artigo 1, descreve que a mesma é uma entidade sem fins lucrativos.

Os associados sentiram a necessidade de comercializar seus produtos e fazer isso de maneira inapropriada. Para que possa ocorrer esse tipo de atividade é necessário que a mesma mude a sua natureza jurídica. Diante desta problemática houve a necessidade de que os membros da associação conheçam o que se pode fazer dentro das legalidades e tomar as devidas providências para que se possa comercializar seus produtos.

A princípio foi ministrado um curso de Associativismo e Cooperativismo para que os mesmos possam conhecer qual a finalidade de se forma uma organização como: suas origens no contexto histórico, as leis que as regem, suas características, seus princípios, suas funcionalidades seus registros, órgãos fiscalizadores, vantagens e desvantagens e suas diferenças. Também foi convidada para a troca de experiência, a técnica em agroindústria Crizelide Cadeira Barros do empreendimento de uma Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D'Irituia), no município de Irituia do Estado do Pará, com isso os associados puderam conhecer outros empreendimentos econômicos solidários que, por meio do conhecimento, se organizam e colocam em prática a economia solidária, a fim de mudar a realidade da comunidade por meio de ações em conjunto.

Figuras 3,4,e 5: Curso de Cooperativismo e associativismo



Fonte: Arquivo do próprio autor (2018)

Este curso foi de extrema importância para os associados a aquisição de conhecimentos a respeito do Associativismo e Cooperativismo e suas formas. Procurou destacar neste curso as seguintes questões: analisar as características das formas associativas e cooperativistas na associação assim como na comunidade, conhecer as principais modalidades, conhecer os aspectos relacionados ao funcionamento e gestão deste tipo de organização.

Buscou-se também capacitar os participantes como se faz a implantação e a gestão de organizações autogestionárias para o desenvolvimento da associação. Foi demonstrado os preceitos teóricos do cooperativismo e associativismo rural com ênfase para os temas da produção, comercialização e crédito sob características de um empreendimento econômico solidário.

7.1 APOBV: ORGANIZAÇÃO SOCIAL

As organizações sociais estão presentes em várias esferas: como cultural, econômica, familiar e política podem mudar conforme as necessidades da sociedade ao longo do tempo. Além disso, a mesma é importante para que tal grupo de pessoas seja considerado uma organização social que exista um objetivo a realizar, seja este solidário ou particular. No Brasil, a Lei federal n. 9.637, de 18.5.1998 outorga a criação do título Organização Social (OS).

As Organizações Sociais (OS) são um modelo de organização pública não-estatal destinado a absorver atividades publicizáveis mediante qualificação específica. Trata-se de uma forma de propriedade pública não-estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público (Ministério da Administração e Reforma do Estado (1997, p.13).

Por meio desta definição entende-se que as OS são todos agrupamentos de pessoas que se estabelecem a partir de elementos compartilhados, ideias em comum que trata da forma como uma sociedade estruturada é organizada e o papel que cada um recebe.

Figura 6: Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista- PA



Fonte: Arquivo do próprio autor (2018)

As OS possuem uma estrutura social a qual se refere à colocação e à posição de indivíduos em um sistema que os membros e os grupos de uma sociedade são unidos por um sistema de relações de obrigação envolvendo uma série de direitos e deveres, aceitos e praticados entre si, ao mesmo tempo, as organizações sociais são estabelecidas sempre com um fim, para mudar realidade dos mesmos.

Figura 7: Comunidade de Boa Vista



Fonte: Arquivo do próprio autor (2018).

Nessa comunidade habitam aproximadamente 500 pessoas distribuídas em 130 famílias, como se pode verificar por meio da pesquisa realizada a fim de conhecer as potencialidades de produção relacionadas à biodiversidade. Por essa razão, procedeu-se um levantamento de dados sobre os agricultores sócios da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará (APOBV). As informações decorreram da entrevistada com 60 produtores de ervas aromáticas, no período de maio de 2018¹¹.

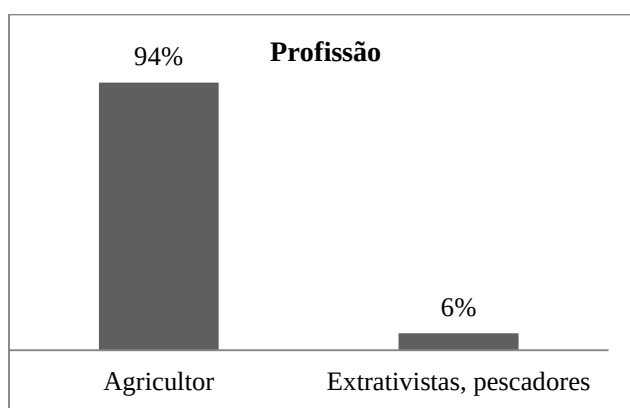
¹¹Foi concretizado por meio de entrevista previamente elaborada, que consistiu de um questionário semiestruturado com abordagem qualitativa definida por Godoi e Balsini (2010) ressaltam que a ênfase da pesquisa qualitativa é interpretar os significados e as intenções dos atores sociais investigados, de modo que os dados são representações dos atos e das expressões humanas, o que exige a imersão do pesquisador no contexto que será analisado. Desse modo, no caso de estudos organizacionais qualitativos, o objetivo de usar a entrevista “em profundidade” como método de coleta de dados é abordar a complexidade organizacional e das relações que a permeiam, a partir do ponto de vista subjetivo dos atores sociais envolvidos nesse contexto.

Figura 8 e 9: Entrevista com os associados da APOBV

Fonte: Arquivo do próprio autor (2018).

7.1.1 Perfil dos entrevistados da APOBV

Os associados da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista são um total de 60, sendo 21 mulheres e 39 homens. De acordo os dados obtidos, a média de idade das pessoas entrevistadas ficou entorno de 38 anos, observando a baixa incidência da população jovem na comunidade. O perfil desses entrevistados se caracteriza por se declararem agricultores ou lavradores (94%), sendo que (6%) não se identificar como agricultores, por desenvolverem outras atividades além da agricultura como: pesca, serviço público, doméstico, comerciante e motorista.

Gráfico 1: Perfil dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2018.

Percebe-se que os associados desenvolvem atividades agrícolas, como produção de farinha, cultivo de frutíferas (açaí, cupuaçu, laranja, cacau, manga, banana, maracujá, acerola, caju, uxi e jambo). Verifica-se que há uma questão de cultivo vinculado à cultura

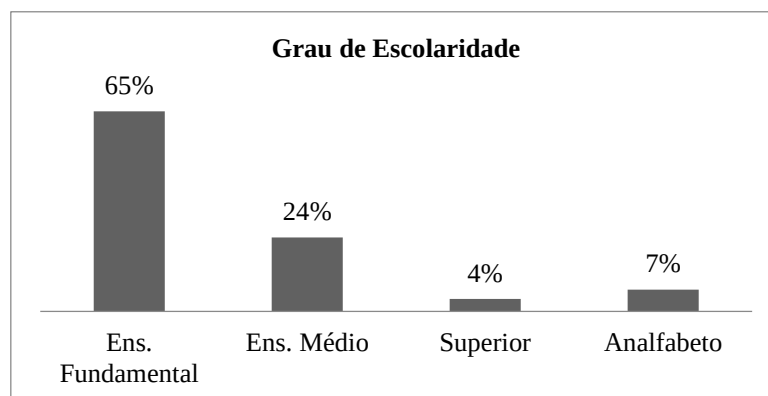
local que se destina ao consumo de produtos regionais. No entanto, observa-se que já existe uma pequena parcela dos associados que têm outras atividades como fonte de renda e que se deslocam para o exercício de suas atividades na capital Belém-PA, a qual fica próximo da comunidade.

Cabe dizer que o desenvolvimento local é baseado nos agentes locais, estando relacionado a iniciativas da coletividade, encadeando as potencialidades em que está inserido. Para que esse processo de desenvolvimento seja contínuo, necessita-se ter oportunidades sociais de acesso ao mercado como as feiras livres de mercados de circuitos curtos (BUARQUE, 1999). Dessa forma, o desenvolvimento local depende do conhecimento processual dos atores e que os mesmos possam compreender a realidade e as mudanças do ambiente de ampliarem a capacidade de inovação aos desafios existentes.

7.1.1.2 Grau de escolaridade

O grau de instrução dos associados da APOBV mostra-se a partir de baixo grau de escolaridade como se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Grau de escolaridade dos associados da APOBV



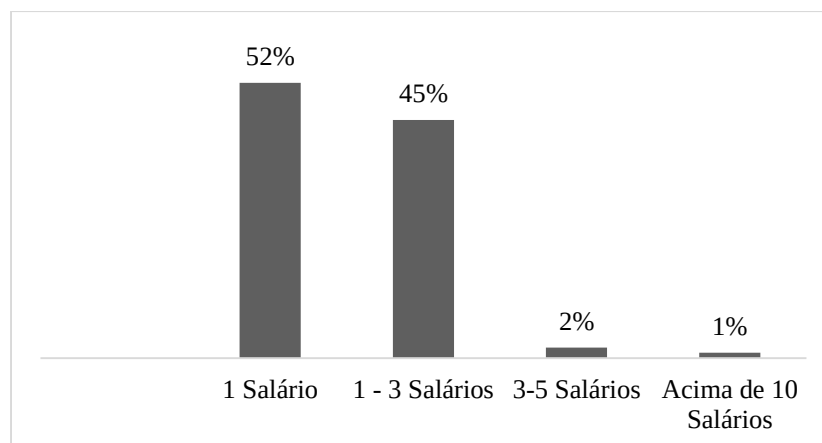
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2018.

Nota-se que a comunidade não possui muitas opções de ensino, tanto público quanto particular e isso afeta diretamente no desenvolvimento econômico e social da mesma. Por essa razão, parte dos moradores e, inclusive, os associados procurem outros municípios para estudarem, o que gera um outro problema a êxodo da localidade.

7.1.1.3 Renda familiar

Esse fator também contribui para a renda familiar que repercute no orçamento e que reverte nas condições de vida. A renda, portanto, torna-se relevante para a obtenção de crédito junto à instituição financeira, para comprar insumos e equipamentos destinados à produção e a reprodução do grupo familiar. Nesse sentido, verificou-se a renda familiar a partir de critérios como: renda abaixo de 1 salário mínimo e acima de 1 salário mínimo.

Gráfico 3: Renda Familiar



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2018.

Percebe-se, pelo gráfico acima que 45% dos associados da APOBV recebe de 1 a 3 salários mínimos. Esse percentual corresponde ao período em que os associados entregam a safra da pirioca e da pataqueira para a empresa de cosmético. As famílias que ganham 1 salário correspondem a 52% neste grupo estão envolvidos os aposentados, pessoas que participam de programas sociais e outras que possuem um emprego informal.

7.1.1.4 Organização administrativa da APOBV

OLIVEIRA (2004) define estrutura da organização como um conjunto ordenado de responsabilidades, autoridade, comunicações e decisões das unidades organizacionais de uma empresa. A partir da estrutura da organização os indivíduos fazem escolhas baseando-se nas normas. A estrutura da associação demonstra como a mesma se organiza, principalmente por meio de relações complexas e constantes, que se interligam, como as relações estabelecidas entre os indivíduos, por meio dos papéis sociais que estes assumem (diretoria executiva, conselho fiscal e órgãos de competência).

Certas funções são necessárias para que o grupo de organize e desenvolva. Dentro desta organização os indivíduos podem tomar decisões a (assembleia geral) e fazer escolhas (conselho administrativo) tendo como referência as normas dadas pela estrutura (conselho fiscal), concordando ou não conforme o que está previsto no estatuto que seus membros criação o que pode ocasionar mudanças, contudo aqueles que fogem à regra podem ocasionar conflitos e até sofre penalidades.

Tabela 1 - Estrutura da organização administrativa da APOBV

Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Órgão/Competência
Presidente Vice-Presidente 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro	É formado por três pessoas, sendo um titular e dois suplentes.	Assembleia Geral: Instância é o órgão máximo e soberano onde as discussões dos grupos são apresentadas. Conselho Administrativo: Responsável pela proposição e condução da associação, composta pelo Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. Conselho Fiscal: é composto por três membros que são escolhidos em Assembleia Geral que realizarão reuniões periódicas para fiscalização das contas e avaliação da conclusão das atividades definidas.

Fonte: Do próprio autor (2018)

Na estrutura organizacional da APOBV foi possível perceber que o presidente possui dificuldades para poder cobrar dos associados as tarefas de produção que foram decididas em grupo, o que gera um certo descontrole para concluir os trabalhos ocasionando conflitos entre os associados. **Presidente:** “Eles fazem as coisas quando querem. Uns trabalham mais e outros menos mas, na hora de receberem o valor da produção querem receber igual o que trabalhou direitinho”.

Para tentar solucionar este problema foi criado equipes com dias determinados da semana para executar as atividades por exemplo: a princípio e determinado a quantidade de produção que deve ser plantada faz-se um mutirão para a limpeza do terreno, cada sócio fica responsável por sua lera o que elimina a parte de que um recebe mais pelo outro a produção também formou-se equipes de irrigação, da limpeza dos canteiros e adubação.

Figura 10: Divisão das equipes em executar as tarefas - Plantação da Pataqueira.



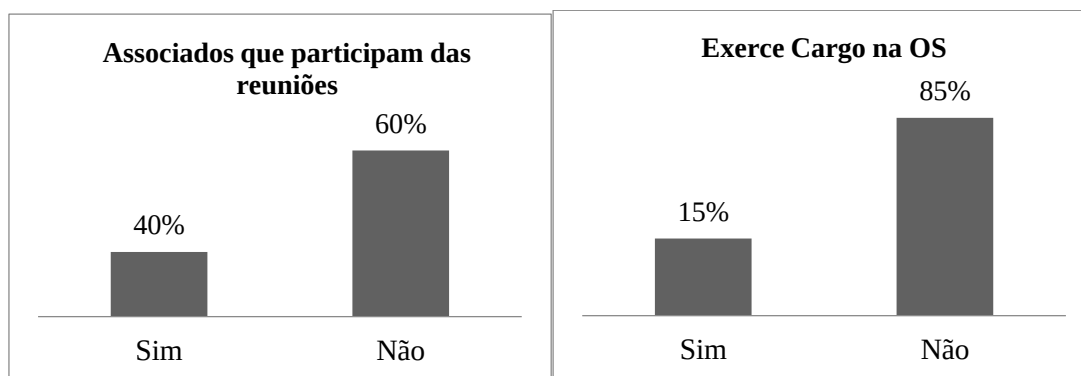
Fonte: Acervo da APOBV (2018)

Com uma estrutura organizacional bem estabelecida, é possível traçar as tarefas necessárias, organiza funções, determinar responsabilidades e o desempenho por colaborador, também é possível controlar estoques, coletar e analisar diferentes dados, além de verificar em quais áreas há excesso/escassez de recursos e qual está gastando mais. Podemos perceber como a estrutura organizacional auxilia na melhoria contínua dos resultados.

7.1.1.5 Participação social

Observou-se que a participação social da APOBV visa reunir esforços para reivindicar melhorias na comunidade, defender os interesses dos associados, desenvolver interesses coletivos de trabalho, produzir e comercializar de forma cooperada, melhorar a qualidade de vida e participar no desenvolvimento da região na qual as associações está inserida.

Gráfico 3 e 4: Participação dos associados nas atividades da APOBV



Fonte do próprio autor, 2018.

A participação nas atividades referentes a associação reflete nos gráficos acima quando entrevistados apenas 40% participam das reuniões e 60% não participam. Estes percentuais são significativos, ou seja, organização só conseguem atingir menos da metade do seu quadro social para participarem de reuniões e tomar decisões importantes, isso é um problema como mostra o gráfico ao lado.

A organização não consegue eleger seus membros para participar do quadro social, como se reflete no gráfico, o que demonstra que 85% não exerce cargo no empreendimento e apenas 15% se envolve nas atividades da organização. Fala do agricultor 2: “...Temos muitas pessoas na associação, mas quando precisamos nos reunir para decidimos coisas importantes vem poucas pessoas e ninguém quer assumir responsabilidade”.

Figura 11: Reunião dos associados



Fonte: Arquivo do próprio autor (2018)

Reunião dos associados da APOBV para decidirem sobre a quantidade, a área e a equipe para cuidar dos canteiros para a plantação e a colheita da pataqueira e a priprioca.

8 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA APOBV: estímulo à diversificação

A organização produtiva dos associados da APOBV pode ser observada por meio de seus sistemas de cultivo que se referem a práticas comuns de manejo organizados a partir de uma determinada espécie vegetal, visando sua produção a partir da combinação lógica e ordenada de um conjunto de atividades e operações (EMBRAPA, 2012).

Sistemas de cultivo as principais culturas agrícolas, em áreas de terra firme, são mandioca (*Manihotesculenta*Crantz), cupuaçu (*Theobromagrandifloru*Schum), açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), uxi (*Endopleurauchi*Cuatrec), pupunha (*Bactrisgasipaeskunth.*) e bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.). Enquanto na área de várzea as culturas predominantes são açaí, ingá (*Ingaedulis* Mart.), cupuaçu e manga (*Mangifera indica* L.). Ressalta-se que a cultura mais lucrativa é o açaí vendido *in natura* por conta de ser uma palmeira que se encontra com abundância na região e da palmeira se aproveita praticamente o fruto (comidas e bebidas), o palmito e os caroços (biojoias) e a palha para fazer artesanato (paneiro).

Figura 12,13,14: Produtos da APOBV



(Açaí in natura)



(Biojoias)



(Paneiro feito da fibra de açaí)

Fonte: Arquivo do próprio autor (2018).

O açaizeiro está presente em toda a extensão amazônica e possui uma maior concentração nos estados do Pará. O Pará lidera a produção e o produto principal da fruticultura paraense, e o mesmo gera empregos diretos e indiretos, somente na cidade de Belém, e responde por 70% da fonte de renda da população ribeirinha (NOGUEIRA; SANTANA; GARCIA, 2013).

O açaí está incorporado na alimentação dos povos locais, sendo consumido durante as refeições como complemento ou prato principal, fato que justifica a necessidade de elevar a produção desse produto na região (HOMMA, 2014).

Figura 15 :Curso de beneficiamento do Açaí na APOVB



Fonte: Arquivo do próprio autor (2018)

Para agregar valor na venda do fruto foi ministrado um curso de beneficiamento de frutas e boas práticas de manipulação para que os associados possam vender nas feiras . Em uma reportagem pesquisa feita pela Secretaria do Saúde do Estado de Alagoas no ano de 2017 explicando sobre os benefícios do Açaí.

Os nutricionistas entrevistados falaram que o aumento do consumo e a comercialização da fruta podem ser atribuídos às suas propriedades nutricionais, pois é um alimento rico em proteínas, fibras, lipídios, vitaminas, minerais dentre outros compostos benéficos à saúde que atuam como antioxidantes, protegendo o organismo contra substâncias que favorecem o envelhecimento celular. Neste curso foi possível demonstrar para os agricultores que é possível ter outra fonte de renda quando a colheita da pataqueira e priprioca acabar pois estas plantas são colhidas em intervalos de meses ou até mesmo ano.

8.1 A IMPORTÂNCIA DAS ERVAS PARA A APOBV

A Associação trabalha com ervas cheirosas especificamente com as espécies pataqueira (*Schizolobium parahyba*) e a priprioca (*Cyperus articulatus*) São plantas encontradas em locais que “*apresentam condições climáticas de alta umidade, como na região Amazônica*” (POTIGUARA e ZOGHBI, 2008) apud (PAES, 2011), e “*em alguns países da África, como África do Sul*” (GORDON-GRAY et al., 2006) e “*Camarões*” (BUM et al., 2004) apud (PAES, 2011).

Segundo o conhecimento popular podem ser usadas como contraceptivo, analgésico, no tratamento de diarreias e ainda possui efeito sedativo e anticonvulsivo. Esse

conhecimento foi confirmado em estudos de Bum et al. (2004) apud Paes (2011) realizados na África e na região Amazônica com os extratos da *Cyperus articulatus* L. Outras doenças como enxaquecas, dores de cabeça e também epilepsia são citados como passíveis de tratamento por meio desse vegetal.

Essas espécies espécie vegetais produzem óleos essenciais com a fragrância amadeirada, bastante utilizada pela cultura da região Norte. Esses óleos recentemente começaram a ser explorado em um nível comercial mais amplo e, além de ter aplicação na formulação de perfumes pela indústria cosmética, apresenta propriedades medicinais como, por exemplo, efeito sedativo e anticonvulsivo” (PAES, 2011, p.2).

Figura 16: Cultivo da Priprioca



Fonte: Acervo da APOBV (2016)

A produtividade dos rizomas varia com a idade da planta, de modo que com 9 meses a produção obtida varia de 180 kg a 200 kg/leira, chegando a atingir 300 kg/leira com 18 meses. A erva priprioca é cultivada com práticas orgânica 100% certificadas. Logo em seguida, ela é colhida, ensacada e levada para a beira do igarapé, onde é lavada.

O processo é feito de forma simples, com mulheres e homens entrando na água, desensacando as raízes e lavando-as.

A pripioca é uma planta da família das *Cyperaceae* é uma espécie de capim alto, em cuja extremidade brotam flores miúdas, quase insignificantes. Os talos desse capim produzem pequenos tubérculos que, quando cortados, exalam um perfume fresco, amadeirado e picante, tradicionalmente usados em banhos de cheiro e na fabricação de colônias artesanais na região Norte do País, principalmente no Pará (ZOGHIB et al, 2005).

A preparação da área, o plantio, os tratos culturais, a produtividade, a colheita, a comercialização e o custo. Os tubérculos têm grande valor comercial para mercado das empresas de cosméticos. O cultivo da A expansão do mercado da pripioca favoreceu o processo de domesticação baseado em esquema de tentativa/acerto uma vez que não ocorreu um esforço sistemático da pesquisa agrícola (NICOLI et al, 2006). Já o aumento da demanda pela matéria prima orgânica, em face do processo de ecologização da agricultura contribui, para a formação de monocultura de pripioca, voltada para atender o mercado específico da empresa de cosmético.

Tabela 2: Produção da Pripioca

ANO	PRODUTO	TONELADAS	GASTOS COM A PRODUÇÃO (R\$)
2016	PRIPIOCA	34.000	8.000
2017	PRIPIOCA	38.000	10.000
2018	PRIPIOCA	40.000	14.000

Fonte: Dados Cedidos da APOBV (2018)

Para Cunha (2006) *apud* Castellani et al (2011) a alta produtividade da dessas ervas traz vantagens para o pequeno produtor. Pois, constitui-se em um sistema de produção alternativo, economicamente viável, com uma perspectiva de mercado altamente promissora. Ainda, contribui para fixação do agricultor no campo, diversificação da propriedade rural e para geração de renda familiar. Com a produção das plantas e a venda das ervas cheirosas a APOBV tem se destacado na comunidade de Boa Vista por ajudar na parte social, com a venda da produção à Associação pode construir o muro da Escola Boa Vista I, ajudou a construir pontes e doou cestas básica para a família carentes dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Boa Vista do Acará foi selecionada para o desenvolvimento projeto devido ao seu grande potencial turístico e empreendedor. As atividades de extração e cultivo de frutíferas como açaí (*Euterpe oleracea*), cupuaçu (*Theobromagrandiflorum*) e cacau (*Theobromacacao*); mas também de produção de farinha, cultivo de ervas aromáticas como priprioca (*Cyperusarticulatus*) pataqueira (*Schizolobiumparahyba*) e capitiú (*SiparunaguianensisAubl*), que têm sido valorizadas como matérias-primas prima de grandes empresas capitalistas do ramo de cosméticos.

Assim, ao conhecer realidade local buscou-se aplicar métodos e técnicas que pudessem garantir uma aproximação efetiva com os trabalhadores associados à APOBV, e, a pesquisa-ação ao agregar atividades de investigação, reflexão e ação, possibilitando a realização de atividades como visita em *locus*, observação participante, entrevista semi-estruturada, levantamento documental, e, por fim, o Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP) trouxesse a luz a evidência era encoberta pela falsa compreensão de uma “parceria” que, encobria, na realidade, o fenômeno das alianças estratégicas entre empreendimentos solidários e empresas capitalistas sob um jogo de poder, interesses e dependência.

Uma realidade dada pelas próprias condições de quase-isolamento e vulnerabilidades em face da falta de acesso a condições de desenvolvimento, em suas diversas modalidades, isto é, políticas públicas de valorização das capacidades técnica dos trabalhadores associados, bem como, de infraestruturas e bens de uso comuns à elevação da qualidade de vida desses trabalhadores ali instalados desde seus ancestrais.

Com base no entendimento de que o conhecimento científico é resultante do exercício da pesquisa torna-se crucial destacar alguns deste ato, a saber: a investigação detalhada e sistemática do objeto de estudo que, após realizar contínuas observações e procedimentos, conseguiu-se desvendar níveis da realidade do objeto que antes eram desconhecidos.

A utilização da metodologia da pesquisa-ação possibilitou uma reflexão-ação enquanto relação participativa e dialógica entre pesquisador-pesquisado, aliando teoria e prática por meio de uma ação de conhecimento e transformação da realidade. Evidenciou-se que o método científico denota o caminho percorrido para se obter um conhecimento fundamentado e confiável.

Deste modo, o envolvimento do pesquisador com o pesquisado mediatizados pela escolha de métodos, técnicas, instrumentos que não são neutros, mas se move por estratégias construídas em meio a diálogos entre as partes, que se somam em um todo para a aplicação do conhecimento construído nessa relação que não é de mão única.

Este desenvolvimento no âmbito da pesquisa-ação contribuiu para a solução de problemas permite o avanço da ciência, à medida que novas descobertas foram feitas, conceitos e teorias revistos diante do aprendizado. Com esses métodos foi possível conhecer de maneira participativa os associados da APOBV e a Comunidade de Boa vista do Acará e propor alterações da realidade ali encontradas.

As transformações econômicas no meio rural e o crescente aumento dos níveis de competitividade têm criado um contexto favorável para o desenvolvimento de novas formas de organizações de pequenas empreendimentos associativistas, que passam a atuar no mercado, por meio de processos de redes de comercialização e contratos de integração da produção, os quais têm ganhado visibilidade e, em alguns casos, poder de atuação nos campos social, político e cultural.

Neste artigo, foi possível conhecer como o funcionamento, na prática, a organização social e produtiva da Associação Dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará (APOBV), que cultiva, colhe e comercializa ervas cheirosas, como mostrou-se no decorrer do trabalho. Esta forma de organização tem favorecido à comunidade acessar bens e serviços que tinham dificuldade de acessar isoladamente.

Percebeu-se que a organização APOBV tem conseguido melhorar as condições de produção, comercialização e proporcionar geração de renda para as famílias e benefícios para a comunidade. Este objetivo está relacionado à inserção no mercado, seja por meio de programas de governo, com apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar, como no caso das ervas cheirosas, como também, no acesso a outros mercados por meio da integração da produção a empresas de cosméticos. Além da comercialização e beneficiamento de frutas regionais, comercializadas tradicionalmente no mercado da Palha. O que vem sendo realidade na comunidade é uma relação cada vez maior da APOBV com o mercado, onde as mesmas têm procurado desenvolver contratos com empresas privadas de cosméticos.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, T. e Kanuka, H. (2003). **Pesquisa eletrônica: métodos, estratégias e questões**. Boston: Allyn e Bacon.
- ALMEIDA, R. H. C.; LIMA, A. F. **A importância dos laudos antropológicos para a repartição de benefícios: um elo entre empresas privadas de biocosméticos e comunidades amazônicas**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN, 2014. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401961425_ARQUIVO_Trabalho-completo-ABA1-1.pdf>. Acesso no dia 20 de julho de 2018.
- ALTIERI, M. A. (s.d.). **Agroecologia: Principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables**. Em M. A. Altieri, *Agroecologia: Principios y estrategias para diseñar una agricultura que conserva recursos naturales y asegura la soberania alimentaria* (p. 192). Berkeley: Universidad de California. 2001.
- ANDERSON, T. e Kanuka, H. **Pesquisa eletrônica: métodos, estratégias e questões**. Boston: Allyn e Bacon, 2003.
- ASSOCIAÇÕES: **Como Construir Sociedades Civas Sem Fins Lucrativos**. Sandra Myrink Veiga e Daniel T. Rech – Editora DP&A, 2010.
- BARBOSA, M.J. de S. **A Cabanagem entre a liberdade de mercado e o mercado da liberdade**. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2003. (Tese de doutorado)
- BARBOSA, Maria José de S. **Formação profissional para atuar com empreendimentos solidários na região amazônica**. In: (Org.) BARBOSA et al., *UNIVERSIDADE, COMUNIDADE E ASSOCIATIVISMO experiências de extensão, pesquisa e ensino na ITC PES da UFPA*. Belém: UFPA/ICSA, 2012.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BOBROW, Edwin E. **Guia de 10 Minutos para o Planning**. New York: Alpha Books, 1998.
- BOENAVENTURA, I. Mapa 2 Área de estudo -**Comunidade de Boa Vista de Acará-PA**, 2018
- BOGDAN, R. E BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora. (2010).
- BONNEY, M. Reflection son production planning and control (PPC). **Revista Gestão & Produção**. Vol. 7, número 3, p.181-207, 2000.
- BRASIL**. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Marco Referencial em Agroecologia. Brasília, 2004.
- BRITO, V. **Mapa de localização da região do Baixo Tocantins**: Relatório de Estágio Interdisciplinar de Vivência II, 2016.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.
- CASTRO, E. **Quilombolas de Bujaru. Memória da Escravidão, territorialidade e titulação da terra**. Belém: UFPA/NAEA, 2003.

- CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Ciências Humanas (Com ênfase em comunicação). São Paulo: Editora Futura: 2008,
- CORDEIRO de SANTANA, A., SILVESTRE da SILVA CAMPOS, P., N. RAMOS, T. J., dos SANTOS GALATE, R., E VITTI MOTA, A. O mercado de frutas no estado do Pará: 1985 a 2005. **Revista de Estudos Sociais**, 174 p. 2011
- COSTA, F. **Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: os incentivos fiscais ao FNO**. In: TURA, L.; COSTA, F. (Org.). Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará. Brasília: Brasília Jurídica, p. 63-106.2000.
- COSTA, Gilson da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém. UFPA; NAEA, 2006.
- CUNHA, D.C. **Produção de tubérculos e de óleo essencial de priprioca (*Cyperus articulatus* L.), em função da adubação orgânica e calagem**. 2006. 80 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia – Solos e Nutrição de Plantas) - Departamento de Agronomia, UFPA, Belém.
- DENCKER, Ada de Freitas Manetti. DA VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa Empírica em Ciências Humanas** (Com ênfase em comunicação). São Paulo: Editora Futura: 2008, 190p.
- DI PIETRO, M.S.Z. **Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. In: DIEGUES, Antonio Carlos.; MOREIRA, André de Castro C. (Org). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NAPAUB-USP, 2001. p. 97-124. Disponível em :<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/acara>. >. Acesso em: 30 abril 2018.
- EID, Farid; BARBOSA, Maria José de S; OLIVEIRA, Antônio Edson, M. **Pesquisa-ação, tecnologia social e perspectivas na organização de cadeias produtivas adensadas com coletivos de trabalhadores associados no Pará**. In: (Org.) Economia Solidária em Debate, v. II, 2018.pp17-26.
- EMBRAPA. **Sistemas de produção: conceitos e definições no contexto agrícola**. Coordenadores: Marcelo Hiroshi Hirakuri, Henrique Debiasi, Sergio de Oliveira Procópio, Julio Cezar Franchini, Cesar de Castro. – Londrina: Embrapa Soja, 2012.
- ESCOBEGO AGUILAR, A. S. onde o rápido de mercado: pulpa de frutas. Turrialba, Costa Rica: Programa Agroambiental Mesoamericano/Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, CATIE . 2012
- FERREIRA, A. M. M.; SALATI, E. **Forças de transformação do ecossistema amazônico**. Estudos avançados, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 25-44, 2005.
- FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.
- GIVEN, L. M. **The Sage encyclopedia of qualitative research methods**. v.1 e 2. California, SAGE Publications, 2008.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. **A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica**. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DEMELO, R. (orgs). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo, p. 89-113, 2010.

_____; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa e o debate sobre a propriedade de pesquisar**. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. (orgs). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo, 2010, p. 1-15.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. **Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico**. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. (orgs). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo, 2010, p. 301-323.

GOMES, G. S. **Quintais agroflorestais no município de Irati-Paraná, Brasil: agrobiodiversidade e sustentabilidade socioeconômica e ambiental**. 2010. 143 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

GOVERNO DO PARÁ/ SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável/Região de Integração Tocantins. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

HOMMA, A. K. O; NOGUEIRA, O. L; MENEZES, A. J. E. A; CARVALHO, J. E. U; NICOLI, C. M. L; MATOS, G, B. **Açaí: novos desafios e tendências**. AMAZÔNIA: Ciência & Desenvolvimento. n. 2, v. 1, 2006

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Município do Acará-PA, 2018.

KÖPPEN, W.; GEIGER R. Handbuch der Klimatologie, Berlin: G. Borntraeger, 1939. 6v.

MATTOS, P. L. C. L. **Análise de entrevistas não estruturadas: da formalização à pragmática da linguagem**. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. (orgs). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo, 2010, p. 347-374.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), 2016 <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/execucao-do-plano-da-lavoura-cacaueira/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/execucao-do-plano-da-lavoura-cacaueira/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>. >. Acesso em: 30 abril 2018.

NICOLI, C. M. L. et al. **Aproveitamento da Biodiversidade Amazônica: o caso da priprioca**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, Documentos 256, 2006. 25 p.

NOGUEIRA, A. K. M.; SANTANA, A. C.; GARCIA, W. S., 2011. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. **Revista Ceres**, vol. 60, núm. 3, mayo-junio, 2013, pp. 324-331.

NUNES, C.; PALHETA, J. M. **Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e território**. 1 ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2009.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA. Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencia**, 14. Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

PAES, M, S. **Influência do pré-tratamento de tubérculos e rizomas de priprioca (Cyperus articulatus L.) na obtenção de óleo essencial por extração com CO₂**

supercrítico. 2011. 112 p.(Dissertação) Mestrado em Engenharia Química. Faculdade de Engenharia Química. Unicamp.

PINTO, João Bosco Guedes. **Metodologia, Teoria do Conhecimento e Pesquisa-Ação**: textos selecionados e apresentados. Belém: UFPA/ICSA, 2012.

_____. **Pesquisa-Ação: Detalhamento de sua sequência metodológica**. Recife, 1989, Mimeo.

REIS, A. A. **Estratégias de Desenvolvimento Local Sustentável da Pequena Produção Familiar na Várzea no Município de Igarapé-Miri(PA)**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2008.

_____; ALMEIDA, Oriana. **O cooperativismo como estratégia de desenvolvimento rural sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA)**. In: LÓPEZ, José Daniel Gómez; BARBOSA, Maria José de Souza (Org.). Estrategias y acciones de desarrollo rural a través de cooperativas y emprendimientos solidarios. 1. ed. Alicante, Espanha: Universidade de Alicante, p. 225-247,2012.

SANTOS, A. R. **Os reflexos da mobilidade humana na organização do espaço amazônico: desafios para a consolidação de um pensamento complexo e ecossistêmico**. TEXTOS & DEBATES, n.18, p. 57-71, 2013.

SCHINEIDER, Sérgio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. In: Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SEIR. Mapas das regiões de integração. Governo do Estado do Pará. Disponível em: <www.seir.pa.gov.br.> Acessado em: 02 out. 2018.

SHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais e participação**. In: SOR-RENTINO, M. (Coord.) Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 41-56.

SILVA, Luiz Antonio Coêlho da. **Autogestão na Economia Solidária: metodologias e práticas coletivas na formação de atores sociais/** Luiz Antonio Coêlho da Silva. – Natal, RN, 2015.

SOUZA, Armando Lirio de. **Desenvolvimento territorial rural e a dinâmica da agricultura familiar do Baixo Tocantins (PA)**. In: 51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2013, Belém. 51º Congresso da SOBER 2013. Brasília: Sober, 2013. v. 1. p. 23-45.

VERDEJO M. **Diagnóstico Rural Participativo**:Um Guia Prático,Brasília 2006.

VIDAL, M. C.; MALCHER, M. A. **Sesmarias.Pesquisa**: GirolamoTreccani, José Heder Benatti, José Maria Hesketh Condurú Neto; Marly Camargo Vidal; Maria Ataíde Malcher. Revisão: Jane Aparecida Marques. Belém: ITERPA, 2009. 120p

VIDAL, Marly Camargo; MALCHER, Maria Ataíde. **Sesmarias**: Instituto de Terras do Pará. Belém: ITERPA, 2009. 120p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, RJ. 2000. Disponível

em: <file:///C:/Users/Convidado/Downloads/178-434-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 abr 2016.

ZOGHBI, M.G.B. et al. **Composição química dos óleos essenciais de priprioca (*Cyperus articulatus* L. e *Kyllingasp*) no Estado do Pará**, 2005.

Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/evento/museugoeldi/resumoshtm/resumos/R0935-2.htm>>. Acesso em: 10 de março de 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

Conclui-se que esta pesquisa foi de extrema importância, pois por meio dela foi possível entender e interpretar a realidade dos Produtores orgânicos de Boa Vista do Acará. Entendemos que o método de investigação, mas, como princípio cognitivo de compreensão da realidade e princípio formativo como estratégia de conhecimento teórico-prático capaz de ampliar o nível de conscientização: a capacidade incessante que temos de captar a realidade e expressá-la em proposições teóricas.

Também foi possível entender de que maneira os empreendimentos solidários formam alianças estratégicas com empresas capitalistas e quais as vantagens e desvantagens e as anomalias que isso pode acarretar este de jogo de poder da tecnologia e de mercado. Foi estudado também a organização dando ênfase nos processos de autogestão.

Como sugestão para interromper a dependência da aliança foi sugerido um plano estratégico para que os associados pudessem ter outra alternativa de escoar seus produtos e valorizar as habilidades e conhecimentos

APÊNDICE 1: PLANO DE NEGÓCIO

PLANO DE NEGÓCIO

-

-

-

-



-

- EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO

-

-

COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DE BOA VISTA DO ACARÁ-PA (COOPBV)

-

-

PPDRGEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

- Apoio:


**INSTITUTO
FEDERAL**
Pará
Campus
Castanhal

Secretaria de
Estado de Ciência,
Tecnologia e Educação
Profissional e Tecnológica



**GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ**

• SUMÁRIO EXECUTIVO

•

1. APRESENTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	2
.....	
2. DENOMINAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	2
.....	
2.1. FONTES DE RECEITA	3
.....	
2.2. NECESSIDADE DE MERCADO A SER ATENDIDA	3
.....	
3. EMPRESA	3
.....	
3.1. MISSÃO	3
.....	
3.2. VISÃO	3
.....	
3.3. VALORES	4
.....	
4. ORGANOGRAMA ESTRUTURAL DO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO	4
.....	
5. PLANO DE PRODUÇÃO	4
.....	
5.1. CAPACIDADE PRODUTIVA	4
.....	
5.2. CAPACIDADE DE VENDAS	4
.....	
5.3. PROCESSOS OPERACIONAIS	5
.....	
6.1. ANÁLISE DE MERCADO	5
.....	
6.2. OPORTUNIDADES	5
.....	
6.3. AMEAÇAS	5
.....	
7. PLANO DE MARKETING	5
7.1 ESTRATÉGIA DE MARKETING	5
.....	
7.2. EM ESTRATÉGIA DE PREÇOS	6
.....	
7.3. CANAL DE DISTRIBUIÇÃO	6
.....	

8. PROJETO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA	6
.....	
8.1 INVESTIMENTOS	6
.....	
8.2 ORÇAMENTO DISCRIMINADO	6
.....	
8.3. CUSTOS	7
.....	
8.3.1. Custos Fixos	7
.....	
8.3.2. Custos Variáveis	7
.....	
8.3.3. Custos com matéria prima	7
.....	
8.3.4. Capacidade técnica de trabalho	7
.....	
8.3.5. Custos Operacionais de funcionamento	7
.....	
8.4. PLANO DE PRODUÇÃO, VENDAS E FATURAMENTO	7
.....	
•	
•	

• 1. APRESENTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

•

- Este Plano de Negócio visa a implantação da Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Comunidade Boa Vista –PA, tendo como perspectiva adequar sua organização produtiva, a fim de realizar contrato, negócios, firmar convênios, dentre outras ações do ato cooperativo. Neste sentido, há o estímulo dos agricultores locais para gerar renda com os produtos que sejam um diferencial, com agregação de valor por meio de agroindustrialização, como a fabricação de pães, bolos, salgados, doces, biscoitos, licor caseiros típicos etc.
- Trata-se de potencializar as habilidades desses trabalhadores, que fizeram cursos e, inclusive, já comercializam parte desses produtos de forma independente, como complemento de renda. Assim, a cooperação visa aglutinar esforços para a produção conjunta de produtos que serão vendidos por encomenda da população e também em comércio varejista.
- O planejamento partiu de pontos fundamentais como a verificação da demanda local, aceitação dos produtos, os recursos disponíveis, com aferição de custos e despesas para implementação do mesmo. Também foi realizada a pesquisa de demanda para o consumo local, a fim de garantir mercado consumidor, para gerar sobras aos trabalhadores associados e à satisfação da clientela local.
- O local definido para implantação do projeto-objeto deste Plano de Negócios foi o espaço onde os trabalhadores já possuem uma estrutura com uma cozinha e equipamentos apropriados (móveis como mesas, prateleiras etc.), para a fabricação dos produtos, sob normas de higiene, embora precisando de reformas para adequação às normas de Vigilância Sanitária, com investimento inicial de R\$ 27.115,00 (vinte e sete mil, cento e quinze reais). Este recurso foi adquirido com a venda das ervas aromáticas que a Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará (APOBV) durante 3 anos e que será utilizado para o novo empreendimento econômico solidário.

•

•

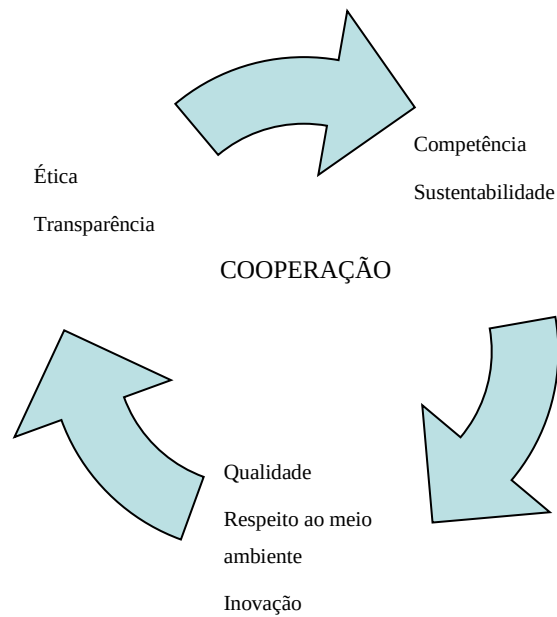
• 2. DENOMINAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

•

- Razão Social: Cooperativa dos Produtores de Boa Vista.
- Nome de fantasia: COOPBV

- Endereço: Comunidade de Boa Vista, s/n, CEP: 68690-000, Pará
- Telefones: (91) 3247.33
-
- 2.1. FONTES DE RECEITA
-
- As fontes de Receita da COOPBV se constituirão e se fortalecerão pela produção e comercialização dos produtos fabricados pelos agricultores, conforme demanda aferida e os preços alocados.
-
- 2.2. NECESSIDADE DE MERCADO A SER ATENDIDA
-
- A pesquisa de mercado realizada para o conhecimento das demandas mostrou-se favorável a implantação do empreendimento econômico solidário, na medida em que se constatou que os produtos a serem ofertados podem ser consumidos por todas as classes sociais da sociedade local.
- Verificou-se que não existe um empreendimento solidário com as características capazes de ofertar esse tipo de produto aos moradores locais, tendo os mesmo que se deslocaram de barco à capital do estado que fica cerca de 30 minutos de barco, para obter produtos de boa qualidade a um preço compatível. Esses elementos corroboram para a necessidade de implementação da cooperativa na comunidade de Boa Vista do Acará.
-
- **3. EMPRESA**
-
- 3.1. MISSÃO
-
- Contribuir para o fortalecimento dos agricultores da COOPBV, buscando a excelência na qualidade dos produtos ofertados, visando atender o mercado local, gerar renda e promover qualidade de vida dos cooperados, parceiros e moradores da região.
-
- 3.2. VISÃO
-
- Ser uma cooperativa reconhecida pela comunidade por seus produtos de qualidade e saudáveis para assim atingir novos mercados.

- 3.3. VALORES:



-
- **4. ORGANOGRAMA ESTRUTURAL DO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO**
-



-
-
- **5. PLANO DE PRODUÇÃO**

- 5.1. CAPACIDADE PRODUTIVA: o grupo se organizará de acordo com as vendas diária de cada produto: bolo, pães, doces e salgados, compotas, licor etc.
-

- 5.2. CAPACIDADE DE VENDAS: as vendas serão organizadas de acordo com

a capacidade de produção, sendo estruturada sob duas formas: vendas diretas à população, o que corresponde a 60% do mercado e venda no varejo, em torno de 40% em estabelecimentos comerciais. Nesse segundo nicho, a capacidade poderá ser ampliada.

-
- 5.3. PROCESSOS OPERACIONAIS: a produção funcionará da seguinte forma: cooperados prepararão a massa e o recheio com os ingredientes processados. Na sequência levarão ao forno e quando estiver pronto separarão em embalagens conforme pedidos.
- 5.3.1. os cooperados criarão novas receitas à título de experimentação e degustação aos seus clientes, a fim de ampliar a oferta com novos produtos.

-

• **6. COMERCIALIZAÇÃO**

- 6.1. ANÁLISE DE MERCADO: a produção de bolos, doces, salgado, compotas, licor etc. é uma atividade altamente rentável e os produtos são aceitos pela população em geral. As oportunidades referem-se à habilidade dos cooperado em produzir produtos com qualidade e aceitação no mercado.

-

- 6.2. OPORTUNIDADES: a criação do empreendimento favorece o relacionamento comercial na comunidade, na medida em que não existe empreendimento com a oferta de produtos desta natureza.

-

- 6.3. AMEAÇAS: aumento do custo da matéria prima (especialmente da farinha de trigo, por ser um subproduto importado, flutuando com a variação cambial).

-

- 6.3.1 Com a produção em alta há a necessidade de compra de matéria prima diretamente de atacadistas.

-

• **7. PLANO DE MARKETING**

- 7.1 ESTRATÉGIA DE MARKETING: a divulgação através de folhetos/catálogos, portfólio do produto será utilizada como meio eficaz para atingir o público alvo. A publicidade também ocorre por meio informal (boca a boca) e visitas nos pontos de vendas, tanto na comunidade quanto no comércio varejista, para o *feedback* dos consumidores.

- A estratégia se baseará em vários aspectos, tendo como base os 4Ps do Marketing: Preço adequado ao consumidor; Produto diferenciado e inovador(receitas novas); Distribuição (à população e aos varejistas) e Comunicação (propaganda, venda direta).
-
- 7.2. EM ESTRATÉGIA DE PREÇOS: serão analisados, sobretudo, a qualidade e preço acessível ao consumidor. Levando em conta os custos de matérias primas a venda será estruturada por meio de um preço justo.
-
- 7.3. CANAL DE DISTRIBUIÇÃO: o produto será vendido na própria sede, de fácil acesso aos clientes da comunidade (residências, escolas e pontos comerciais). Os cooperados são formados continuamente para o atendimento ao consumidor.
-
- **8. PROJETO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA**
-
- **8.1. INVESTIMENTOS**
- 8.1.1 Obras de adequação em 16m² de uma cozinha com azulejo, pisos e balcões; compra de equipamentos necessários à ampliação do negócio e da produção, embora já haja assadeiras, batedeiras, cilindros dentre outros. Há a necessidade de mesas de mármore, além de prateleiras para guardar as matérias primas.
- 8.1.2 Projeto de Desenvolvimento de Embalagem a fim de melhorar a imagem para favorecer a vender dos produtos.
- 8.1.3. Plano de Capacitação e Assessoria.
- **8.2. ORÇAMENTO DISCRIMINADO**

Item	Discriminação	Unid.	Quant.	Valor unit. R\$	Valor total R\$
	Obras civis				
	Adequação (16m ²) da Cozinha				R\$ 15.000,00
	Maquinas e equipamentos				
	Forno Industrial à gás	1	Unidade	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
	Liquidificador Industrial	1	Unidade	R\$ 300,00	R\$ 300,00
	Assadeiras de Alumínio	30	Unidade	R\$ 30,00	R\$ 300,00
	Batedeira	1	Unidade	R\$ 500,00	R\$ 500,00
	Cilindro Manual	1	Unidade	R\$ 100,00	R\$ 100,00
	Balança de Cozinha	1	Unidade	R\$ 500,00	R\$ 500,00
	Total de Máquinas e Equipamentos				R\$ 3.200,00
	Instalações, Montagem e Fretes				

	Móveis e Utensílios				
	Mesas de Mármore	2	Unidade	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
	Prateleiras Grandes	3	Unidade	R\$ 100,00	R\$ 300,00
	Projetos de Desenvolvimento de Embalagem				
	Lote Inicial Impressa	10000	Unidade	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
	Outros				
	Capacitação e Assessoria (ver anexo 1)				R\$ 6.615,00
TOTAL					R\$27.115,00

• 8.3. CUSTOS

- 8.3.1. Custos Fixos: depreciação de 20% sobre os móveis e equipamentos; telefone que para a captação e prospecção de clientes e investimentos em Marketing.
- 8.3.2. Custos Variáveis: despesas com impostos de empresa optante pelo SIMPLES FEDERAL, conforme Lei Complementar 123.
- 8.3.3. Custos com matéria prima: 50% do faturamento
- 8.3.4. Capacidade técnica de trabalho: manutenção dos cooperados
- 8.3.5. Custos Operacionais de funcionamento: energia elétrica, gás, água.
-
- Quadro demonstrativo dos custos

	Valor (R\$)	
Discriminação	Média Mensal	Anual
1. Custos Fixos		
Telefone	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
Depreciação – 20% dos investimentos	R\$ 75,00	R\$ 900,00
Marketing	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
Total dos Custos Fixos	R\$ 475,00	R\$ 5.700,00
2. Custos Variáveis		
Mão de obra operacional	R\$ 1.660,00	R\$ 19.920,00
Encargos sociais	R\$ 560,75	R\$ 6.728,97
Matéria prima / produtos	R\$ 8.100,00	R\$ 97.200,00
Material de embalagem	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
Energia elétrica	R\$ 200,00	R\$ 2.800,00
Água	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
Gás	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
SIMPLES Federal – 5,97 % conf. Lei Complementar 123	R\$ 967,14	R\$ 11.605,68
Total dos Custos Variáveis	R\$ 12.087,89	R\$ 145.054,68
3. Custo Total (1 + 2)	R\$ 12.562,89	R\$ 150.754,68

B8.4. PLANO DE PRODUÇÃO, VENDAS E FATURAMENTO

-
- Esse item foi destacado no tópico 4 deste plano. Repetiremos abaixo, apenas as tabelas resultantes do Plano.
-

PLANO DE PRODUÇÃO		Quantidades	
Produtos/Serviços	Unidade	Média mensal	Anual
Pães Simples	Kg	1.200	14.400
Pães Recheados	Kg	800	9.600
Total		2.000	24.000

-

PLANO DE VENDAS			Quantidades	
Produtos/serviços	Unidade	Participação %	Média mensal	Anual
Para a população				
Pães Simples	Kg		720	8.640
Pães Recheados	Kg		480	5.760
SubTotal		60%		
Varejo				
Pães Simples	Kg		480	5.760
Pães Recheados	Kg		320	3.840
SubTotal		40%		
Total		100%	2.000	24.000

-
-
- **Anexo 1: PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA**
-

CAPACITAÇÕES NECESSÁRIAS				
Curso		Carga Horária	Participantes	Custo (base SENAC)
Capacitação	em	15	20	R\$ 525,00
Panificação				
Capacitação	em	15	20	R\$ 525,00
Confeitaria				
Gestão	de	15	20	R\$ 525,00
Empreendimentos				
Total Horas Capacitação		45		R\$ 1.575,00
ASSESSORIA				
Tipo de Assessoria		Carga Horária/Mês	Carga Horária/Ano	Custo (base SENAC)
Nutricionista		6	72	R\$ 2.520,00
Assessoria em Marketing		6	72	R\$ 2.520,00
Total Horas Assessoria		12		R\$ 5.040,00

-

REFERÊNCIAS

- BERNARDI, L. A. **Manual de plano de negócios: fundamento, processos e estruturação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
-
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
-
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
-
- MARCONI, M.de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5 ed. São Paulo:Atlas, 2002.
-
- MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2001.

APÊNDICE 2:

**CARTILHA: ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO: UNINDO ESFORÇO
PARA ATINGIR INTERESSES COMUNS**

**Associativismo e
Cooperativismo: unindo esforço
para atingir interesses comuns**

Autora: Hieglis S.C. Freitas

**Castanhal-PA
2018**

Apresentação

Esta cartilha serve de apoio para as pessoas que trabalham ou pretendem trabalhar com associativismo e cooperativismo em suas comunidades, visou atender a demanda dos produtores da Comunidade de Boa Vista do Acará – PA.

Resultou do projeto de intitulado “Fortalecimento das cadeias produtivas da biodiversidade no município do Acará”, um convênio de cooperação financeira assinado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET), por meio do curso de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, com o objetivo de desenvolver Tecnologias Sociais para promover a melhoria de vida na região.

Tratou-se de uma experiência de promoção de práticas de desenvolvimento sustentável na cadeia da biodiversidade em comunidades rurais do Pará. Priorizou-se a produção de alimentos saudáveis, geração de renda, segurança alimentar e gestão de recursos naturais, a fim de incrementar ou mesmo adaptar tecnologias sociais já executadas. Por isso, a importância de se trabalhar junto a população para implementar ações compatíveis com a realidade social na troca entre conhecimento técnico-científico e saberes locais para a promoção de oportunidades de elevação de renda.

O conteúdo apresentado traz informações de como o associativismo e o cooperativismo podem ajudar na organização social das comunidades rurais e na conscientização do manejo dos recursos naturais utilizados de forma coletiva.

Ficha Técnica:

- Autora: Hieglis de Souza Cavalcante Freitas
Bolsista de extensão do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará. IFPA *Campus* Castanhal- PA.

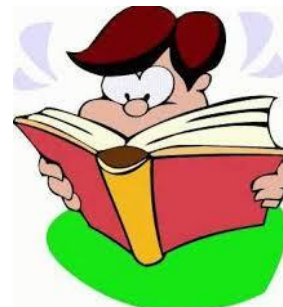
Colaboração:

- Ligia Paula Cabral do Rosário – Bolsista e colaboradora do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará. IFPA *Campus* Castanhal- PA.
- Maria José de Sousa Barbosa – Orientadora da Dissertação e colaboradora do projeto IFPA *Campus* Castanhal – PA.
- Roberta de Fatima Coelho – Coordenadora do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará. IFPA *Campus* Castanhal – PA.
- Crizelide Cadeira Barros – técnica em agroindústria e palestrante convidada do empreendimento de uma Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D'Irituia), no município de Irituia do Estado do Pará.

ASSOCIATIVISMO

Primeiro faremos um breve histórico para sabermos como surgiu o Associativismo.

A palavra Associativismo tem origem no latino “associare”, formado de “socius”, que significa companheiro. Surgiu na Inglaterra, quando tecelões descobriram que teriam maiores vantagens unindo esforços e não os dividindo.



O que é?

A associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos: Onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses.

Características

- ✓ Forma-se pela união de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas com objetivos comuns;
- ✓ Não possui finalidade lucrativa;
- ✓ O patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, por doações, por subsídios, etc.;
- ✓ Não há distribuição de sobras entre os associados;
- ✓ Os fins da associação podem ser alterados livremente em assembleia;
- ✓ Os dirigentes não recebem remuneração;
- ✓ São entidades de direito privado.



Como funciona?

Estrutura Assembleia Geral: Reunião de todos os associados. Órgão máximo de deliberação da associação, responsável por tomar as decisões mais importantes.

Atenção: Somente a Assembleia Geral pode alterar o estatuto.

•**Diretoria:** É composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e secretário. A mesma é responsável pela execução das decisões tomadas pelos órgãos deliberativos.





- **Conselho Fiscal:** Tem como função fiscalizar os atos administrativos e o cumprimento dos deveres legais e estatutários, bem como verificar as atividades e movimentações financeiras da associação.



- **Presidência:** Responsável por cumprir e fazer cumprir o Estatuto, convocar e presidir a assembleia geral. Além disso, é quem representa a associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.



- **Secretária (o):** é responsável por organizar as reuniões e redige as atas.

Exemplo de ata

Em uma ata de reunião não podem faltar as seguintes informações básicas:

- Data, local, horário de início e fim da reunião
- Pauta da reunião (os assuntos a serem tratados)
- Discussões (essa é a parte onde as pessoas registram porque as decisões foram tomadas)
- Registro das decisões (para saber o que de fato foi acordado entre os participantes).
- **Atenção:** Texto corrido, em um único parágrafo, com todas aquelas informações da lista anterior. A ata deveria ser escrita à mão, pelo “secretário”, durante a reunião, e assinada por todos os presentes ao final da mesma.

- Não era permitido nenhum tipo de rasura, e em caso de erro eram usadas expressões como “digo”.



- **Diretor Financeiro:** Responsável pelas contas da associação, devendo apresentar relatórios de receitas e despesas periodicamente ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral.

Livro de caixa

No Livro Caixa são registrados todos os recebimentos e pagamentos em dinheiro, lançados de forma cronológica (dia, mês e ano). É um livro auxiliar de registro contábil e seu uso é facultativo. O Livro Caixa se destina ao controle dos lançamentos exclusivos de entrada e saída, da conta Caixa da empresa.

Atenção: Caso os dirigentes de uma associação quieram efetuar venda de produtos, a NOTA FISCAL de venda terá de ser emitida em nome do agricultor.

Atenção: Caso queria emitir a Nota fiscal em nome da Associação, ela deverá recolher todos os tributos provenientes da transação, semelhante a uma Empresa Comercial.

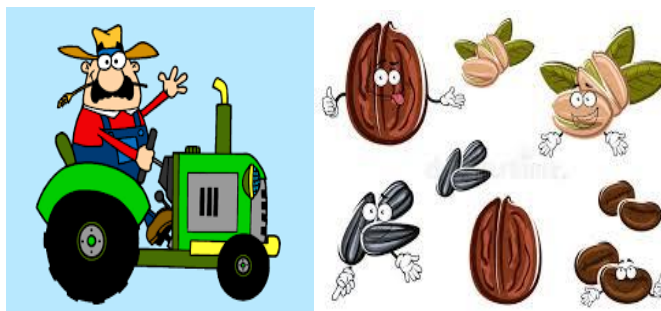


Características

- ✓ Forma-se pela união de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas com objetivos comuns;
- ✓ Não possui finalidade lucrativa;
- ✓ O patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, por doações, por subvenções, etc.;
- ✓ Não há distribuição de sobras entre os associados;
- ✓ Os fins da associação podem ser alterados livremente em assembleia;
- ✓ Os dirigentes não recebem remuneração;
- ✓ São entidades de direito privado.

Quais as vantagens de formar uma associação?

Torna possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte etc.



Reunir os esforços em benefício comum será possível mudar a realidade dos associados e da comunidade em que ela está inserida.

Exemplo: A associação dos produtores orgânicos de Boa Vista do Acará.

Foto 1: Sede da Associação APOBV



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

Nesta Associação APBV existem 22 famílias associadas para a plantação da priprioca, planta da família das Cyperaceae, cujo nome científico é *Cyperus articulatus* L., que é fornecida como matéria prima para a empresa de cosméticos e se constitui como a principal matéria prima fornecida.

A priprioca é uma espécie de capim alto, em cuja extremidade brota flores miúdas, quase insignificantes. Os talos desse capim produzem pequenos tubérculos que cortados exalam um perfume fresco, amadeirado e picante, tradicionalmente usados em banhos de cheiro e na fabricação de colônias artesanais na região Norte do País, principalmente no Pará (ZOGHIB et al, 2005).

Fotos 2,3, 4 e 5: Demonstrativo da raiz da Priprioca.



Fonte fotos cedidas pela APOBV.

A lenda da Priprioca

Segundo lenda colhida em língua tupi por Brandão de Amorim e citada por Luís da Câmara Cascudo (Dicionário do folclore brasileiro), os índios manaus possuem uma explicação para a sua origem.

Piripiri era um ente misterioso, cujo corpo exalava um perfume misterioso e inebriante que atraía as donzelas da aldeia. Vivia perseguido por elas que sempre tentavam aprisioná-lo. Quando se via preso, transformava-se em uma nuvem de fumaça e escapava.

Um dia, as mulheres perguntaram ao jovem pajé Supi o que fazer. Ele aconselhou-as a utilizar fios de cabelo para amarrar os pés de Piripiri. Assim elas fizeram naquela mesma noite, enquanto o jovem estava adormecido. Depois de prendê-lo, adormeceram ao seu lado.

Piripiri novamente transformou-se em fumaça e fugiu, desta vez para sempre. No lugar onde estava o seu corpo, as mulheres encontraram uma raiz perfumada. O pajé Supi ensinou-as a usar aquele cheiro que entontecia o coração dos homens. E contou-lhes que Piripiri tinha subido aos céus e se transformado na constelação de Arapari, as Três Marias da constelação de Órion. A planta ganhou o seu nome. É a sua casa. Piripiri-oca, priprioca, “a casa de Piripiri”.

O COOPERATIVISMO

Histórico

As cooperativas surgiram durante a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX na França, Inglaterra e Alemanha para garantir o acesso ao trabalho e mínimas condições de sobrevivência.



O cooperativismo é uma evolução do associativismo e prioriza a **colaboração e associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas.**

O que é?

Cooperativa é uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade.

Legislação Cooperativista

A experiência cooperativista no Brasil começou no final do século XIX mas só passou a integrar o contexto legal no Brasil através do Decreto no 799, de 06/01/1903

Atenção: Não é admitida a constituição de sociedade cooperativa formada por pessoas jurídicas. Esse tipo de sociedade é constituída ~~por~~ pessoas físicas (mínimo 20 pessoas). A filiação de pessoas jurídicas à sociedade é permitida apenas após sua constituição, desde que tenha por objeto as mesmas atividades das pessoas físicas ou atividades econômicas correlatas

Fundamentação:

Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 - Institui o regime e define a política nacional de cooperativismo.

Principais características da sociedade cooperativa

- Dispensa ou variabilidade de capital social;
- Concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo;
- Limitação do valor da soma de quotas do capital que cada sócio poderá tomar;
- Quotas do capital intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança;
- Quorum, para assembleia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital representado;
- Direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital da sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;
- Distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;
- Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

Como funciona?

Primeira fase

Reunir um grupo de pessoas interessadas em criar uma cooperativa, com as seguintes finalidades:

- a. Determinar os objetivos da cooperativa;
- b. Escolher uma comissão para tratar das providências necessárias à criação da cooperativa, com indicação de um coordenador de trabalhos;

Realizar reuniões com todos os interessados em participar, a fim de verificar as condições mínimas necessárias para a viabilidade da cooperativa, procurando respostas aos seguintes questionamentos:

- a. A necessidade é sentida por todos os interessados?
- b. A cooperativa é a solução mais adequada? Ou uma associação poderia ser o primeiro passo?
- c. Já existe alguma cooperativa nas redondezas que poderia satisfazer aos interessados?
- d. Os interessados estão dispostos a entrar com o capital necessário para viabilizar a cooperativa?
- e. O volume de negócios é suficiente para que os cooperantes tenham benefícios?
- f. Os interessados estão dispostos a operar integralmente com a cooperativa?
- g. A cooperativa terá condições de contratar pessoal qualificado para administrá-la e um contador para fazer a contabilidade da cooperativa, que tem características específicas?

Segunda fase

A comissão elabora ou examina uma proposta de Estatuto, contendo, entre outros, os seguintes itens:

- a. Denominação, sede, foro, área de ação, prazo e ano social;
- b. Objetivo social;
- c. Associados: admissão, direitos, deveres e responsabilidades – demissão, eliminação e exclusão;
- d. Regras do capital social.
- e. Assembleia Geral: definição, convocação e funcionamento; assembleia geral ordinária; assembleia geral extraordinária e eleições;
- f. Conselho de administração/diretoria;
- g. Conselho fiscal;
- h. Livros e contabilidade;
- i. Sobras, perdas, fundos e balanço geral;
- j. Disposições gerais e transitórias.

Terceira fase:

- A comissão realiza reuniões com todos os interessados para distribuição e discussão da proposta de estatuto.
- A comissão convoca todas as pessoas interessadas para a assembleia geral de constituição da cooperativa.
- Realização da assembleia geral de constituição da cooperativa, com a participação de todos interessados (mínimo 20 pessoas físicas).

Documentos necessários para registro

Os documentos necessários para registro na Junta Comercial (Estado do Rio de Janeiro) são:

- a. Estatuto Social (3 vias)
- b. Ata de Constituição (3 vias)
- c. Lista Nominativa (3 vias)
- d. Cartão de proposta
- e. Requerimento
- f. Guias bancárias: DARF e GARE
- g. Ficha cadastral nacional 1 (FCN-1) (cooperativa)
- h. Ficha cadastral nacional 2 (FCN-2) (cooperado)
- i. Cópia autenticada do CPF e do RG de cada cooperado

Exemplo de cooperativas no Estado Pará que trabalham com os princípios do Cooperativismo

A Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Familiares Irituienses – D'Irituia–“Produtos Agroecológicos da Amazônia”, desenvolve trabalhos com os produtores rurais do município de Irituia-PA, onde a mesma possui extensa diversificação de produtos. Esta diversificação abrange em várias

cadeias produtivas: Sistemas Agroflorestais –SAFs, Horta, Óleos, Insumos, Produtos de Origem Animal e Mandiocultura.

A COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE TERRA ALTA - COAFTA é um(a) cooperativa que possui sua atividade principal é fabricação de farinha de mandioca e derivados.



A COFRUTA atua em todo o processo e etapas que envolvem a cadeia produtiva da fruticultura, na compra da produção, fornecimento de insumos, beneficiamento, comercialização, formação e organização da produção etc. Organiza a produção acompanhando as famílias que fornecem matéria-prima. A cooperativa valoriza a participação dos cooperados e suas famílias a partir da metodologia participativa e construtiva.



No estado do Pará a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi instituída no estado do Pará em 1973 pela Lei 5.764/71 com o objetivo de ser o referencial do cooperativismo no Estado, representando e fortalecendo o setor. As cooperativas ganharam força política a partir disto.



A noção sobre os princípios que determinam o regime em cooperativa ainda era pouco compreendida. Havia uma necessidade premente de capacitar a mão de obra. Por isso, em 1999, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) foi instituído no Estado.

A nova instituição do Sistema “S” veio somar à OCB, promovendo a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão. Assume a responsabilidade pelo ensino, formação, profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e /funcionários das cooperativas.

Princípios do Cooperativismo



Imagens: <https://www.cooperativistas.png&imgrefurl>.

Diferença entre o associativismo e o cooperativismo:

A associação une-se em **favor de objetivos sociais** e a cooperativa em favor de **objetivos econômicos**. Além disso, a Constituição Federal contemplou uma Lei específica para o cooperativismo, enquanto as associações são regidas por Leis pertinentes ao Código Civil e a Leis de âmbito geral sobre grupos sociais.

Apesar das diferenças entre associações e cooperativas estas organizações têm muitos elementos comuns: **ambas estão voltadas ao bem-estar coletivo, seja por meio de êxitos econômicos, sociais ou ambientais.**

CONCLUSÃO

Esta cartilha foi de extrema importância para os associados a aquisição de conhecimentos a respeito do Associativismo e Cooperativismo e suas formas. Procurou destacar neste curso as seguintes questões: analisar as características das formas associativas e cooperativistas na associação assim como na comunidade, conhecer as principais modalidades, conhecer os aspectos relacionados ao funcionamento e gestão deste tipo de organização.

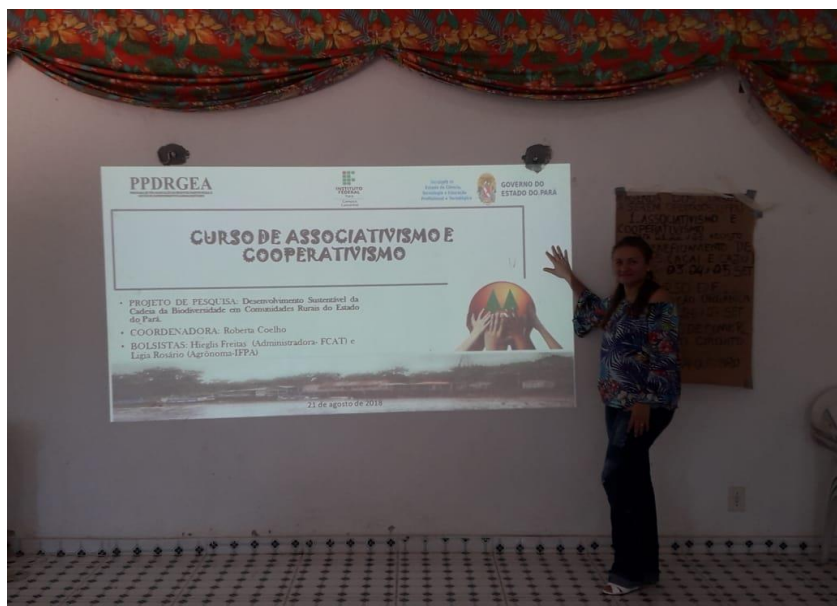
Buscou-se também capacitar os participantes como se faz a implantação e a gestão de organizações autogestionárias para o desenvolvimento da associação. Foi demonstrado os preceitos teóricos do cooperativismo e associativismo rural com ênfase para os temas da produção, comercialização e crédito.

Também foi convidada para a troca de experiência, a técnica em agroindústria Crizelide Cadeira Barros do empreendimento de uma Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D'Irituia), no município de Irituia do Estado do Pará, com isso os associados puderam conhecer outros empreendimentos econômicos solidários que, por meio do conhecimento, se organizam e colocam em prática a economia solidária, a fim de mudar a realidade da comunidade por meio de ações em conjunto.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.
- ANDRADE, A. M., & FRANCO, R. C. (2007). ***Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fins Lucrativos***. Porto, Sociedade Portuguesa de Inovação, 2007.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).** AssociativismoRural.Disponível<<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismoassociativismo/associativismo-rural>>.Acesso em 18 abr. 2018.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954
- CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como Organizar e Administrar uma Cooperativa: Uma Alternativa para o Desemprego**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 156p., 2005.
- COOPERATIVA D'IRITUIA. **Produtos Agroecológico da Amazônia**. Acesso em 01/09/2017. Disponível em: www.cooperativadirituia.com.br
- FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002.Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: jul. 2017.
- SANTOS, Célia Cristina Moura; CEBALLOS, Zenaide Homem de Mello. **A importância do Cooperativismo**, X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, p 1144-1147,2006.
- ZOGHBI, M. G. B. (Org) **Priprioca: um recurso aromático do Pará**. Belém: MPEG, UEPA, 2008, p. 53-76.

FOTOS DO CURSO MINISTRADO



- Autora: Hiegli de Souza Cavalcante Freitas
Colaboradora do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará. IFPA Campus Castanhal- PA.



Ministração do curso



- Ligia Paula Cabral do Rosário- Bolsista e colaboradora do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará. IFPA Campus Castanhal- PA.



- Colaboradora do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará. IFPA Campus Castanhal- PA.

Participantes do curso



Finalização do curso



Confraternização



A vida associativa é um instrumento de exercício da sociabilidade. Por meio dela você conquista novos amigos, expande seus conhecimentos, exercita a liderança e atua como agente transformador da sociedade.

(Tom Coelho)

APÊNDICE I: HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO APOBV



A comunidade de Boa vista do Acará localiza-se na denominada Região do Baixo Tocantins teve sua formação originada por remanescentes quilombos que vieram para a região em meados do século XVIII, por meio dos engenhos de cana de açúcar, para a produção de aguardente e melaço. Seus ancestrais constituíram a principal mão de obra, sob o regime de escravidão, para a produção de outras culturas: arroz, mandioca, cacau, açaí; frutíferas no território de várzea e nas áreas de terra firme.

Segundo o relatado sr. Paulo Arara (conhecido na feira, como mateiro e morador de Boa Vista do Acará), em junho de 2002 os consultores das empresas Natura e Givaudan do Brasil, os procuraram com a finalidade de conhecer os fornecedores do ativo da biodiversidade para o mercado Ver-o-Peso. Assim, realizou-se o primeiro contato com a comunidade, que foi continuado por meio de reuniões, visitas, conversas informais. Esses sujeitos tinham como se caracterizaram como “pesquisadores da cultura da priprioca”.

Em agosto do mesmo ano, representantes das empresas Natura, Givaudan e Imaflora visitam novamente a comunidade de Boa Vista do Acará para comprar 1.500Kg de priprioca, dando, início assim, ao processo de bioprospecção, com o intuito de avaliar o óleo, tempo de produção, melhores condições para adaptação etc.(ALMEIDA, 2015).

Para Pizare (2012) a APOBV mantém um relacionamento com a empresa Natura, pois os agricultores trabalham com a cultura da priprioca. Segundo o mesmo, foi através dessa relação comercial que surgiu a própria Associação, mediante a organização e apoio

dos técnicos da Natura, sendo a mesma responsável em fazer o acompanhamento técnico e a orientação dos produtores.

Nesse sentido, a empresa mantém uma equipe para prestar assistência técnica em práticas agroecológicas, favorecendo a adequação produtiva dos agricultores, de acordo com preceitos estabelecidos à prática da agricultura orgânica e biodinâmica. Além de garantir a compra de toda a produção no primeiro ano de atividade, aumentando a demanda de matéria-prima de quarenta para cinquenta toneladas por ano.

Na comunidade há uma forte presença de organização social, 23 famílias participam da Associação dos Produtores Orgânicos de Boa Vista. Essa Associação surgiu a partir da necessidade de vender priprioca em grande quantidade para a empresa de cosméticos da Natura.

A priprioca é a principal matéria prima fornecida. Ela é uma erva pertencente à família ciperácea, aromática e medicinal, natural da Amazônia, suas raízes liberam uma fragrância leve e amadeirada.

A priprioca — planta da família das Cyperaceae, cujo nome científico é *Cyperus articulatus* L. — é uma espécie de capim alto, em cuja extremidade brotam flores miúdas, quase insignificantes. Os talos desse capim produzem pequenos tubérculos que, quando cortados, exalam um perfume fresco, amadeirado e picante, tradicionalmente usados em banhos de cheiro e na fabricação de colônias artesanais na região Norte do País, principalmente no Pará (ZOGHIB et al, 2005).

Figura 9: Demonstrativo da raiz da Priprioca.



Fonte:Freitas, 2017.

As principais ocupações e atividades são a agricultura familiar, os pequenos comércios e o extrativismo. Os “plantadores de priprioca” da comunidade de Boa Vista

do Acará têm grande afinidade com o cultivo de “ervas de cheiro”, tais como: manjerona, catinga de mulata e patchulim que são comercializadas no mercado “Ver-o-Peso” na cidade de Belém.

Figura 10 e11: Planta medicinais; Japana branca.



Fonte: Freitas, 2017.

De acordo com a (Fig10 e11.) que apresenta a infraestrutura da associação de produtores orgânicos de Boa Vista do Acará.

Figura 12: Placa de fundação da APOBV



Fonte: Freitas, 2017.

Figura 13 e 14: Logomarca da APOBV



Fonte: Freitas, 2017.

A logomarca é a identidade visual de uma organização. A criação de uma logomarca é tão importante quanto à criação do nome, pois é uma representação visual da estratégia da marca é ela que irá dizer qual será a área de atuação, perfil da organização, tipo de produtos, público-alvo, entre outros que deseja atingir.

ANEXOS:

ANEX O I: PLANO DE AÇÃO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA**

PLANO DE AÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO
1.1 Título do Projeto: Associativismo e Cooperativismo: Teoria e Prática
1.2 Campus de Origem: IFPA Campus Castanhal
1.3 Público Alvo: Associados e Comunidade de Boa Vista do Acará
1.4 Coordenadora do Projeto: Roberta de Fatima Rodrigues Coelho Discentes Ministraste: Hiegli de Souza Cavalcante Freitas (Administradora – FCAT) e Ligia Paula Cabral do Rosario. (Agrônoma- IFPA),

2. DADOS DO PROJETO:

INTRODUÇÃO

O associativismo surgiu quando o homem sentiu a necessidade de viver em grupos pela sobrevivência para suprir suas necessidades de: caçar, pescar, colher frutos, outros alimentos e para defender o grupo. Observa-se a vida em grupo e o trabalho em cooperação, tendo em vista que ao longo da história da humanidade evoluiu da vida individual para o convívio em grupo.

Para reforçar esta ideia Alencar (1960) já destacava que o associativismo refere-se a atividade humana desenvolvida em um grupo social, que é constituído por uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais,

especificamente em relação as associações de pequenos agricultores. Frantz (2002, p. 1) destaca que:

[...] associativismo, com o sentido de cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

O associativismo representa uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade vivenciada pelos agricultores.

Souza (2016) contribui dizendo que a organização dos pequenos agricultores em associações quer sejam de produção, comercialização ou de serviços, entre outras, constitui-se em uma das formas mais viáveis de sustentação das pequenas unidades de produção, pois possibilita aos produtores ir além da sobrevivência e passa a pensar no modo de produção.

O associativismo no meio rural segundo Brasil (2016), se “constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência”.

Nota-se que em ambos os conceitos aqui destacados a idéia de trabalhar uma concorrência mais equilibrada contra o mercado capitalista, assim travando uma luta mais igualitária entre os pequenos agricultores com o mercado capitalista.

Em relação ao Cooperativismo nada mais é que uma associação de pessoas unidas a fim de cooperar umas com as outras, visando à solução de problemas econômicos por meio da solidariedade humana. É um sistema econômico e social que busca, através das cooperativas, a organização e a distribuição de riquezas (SANTOS,2006)

Para Crúzio (2005, p.13), "cooperativa é a união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde que os interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar um serviço, não sejam conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa".

As cooperativas se diferenciam das demais sociedades por terem características próprias: adesão voluntária, capital social variável, um homem um voto, dependem de um número mínimo de pessoas para sua existência e não de capital, o rateio das sobras e

perdas é proporcional à produção de cada cooperado; entre outras especificidades mais que as tornam tão especiais por valorizarem o ser humano e não o capital (SANTOS 2006)

É importante ressaltar que o associativismo proporciona condições para que o produtor do campo cresça, passe a compreender melhor as técnicas agrícolas e administrativas, participando e contribuindo para o processo de comercialização.

Com a união dos produtores em associações é possível adquirir insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte e demais ferramentas. Além de que, organizados em associações, os produtores possuem mais força para reivindicar junto à prefeitura de seus municípios, vereadores e deputados, melhorias para sua região, como estradas, escolas, postos de saúde, entre outros.

A ideia do associativismo é somar forças para enfrentar os desafios do dia a dia das pessoas do campo e, ao mesmo tempo, desenvolver a atividade agrícola para conquista de melhores resultados.

2. OBJETIVOS

❖ Objetivo Geral

O curso de capacitação em Associativismo e Cooperativismo tem por objetivo trabalhar a importância da organização dos produtores orgânicos da comunidade de Boa Vista do Acará- PA.

❖ Objetivos Específicos

- Analisar as características das formas associativas e cooperativistas na associação assim como na comunidade.
- Estudar as principais modalidades das formas Associativas e Cooperativistas.
- Conhecer os aspectos relacionados ao funcionamento e gestão de Cooperativas.
- Capacitar os participantes como se faz a implantação e a gestão de organizações autogestionárias para o desenvolvimento da associação.
- Discutir os preceitos teóricos do cooperativismo e associativismo rural com ênfase para os temas da produção, comercialização e crédito.

3 JUSTIFICATIVA (TÉCNICA/ECONÔMICA/SOCIAL):

As capacidades associativas e cooperativas das sociedades estão no centro do debate atual das teorias democráticas contemporâneas (HABERMAS, 1997); (AVRITZER, 1997). Assim como em diversas teorias ligadas ao desenvolvimento sustentável (SEN, 2000).

Neste sentido, o curso, visa contribuir para visão de diferentes aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais inerentes ao associativismo e cooperativismo, a fim de que todos os envolvidos possam se situar no contexto histórico e buscar alternativas e soluções aos problemas enfrentados, não somente no âmbito cooperativista, mas no plano geral da sociedade.

Além disso, o curso justifica-se como uma forma de reforçar conteúdos teóricos e práticos através de leituras orientadas e paralelamente, por meio de exercício de planejamento estratégico a visão da realidade social, a fim do pensamento entre a teoria e a prática.

O tema “Cooperativismo e Associativismo” está articulado com os objetivos do projeto de Desenvolvimento Sustentável da cadeia da biodiversidade com comunidades rurais do estado do Pará- SECTEC.

Esse curso foi selecionado em virtude da deficiência da liderança no que tange ao processo de gestão da Associação local. Além disso, a equipe técnica percebe a necessidade de maior envolvimento desses atores sociais e suas bases comunitárias. A partir da proposta apresentada, o curso contribuirá para a qualificação e assessoramento da mesma no acesso às políticas públicas que podem contribuir para a associação.

4 METODOLOGIA

Para a realização das atividades durante o curso de formação serão utilizadas dinâmicas de grupo, exposição dialogada e ilustrativa, com projeção de imagens e vídeos educativos acerca da temática abordada.

Os aspectos conceituais serão tratados através de exposições dialogadas e os trabalhos em grupo possibilitarão a vivência, a partir da relação teórico-prática, ampliando espaços de diálogo entre os participantes.

Metodologias aplicadas: participação dos associados, qualidade dos recursos audiovisuais, local de realização do curso, hospedagem, alimentação, dentre outras os resultados serão apresentados em plenária final.

4.1 Ementa e Conteúdo:

- Cooperativismo e Associativismo: conceitos, princípios, objetivos;
- O que é Associativismo? Como formaliza reconstruir uma Associação?
- Associativismo: conceitos, princípios, objetivos e valores.
- Diferença entre Associativismo e Cooperativismo. Como formalizar e constituir uma Cooperativa e Associação?
- Tipos e funções de Cooperativas e Associações direcionadas para comunidade
- Desafios para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental das cooperativas e associações.
- Planejamento de ações coletivas: o papel das lideranças na gestão das cooperativas e associações.
- Acesso a políticas públicas para o fortalecimento das Cooperativas e Associações.
- Noções sobre associativismo e cooperativismo.
- Desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo no meio rural no Estado do Pará.

4.2 Recursos

Aulas expositivas em sala de aula, vídeos.

4.3 Avaliação

Para a avaliação do curso será feita uma dinâmica de grupo, a partir de indicadores quantitativos considerando: organização do curso, programação do curso (conteúdos trabalhados, importância dos conteúdos).

5. BIBLIOGRAFIA USADA PARA A AULA

ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.

AVRITZER, L. **Um desenho institucional para o novo associativismo**, Lua Nova no.39 São Paulo 1997.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como Organizar e Administrar uma Cooperativa: Uma Alternativa para o Desemprego**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 156p., 2005.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Associativismo Rural. Disponível <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo/associativismo-rural>>. Acesso em 18 abr. 2018.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: jul. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2v., 1997.

SANTOS, Célia Cristina Moura; CEBALLOS, Zenaide Homem de Mello. **A importância do Cooperativismo**, X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, p 1144-1147, 2006.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, F. B. de. **Associativismo Rural: uma análise da Associação Comunitária Barra da Espingarda em Caicó/RN** /. -Caicó: UFRN, 73f.: il, 2016.

ANEXO II: PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA BIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DO ACARÁ

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) para discutir a execução do projeto “Fortalecimento das cadeias produtivas da biodiversidade no município do Acará”, o qual prevê o desenvolvimento de Tecnologias Sociais para promover a melhoria de vida na região.

O projeto surgiu a partir de um convênio de cooperação financeira assinado entre a SECTET e o IFPA, por meio do curso de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

O objetivo principal é promover o desenvolvimento sustentável da cadeia da biodiversidade em comunidades rurais do Pará, priorizando a produção de alimentos saudáveis, geração de renda, segurança alimentar e gestão de recursos naturais, por meio do desenvolvimento e adaptação de tecnologias sociais em sintonia com os conhecimentos e saberes locais.

A comunidade foi selecionada devido ao seu grande potencial turístico e empreendedor, tendo em vista as atividades desenvolvidas lá, a exemplo do cultivo de frutos como açaí, cupuaçu e cacau, a produção de farinha e o cultivo de ervas e plantas como priprioca, pataqueira e capitú, as quais servem de matérias-primas para uma grande empresa nacional de cosméticos (Fig.16).

Figura 15:Apresentação do projeto



Fonte:Freitas,2017.

Foi realizada uma reunião com os associados da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista, no dia 23 (vinte e três) de janeiro do decorrido ano, com as

bolsistas do projeto “Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará”, com intuito de apresentar os objetivos e metas propostas no projeto. Como apresentado nas figuras abaixo.

O projeto é composto por dez (10) metas que estão propostas:

- ❖ Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Biodiversidade;
- ❖ 2) Realização de cursos de capacitações e formações;
- ❖ 3) Realizar estudos e pesquisas a nível de mestrado;
- ❖ 4) Implantação de unidades demonstrativas de sistemas de produção sustentáveis;
- ❖ 5) Realização de assessorias técnicas de práticas agronômicas;
- ❖ 6) Desenvolvimento e inovação dos processos de agroindustrialização e beneficiamento da produção;
- ❖ 7) Assessorias técnicas para o desenvolvimento e inovação do processo de comercialização e acesso a Políticas Públicas;
- ❖ 8) Assessorias técnicas para o desenvolvimento e inovação do processo de gestão administrativo;
- ❖ 9) Desenvolvimento de um sistema de informação gerencial (SIG) para melhoria do processo de gestão e tomada de decisão e;
- ❖ 10) Elaboração de cadernos pedagógicos de tecnologias sociais das práticas sustentáveis de utilização dos recursos naturais da cadeia da biodiversidade.

Figura 16: Metas a serem realizadas no projeto



Fonte: Freitas, 2018.

Após a apresentação foi aberto um espaço para que os agricultores expor-se suas opiniões sobre as metas propostas e a necessidade de alterações e de novas demandas por parte dos sócios, tais como: cursos de capacitação em horticultura e fruticultura; beneficiamento da produção; legislação; rótulos e embalagens; certificação orgânica; gestão de empreendimentos solidários; associativismo e cooperativismo.

ANEXO III: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



Data: ____/____/____ Localização da propriedade (GPS): _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR.

- 1.1 Nome: _____
- 1.2 Possui apelido? Qual? _____
- 1.3 Idade: _____
- 1.4 Estado civil: () Casado(a), () Solteiro(a), () União Estável, () Viúvo(a), () Divorciado(a), () Separado(a)
- 1.5. Tem filhos? () Sim () Não. Quantos? _____
- 1.6. Naturalidade: _____
- 1.7 Há quanto tempo reside em Boa Vista do Acará? _____
- 1.8 Profissão _____
- 1.9 Grau de escolaridade: () Analfabeto; () Ens. Fundamental; () Ensino médio; () Ensino Técnico; () Ens. Superior Completo; () Ens. Superior Incompleto; () Pós-graduação.

2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

- 2.1 Faz parte de alguma Associação?: () Sim () Não
Qual? _____
- 2.2 Há quanto tempo é associado? _____
- 2.3 Participa das reuniões da Associação que faz parte? () Sim () Não
- 2.4 Com que frequência? (nº de dias na semana/ mês) _____
- 2.5 Existem membros da família que são associados (esposo (a)/ filhos): () Sim () não. Quantos? _____.
- 2.6 Exerce cargo na Associação? () Sim () Não. Qual? _____
- 2.7 Você encontra-se satisfeito com a Associação: () Sim () Não
- 2.8 Grau de Satisfação : () Bom; () Regular; () Ótimo; () Ruim
- 2.9 Situação da renda familiar após associado: () Boa melhora; () Excelente melhora; () Melhorou pouco
- 2.10 Oportunidades de acesso ao mercado (comercialização) após associados: () Boa melhora; () Ótima melhora; () Melhorou; () Regular
- 2.11 Na sua opinião a renda familiar para o futuro, vai: () Ter boa mudança; () Mudar pouco; () Não vai alterar
- 2.12 Quais as principais problemáticas presentes na associação?

2.13 Quais os Pontos positivos de ser associado?

- 2.14 Participa de outra organização social (sindicato rural, cooperativas, etc.)?: () Sim () Não
Qual? _____
- 2.15 É beneficiado por algum programa social do governo? () Sim () Não
- 2.16 Qual benefício social você recebe? () Bolsa Família () Bolsa Verde () Minha Casa, minha vida () Fomento – Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais () Outros: _____

3. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

3.1 Há quanto tempo mora no estabelecimento? _____

3.2 Como adquiriu a propriedade? : () Compra; () Ocupação pacífica; () Ocupação Conflituosa; () Posse antiga reconhecida ; () Herança; () Arrendamento; () Concessão de uso; () Outros: _____

3.3 Qual o tamanho da propriedade? _____

{Observação: [1 hectare = 100 x 100 m (10.000 m²)]; [b] 1 tarefa = 25 x 25 braças = 55 x 55 m (3.025 m²)]; [c] 1 alqueire = 5 hectares = 16 linhas (50.000 m²)}}.

4. SISTEMA DE CULTIVO

4.1. Como é o arranjo do Sistema Produtivo?: () SAFs; () Quintal Agroecológico; () Consórcios; () monocultivos.

4.2 qual a área cultivada?

4.3 Quais culturas agrícolas são cultivadas na propriedade rural?

4.4 Como são realizados os manejos dessas culturas (descrever as práticas de manejo)? De quanto em quanto tempo?

4.5 Utiliza Adubos? () Sim () Não. Quais? _____

4.6 Realiza queima? () Sim () Não.

4.7 Você considera seu manejo diferenciado do convencional (agroecológico, orgânico, permacultura)? *(OBSERVAÇÃO: se a resposta for sim, preencher o item 5 do questionário)*

() Sim () Não. Se sim, por quê? _____

4.7.1 Quais os benefícios das práticas desse manejo? _____

4.8 Quais os principais custos de produção relacionados ao manejo?: () adubação; () mão-de-obra; () máquinas; () insumos agrícolas (fertilizantes, sementes, mudas).

4.9 Qual é a cultura mais lucrativa?

4.10 Em relação à comercialização da produção, está é vendida: () Feiras () Comércio/Supermercados () Atravessador () Prefeitura (programas de governo PAA, PNAE) () Associação () outros: _____

5. PRODUÇÃO ORGÂNICA

5.1 Você produz alimentos sem utilização de agroquímicos? () Sim () Não

5.2. Quais fatores levaram para a adoção da agricultura ecológica/ orgânica? Destaque sendo eles como inexistente, fraco, médio e forte.

	Inexistente	Fraco	Médio	Forte
Produção sem uso de agroquímico				
Alimentação saudável				
Preocupação com o meio ambiente				
Custo de produção reduzido				
Mercado				
Lucros				
Exigência da Associação ou da Empresa				

5.3 Quais são as culturas agrícolas em que há o manejo orgânico?

5.4 Quais dessas práticas de manejos são utilizadas?: () plantio direto; () rotação de cultura;

() poda; () adubação com restos vegetais proveniente da poda; () adubação utilizando esterco curtido; () compostagem; () biofertilizantes; () defensivos naturais; () outros:

5.5 Com a adoção das práticas de manejo orgânico houve mudança na produtividade?:

() Sim () Não

5.6 Você possui certificação orgânica? () Sim () Não.

5.6.1 Se sim, qual a certificadora?

5.6.2 Como conseguiu a certificação?

5.6.3 Qual a forma de certificação? () Certificação por auditoria; () certificação por Sistemas Participativos; () Organização de Controle Social.

5.6.4 Houve custos com a certificação? () Sim () Não. Se sim, Quanto?

5.6.5 O fato de ser associado ajudou no processo de obtenção da certificação? () Sim () Não

5.6.6 Possui selo orgânico? () Sim () Não

5.6.7 Se sim, quais os produtos que possuem o selo?

5.6.8 Se não, considera que a obtenção do selo orgânico é fundamental na ampliação de oferta no mercado? () Sim () Não

5.6.9 Deseja obter o selo orgânico? () Sim () Não

5.7 Os custos com a certificação é um fator limitante para adentrar no mercado de orgânicos?

() Sim () Não

5.8 Programas públicos de isenção dos custos de certificação seria uma boa ferramenta para os agricultores familiares conseguirem se enquadrar no mercado de orgânicos? () Sim () Não

6. SISTEMA DE CRIAÇÃO

6.1 Existe algum tipo de criação animal em sua propriedade? () Sim () Não.

Qual/ Quais?

6.2 O objetivo da criação animal é para: () consumo próprio; () venda; () consumo e venda

6.3 Para quem são vendidos?: () Venda direta ao consumidor () Feiras () Comércio/Supermercados () Atravessador () Prefeitura (programas de governo PAA, PNAE) () Associação () outros: _____

6.4 Como adquire a alimentação dos animais?: () compra; () resto de alimentos; () elaborado pelo próprio agricultor

6.5 Utiliza as fezes dos animais como adubo? () Sim () Não. Se sim, de qual/quais animal/animais?

7. SISTEMA EXTRATIVISTA

7.1 Você pratica extrativismo na sua propriedade? () Sim () Não

7.2 Quais práticas extrativista você realiza? () coleta de frutos () coleta de sementes () caça () pesca () outros: _____

7.3 Qual motivo de realizar extrativismo? () consumo da família () complemento de renda/ venda () consumo e venda

7.4 Para quem são vendidos os produtos coletados?: () Venda direta ao consumidor () Feiras () Comércio/Supermercados () Atravessador () Prefeitura (programas de governo PAA, PNAE) () Associação () outros: _____

8. SISTEMA DE BENEFICIAMENTO

8.1 Faz beneficiamento de algum produto? () Sim () Não.
Qual/ Quais?

8.2 Aonde é realizado o processo de beneficiamento? () Na propriedade rural () Casa () agroindústria () Associação () outros: _____

8.3 O processo de beneficiamento se dá de forma: () Manual () Industrial () Manual e industrial

Teve algum curso de capacitação? () Sim () Não.

Se sim, qual a instituição? _____

Tem carteira de manipulador de alimentos? () Sim () Não

9. CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA E MÃO DE OBRA

NOME	IDADE	GRAU DE PARENTESCO	QUAL ATIVIDADE DESENVOLVIDA NA UPF?

9.1 Que tipo de mão de obra você utiliza? () Exclusivamente Familiar; () Contratada; () Familiar e contratada.

9.2 Você contrata mão de obra? () Sim () Não. Se sim, quantos? ____.

9.3 Realiza sistema de mutirão? () Sim () Não

9.4 Com relação à produção, quais são os alimentos consumidos pela família e quais os que são vendidos?

Produto	Quantidade	Quantidade Consumo familiar	Quantidade de Venda	Preço por unidade	Comprador						
					T	A	A T	E	F	P	O

* marcar com X: T = Taberneiros (pequeno comércios da comunidade); A = Atravessador (que vem comprar na comunidade); AT = Atacadista (grande comerciante que compra em quantidade na cidade); E = Empresa (Empresa ou Instituição que compra na comunidade); F = Feira (o agricultor vende na feira direto ao consumidor); P= Prefeitura (PAA, PNAE); O = Outro (especifique).

9.5 Qual é a renda média mensal da família, considerando os aspectos produtivos (sistema de cultivo, sistema de criação, extrativista, beneficiamento)?

- () até 01 salário mínimo
 () acima de 01 salário até 03 salários mínimos
 () acima de 03 salário até 05 salários mínimos
 () acima de 05 salário até 07 salários mínimos
 () acima de 07 salário até 10 salários mínimos
 () acima de 10 salários mínimos

10. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1 Há presença de instituições de assistência técnica e de pesquisa realizando trabalhos a UPF? Que tipo de assistência vem sendo prestado?

10.2 Já recebeu curso de capacitação ou treinamento? Qual? Em que órgão?

10.3 Já fez empréstimo ou financiamento agrícola para viabilizar a produção? Quais?

11. INDICADORES SÓCIOAMBIENTAIS (MEIOS BIOFÍSICOS)

11.2 Qual a importância dos recursos naturais (Água, solo, rio), para o seu trabalho dentro da UPF?

11.3 Há problemas ambientais na propriedade e na comunidade? Quais? Eles afetam a produção? De que forma?

12. PLANTAS MEDICINAIS/ ETNOBOTÂNICA

12.1 Você cultiva alguma planta medicinal? () Sim () Não

12.2 Caso sim, faça resposta as seguintes perguntas: Quais as plantas medicinais utilizadas?

Nome da Planta	Nome Científico
_____	_____
—	—
_____	_____
—	—
_____	_____
—	—

12.3 Quais as plantas medicinais a serem implantadas no horto medicinal?

12.4 Partes usadas como Remédio: () Folhas () Casca () Raízes () Frutos () Outros:

12.5 A planta é da região? () Sim () Não

Trabalha com alguma espécie exótica? () Sim () Não

12.6 Que doenças são tratadas com a planta medicinal (Ex: febre, gripe, dor, diarreia, etc.)?

12.7 A planta é usada com outras finalidades além de remédio? () Sim () Não
Qual?

12.8 Frequências de Uso: () Todo dia () Raro () Se preciso

12.9 Manejos: () Cuida diariamente da planta
() Não requer cuidados diários () Nunca cuida da planta

Utiliza adubos? () Sim () Não

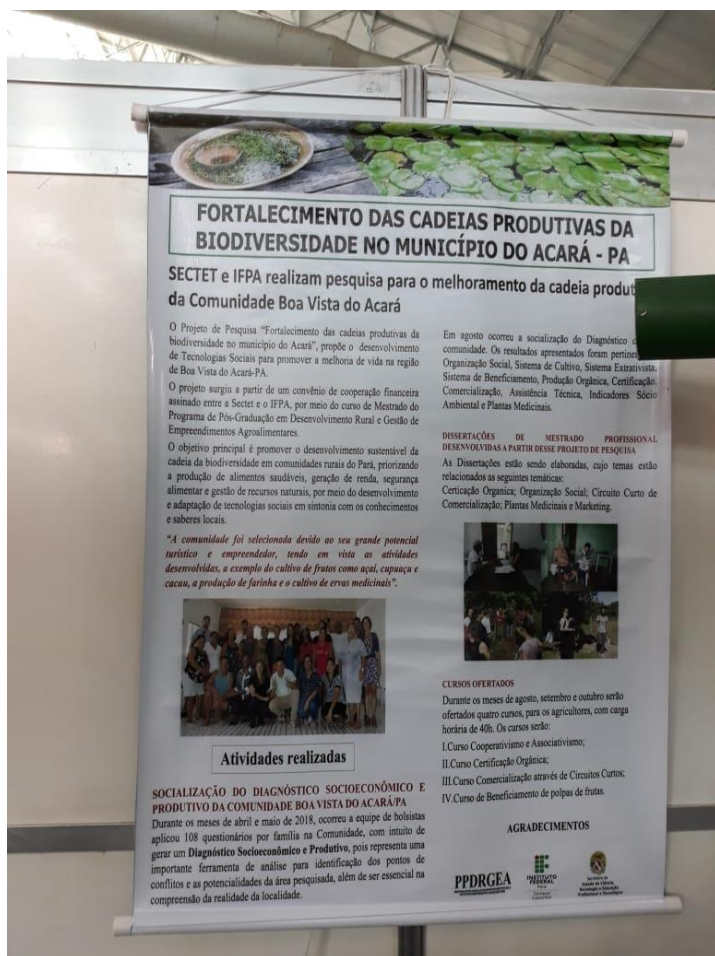
Realiza poda? () Sim () Não

12.1.1 Planta
comercializada?
() Sim () NãoVendida em: () Feiras () Comércio/Supermercados ()
Atravessador () Associação () Empresas ()
outros: _____

12.2.2 A principal renda da família se dá nas vendas das plantas medicinais? () Sim () Não

12.2.3 De onde vem seu conhecimento sobre os medicamentos naturais que você produz/compra?

ANEXO IV: I FEIRA MUNDIAL DA SOCIO-BIODIVERSIDADE



ANEXO V: TRABALHO PUBLICADO NA REVISTA VER-A-CIÊNCIA

(REVISTA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ_JAN/JUN 2018, Nº10_ ISSN2238-8966.www.verciencia.pa.gov.br)



O fundador Paulo Teles foi o primeiro presidente da APOBV e hoje se dedica com a produção de Pripiroca e de Piquaçu.

uma certificação, que é a da Pripiroca; e, por fim, o da Comercialização.

Serão realizados cursos com o objetivo de promover a autonomia, gestão de direitos e renda a comunidades tradicionais. Há cerca de um total de 160 horas e as aulas serão compostas, no máximo, por 40 pessoas. Cursos como "Produção orgânica", "Construção de viveiro", "Boas práticas de manipulação", "Cooperativismo" são alguns dos que já estão previstos. A expectativa é que

as primeiras formações ocorram em julho deste ano.

"Há dois produtores orgânicos por natureza, então a ideia é obter uma Certificação Orgânica Participativa. Uma vez certificados, a ideia é trabalhar os cultivos e a geração de produtos beneficiados que atendam padrões de qualidade, criando assim, feiras de orgânicos e garantir a participação dos produtores em eventos do setor para não depender de atravessadores. A ideia é que os produtores

orgânicos se capacitem e possam vender seus produtos diretamente a consumidores, mercados e lanchonetes por meio dessa certificação", explica Roberta Coelho.

Além paralelo de capacitação, o projeto prevê a realização de assessorias técnicas para o desenvolvimento e inovação dos processos de agroindustrialização e beneficiamento da produção. Boas práticas de produção e conservação, análise físico-química, desenvolvimento, embalagem e ro-

tulagem de novos produtos e o alinhamento aos padrões de qualidade estabelecidos pelas legislações e regulamentações no Brasil são algumas das assessorias que agregarão valor aos produtos de biodiversidade local.

"O turismo pode se tornar muito importante para a região. Adoramos consolidar uma rota turística sustentável que ofereça, por exemplo, banhos de cheiro para os turistas e visitas guiadas nas casas de produção de farinhas", espera a mestra da comunidade, Debora das Chagas.

Projeto multidisciplinar

O projeto é multidisciplinar e envolve quatro disciplinas de mestrado profissionais do curso de pós-graduação do Campus

de Castanhal do IFPA intitulado "Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimento Agroalimentares". "É enriquecedor quando temos o diálogo com outras áreas do conhecimento para desenvolver um projeto como esse. Ganhamos não, mostrando, mas, principalmente, a comunidade ao diversificar o olhar para as resoluções de problemas", afirma a mestra e integrante do projeto, Heliene Cavalcante.

No término do projeto, está previsto o desenvolvimento de um Sistema de Informação Gerencial (SIG) para melhoria do processo de gestão e tomada de decisão das organizações as-

ciais produtivas nos processos administrativo e financeiro, e a elaboração de cadernos pedagógicos de tecnologias sociais das práticas sustentáveis de utilização dos recursos naturais da cadeia da biodiversidade para a divulgação e repasse do conhecimento gerado para comunidades tradicionais.



Assista ao vídeo de vídeo "Sociedade em Ação" que mostra uma das atividades realizadas pela Sociedade em Ação na comunidade de Boa Vista do Acre.



O projeto é multidisciplinar e envolve quatro disciplinas de mestrado profissionais do curso de pós-graduação do Campus

**ANEXO VI: ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS
DE BOA VISTA (APOBV)**